

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Terceira Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
Sharm El-Sheikh, EGIPTO

EX.CL/428(XIII)

RELATÓRIO SOBRE A PRIMEIRA REUNIÃO ANUAL DA
CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA ECONOMIA E DAS
FINANÇAS DA UNIÃO AFRICANA E DA CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS, PLANIFICAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA COMISSÃO ECONÓMICA
PARA ÁFRICA

**RELATÓRIO SOBRE A PRIMEIRA REUNIÃO ANUAL DA CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS DA UNIÃO AFRICANA E
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS,
PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA COMISSÃO
ECONÓMICA PARA ÁFRICA**

INTRODUÇÃO

1. Recorda-se que a proposta para a realização das reuniões anuais conjuntas dos Ministros das Finanças e da Economia da Conferência da União Africana e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África foi aprovada pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos da União Africana na sua reunião havida em Acra em Julho de 2007.
2. Isto seguiu-se às decisões tomadas pela Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da UA (CAMEF), em Yaoundé, Camarões, em Novembro de 2006 (AU/CAMEF/RPTII) e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da CEA, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Abril de 2007, em Resolução particular 853 (XL) para a organização conjunta das suas reuniões.
3. Em conformidade com estas decisões, as primeiras reuniões conjuntas da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da União Africana e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África, sob o tema **“Enfrentar os Novos Desafios da África no Século 21”**, tiveram lugar no Centro de Conferências das Nações Unidas em Adis Abeba, Etiópia, de 31 de Março à 02 de Abril de 2008, tendo sido precedidas por uma reunião técnica preparatória do Comité dos Peritos de 26 à 29 de Março de 2008.
4. Esta primeira sessão das Reuniões conjuntas foi também especial porque criou uma oportunidade para comemorar o 50º Aniversário da CEA.
5. O objectivo da Reunião Conjunta, entre outras coisas, foi de fazer um arranjo simplificado e coerente em termos de reunir os Ministros relevantes e também criar um quadro para o fortalecimento da colaboração entre a UA e a CEA, bem como dar uma oportunidade à África para resolver os seus desafios imediatos e a longo prazo de forma a melhorar a condição humana do seu povo e acelerar o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

CERIMÓNIA DE ABERTURA

6. A Abertura da Conferência teve características Presidenciais, tendo sido organizada como parte das actividades comemorativas do 50º Aniversário da CEA. A reunião foi oficialmente aberta por Sua Excelência Meles Zenawi, Primeiro Ministro da República Federal e Democrática da Etiópia. Discursos de abertura foram igualmente proferidos por: S. Excia. Patrick Mazimhaka, Vice-Presidente da Comissão da União Africana, em nome do Presidente da Comissão da UA, Sr. Mustapha Mkullo, Ilustre Ministro das Finanças e dos Assuntos Económicos da Tanzânia, em nome do Sr. Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia, Sr. Donald Kaberuka, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Sr. Ban Ki moon, Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ousman Matar Breme, Ministro da Economia e da Planificação do Chade, em nome do Sr. Essimi Menye, S. Excia. Ministro das Finanças da República dos Camarões e Presidente Cessante da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da Mesa (CAMEF). Ato Sufian Ahmed, Ministro das Finanças e do Desenvolvimento Económico da República Federal e Democrática da Etiópia e presidente cessante da mesa dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da CEA, Sr. Abdoulie Janneh, Secretário-Geral Adjunto e Secretário Executivo da Comissão Económica para África e Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana.

7. No seu discurso de abertura, Sua Excelência o Primeiro Ministro da Etiópia notou que a reunião era importante, não só porque era a primeira reunião conjunta da UA e da CEA, mas também porque coincidiu com o 50º Aniversário da CEA. Ao introduzir o tema da conferência “Enfrentar os Novos Desafios de África no Século 21”, ele identificou crescimento, emprego, boa governação e mudanças climáticas, entre outros desafios principais com que a África se confronta, mas notou que estes eram desafios recorrentes no desenvolvimento de África, com apenas as circunstâncias e as condições para enfrentá-los a serem novas. Porém, o Primeiro Ministro acautelou que o desenvolvimento extraordinário da China e da Índia representava tanto desafios como oportunidades para África – desafio por causa da subida dos preços dos bens de primeira necessidade e oportunidade porque tanto a China como a Índia podem constituir oportunidade como fontes de novo investimento em África.

RESULTADO DA REUNIÃO

8. A Primeira Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da União Africana e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África foi particularmente significativa porque os Ministros reiteraram o seu compromisso de transformar a geração de emprego em objectivo explícito e central das suas políticas económicas e sociais ao nível

nacional, regional e continental para assegurar o crescimento sustentável e o alívio da pobreza.

9. Um outro resultado significativo da reunião foi a aprovação da criação do Centro para a Política Climática de África, a servir de suporte do Programa de Desenvolvimento Climático de África, uma iniciativa da Comissão da União Africana, da Comissão Económica para África e do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD).

10. A Reunião também solicitou a Comissão da União Africana para que submeta o projecto revisto da Carta Africana sobre Estatísticas ao Conselho Executivo da UA nesta 11ª Sessão como determinado pelas decisões do Conselho Executivo EXCL/DEC 330 (X), bem como pela decisão Assembly/AU/Dec.180 (X) sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, solicitando que a Comissão da UA, em colaboração com a CEA, prepare os relatórios da situação e as estatísticas relacionadas com a implementação das recomendações pelos Grupos Directivos e de Trabalho sobre os ODMs em África e submeter o relatório à Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos da União Africana.

11. Finalmente, os Ministros aprovaram as recomendações do Relatório da Reunião dos Peritos, realizado de 26 à 29 de Março de 2008, e preparam Resoluções, Declaração Ministerial e Declaração Solene por ocasião do 50º Aniversário da Comissão Económica para África a serem apresentadas na Décima-primeira Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos da União Africana.

DOCUMENTOS APENSOS

12. Os seguintes documentos encontram-se apensos à este relatório:

1. Relatório da Primeira Reunião Anual da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da União Africana e dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África. (E/ECA/CM/41/4 e AU/CAMEF/MIN/RPT (III))
2. A). Resoluções; B) Declaração Ministerial; e C) Declaração Solene sobre o 50º Aniversário da Comissão Económica para África (E/ECA/CM/41/4 e AU/CAMEF/MIN/Rpt (III))



**NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A ÁFRICA**



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

*Quadragesima-sexta Sessão da Comissão Económica Terceira Sessão da CAMEF
para a África*

- **Primeira Reunião Conjunta Anual da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA e Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico**
- **Comemoração do 50º Aniversário da CEA**

Adis Abeba, Etiópia



Distribuição: Geral
E/CEA/CM/41/2
AU/CAMEF/MIN/Rpt (III)
Data: 10 de Abril de 2008
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA CONJUNTA ANUAL
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA ECONOMIA E
FINANÇAS DA UA E A CONFERÊNCIA DE MINISTROS DAS
FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA
COMISSÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES PARA A ÁFRICA**

INDÍCE

- A. Participação
 - B. Abertura da Conferência e Reflexões Presidenciais
 - C. Eleição da Mesa
 - D. Debate temático de Alto Nível
 - E. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho
 - F. Seguimento das deliberações
- Anexo I:
- A. Resoluções adoptadas pela Conferência Conjunta
 - B. Declaração Ministerial adoptada pela Conferência Conjunta
 - C. Declaração Solene sobre o 50^o Aniversário da Comissão Económica para a África
- Anexo II. Relatório de Comité de Peritos da 1^a Reunião Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA e Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA.

RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA ANUAL DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA ECONOMIA E FINANÇAS DA UA E A CONFERÊNCIA DE MINISTROS DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA COMISSÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES PARA A ÁFRICA

A. Presenças

1. A Conferência foi formalmente aberta por S. Exc^a o Sr. Meles Zenawi, Primeiro Ministro da República Federal Democrática da Etiópia e Presidente do Comité de Implementação dos Chefes de Estado da NEPAD e do Fórum Africano de Avaliação Paritária dos Chefes de Estado e de Governo. Sua Excelência, o Sr. Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia e Presidente da União Africana dirigiu-se também a primeira sessão sob o tema de governação e dos Estados capazes. Breves observações preliminares foram feitas pelo Sr. Essimi Menye, S. Excelência o Ministro da Finanças dos Camarões e Presidente da Mesa Cessante da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA e Ato (Sr.) Sufian Ahmed, Ministro das Finanças e Desenvolvimento Económico da Etiópia e Presidente Cessante da Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico. Discursos foram igualmente pronunciados pelo Sr. Abdoulie Janneh, Subsecretário das Nações e Secretário Executivo da CEA; o Sr. Donald Kaberuka, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Sr. Patrick Mazimhaka, Vice-Presidente da Comissão da União Africana, o Sr. Alpha Oumar Konare, Presidente da Comissão da União Africana e o Sr. Ban Ki-moon, Secretário-geral das Nações Unidas.

2. A reunião contou com a participação de representantes dos Estados Membros a seguir indicados: Angola, África do Sul, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Egípto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Guiné, Quênia, Libéria, Jamahiriya Árabe Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, República Centro-africana, República Democrática do Congo, República Democrática da Guiné, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. De igual modo, participaram na reunião as seguintes Comunidades Económicas Regionais: Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); Mercado Comum para os Estados da África Oriental e Austral (COMESA); Comunidade da África Oriental (CAO); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD); o Secretariado da NEPAD.

4. Os órgãos e agências especializadas das Nações Unidas a seguir indicados estiveram igualmente representados: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Internacional das Telecomunicações (UIT), Fundo das Nações

Unidas para as Crianças (UNICEF), Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (UN-HABITAT), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Departamento das Nações Unidas para a Protecção e Segurança (UNDSS), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Gabinete das Nações Unidas do Alto Comissário para os Direitos Humanos (UNOHCHR), Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM), Escritório de Ligação das Nações Unidas com a União Africana (UNLO-AU), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Organização Mundial para a Meteorologia (OMM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (ONUSIDA), União Postal Universal (UPU) e Banco Mundial.

5. Estiveram igualmente presentes observadores dos seguintes Estados Membros das Nações Unidas: Áustria, China, Suécia, Estado da Palestina, Dinamarca, Finlândia, Itália, Federação Russa; e a Missão dos Estados Unidos junto à União Africana.

6. Participaram também na reunião observadores das seguintes organizações: Action Aid International, Fundação Africana para o Reforço de Capacidade (ACBF), Centro Africano para o Desenvolvimento e Estudos Estratégicos (ACDSS), Fórum e Rede Africanos sobre a Dívida e o Desenvolvimento (AFRODAD), African Futures Institute, African Monitor, African Research and Resource Forum (ARRF), Associação de Bancos Centrais, Banco Árabe para o Desenvolvimento em África (BADEA), Banco dos Estados da África Central (BEAC), Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Amigos da CEA, Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), Femmes Africa Solidarité et Information et Communication, Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), Organização Internacional de Migração (OIM), Agência Japonesa para a Cooperação Internacional (JICA), Liga dos Estados Árabes (LEA), Organização Internacional da Francofonia (OIF), Centro Africano de Investigação Aplicada e Formação em Matéria de Desenvolvimento Social (ACARTSOD), Africa Public Health Development Trust, Comité Africano para o Bem-estar da Criança (ACWC), Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Missão das Nações Unidas junto à União Africana e MWENGO.

B. Abertura da Conferência e reflexões Presidenciais

7. A abertura da Conferência traduziu-se num segmento presidencial, que foi organizado como parte das actividades de comemoração do 50^a aniversário da CEA. O segmento constitui uma oportunidade para alguns Chefes de Estado e de Governo fazerem algumas

reflexões em torno do tema da Conferência e estabeleceu um tom para os debates. O segmento realçou discursos do Primeiro ministro etíope e do Presidente tanzaniano.

8. Numa breve intervenção, feita pelo Ministro das Finanças dos Camarões, o Sr. Essimi Nenyé, Presidente Cessante da Segunda Sessão da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças (CAMEF II) da UA, pronunciada em seu nome pelo Sr. Ousman Matar Breme, Ministro da Economia e Planeamento do Chade, indicou que durante o seu mandato, progressos significativos tinham sido alcançados na implementação de três importantes recomendações da CAMEF II, nomeadamente: a racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CERs), a preparação de uma Carta Africana de Estatísticas e a criação de três instituições financeiras continentais, tal como estipulados no Artigo 19 do Acto Constitutivo da União Africana.

9. As recomendações do estudo sobre a racionalização das CERs tinham sido apresentadas à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, em Janeiro de 2008. O Ministro disse que consultas estavam também a realizar-se entre os Chefes Executivos das CERs e a UA, com vista a analisar a situação actual das CERs, com base nas recomendações do estudo. Quanto à Carta Africana de Estatísticas, ele indicou que um projecto inicial da Carta tinha sido preparado para submissão ao Conselho Executivo da UA, tal como solicitado por aquele órgão. Um Comité preparatório para avaliar ou seguir o estabelecimento do Banco Africano de Investimento, seria criado em Maio de 2008, em Trípoli, Líbia, que é o país proposto para acolher o referido Banco. Sobre a criação do Banco Central Africano, consultas tiveram lugar entre a Associação dos Bancos Centrais Africanos e a Comissão da UA. O Protocolo que institui o Comité Preparatório do Fundo Monetário Africano, seria assinado até fins de Abril de 2008, entre a CUA e o Governo Camaronês.

10. Dirigindo-se à Conferência, o Presidente Cessante da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA, Ato (Sr.) Sufian Ahmed, Ministro das Finanças e Desenvolvimento Económico da República Federal Democrática da Etiópia, faz uma breve descrição dos últimos desenvolvimentos de África no domínio económico, tendo indicado com preocupação que o crescimento impressionante nos últimos anos, não gerou empregos nem contribuiu para a redução da pobreza. Neste sentido, ele faz um apelo aos países africanos para fixarem um novo calendário para a concretização dos OMD e envidarem mais esforços no sentido de promoverem a boa governação, a paz e segurança regionais, aumentar o investimento na área dos recursos humanos e abordar as questões das mudanças climáticas, assim como a melhoria do ambiente geral para a mobilização de mais recursos financeiros a favor do desenvolvimento.

11. Na sua alocução de boas vindas, o Sr. Abdoulie Janneh, Secretário Executivo da CEA, disse que a presente Conferência constituía um ponto de Partida ou Marco histórico, porque era precisamente a 1ª reunião de grande importância organizada conjuntamente pela União Africana e a CEA, e que também coincidia com o Aniversário da CEA. Ele indicou que a celebração do Aniversário seria marcada por várias actividades e eventos,

envolvendo os Estados-membros durante um ano, dando a oportunidade de se reflectir sobre o passado e avaliar as realizações nos últimos 50 anos, e prepara-se para se fazer face aos desafios vindouros. Ele observou com satisfação que nos seus quinze anos de existência, a CEA fez progressos significativos no seu mandato de promoção do desenvolvimento económico e social de África, gerando ideias e conhecimentos para sustentar o desenvolvimento de África através de pesquisas, advocacia, cooperação técnica e actividades de construção de consenso.

12. O Secretário Executivo indicou que o maior legado da CEA continuaria a ser o seu pensamento independente das questões de desenvolvimento de África, que manteve actualizada as instâncias políticas ao longo dos anos. Também a destacar são as realizações importantes da Comissão, que incluem o apoio no estabelecimento do Banco Africano de Desenvolvimento, das CERs e de Centros de Excelência Sub-regionais. Nos seus 50 anos de existência, a CEA contribuiu igualmente para o reforço de capacidade ao nível regional, nos domínios das negociações comerciais, estatísticas e das tecnologias de informação e comunicação, e desenvolveu ferramentas úteis para a formulação de política, como o Índice (indicadores) Africano de Desenvolvimento do Género e o Indicador dos OMD; e continuou a proporcionar apoio técnico a iniciativas africanas, tais como a NEPAD e o MCEAnismo Africano de Revisão/Avaliação Paritária (MAAP).

13. A CEA abraçou consistentemente a apropriação ou participação africana da sua agenda de desenvolvimento, uma ideia que foi vincada no Plano de Acção de Lagos e que foi agora incorporada no Programa NEPAD. A mensagem que ficou patente em todas essas iniciativas importantes era de que o desenvolvimento da África tinha que ser sustentado pelo crescimento, com igualdade e justiça social, a redução da pobreza, maiores oportunidades para as mulheres e um futuro mais radioso para as suas crianças. Para o efeito, esforços devem ser envidados para a edificação de Estados capazes entre os países africanos; um Estado que seja responsável e democrático, e a África deverá conceber as suas prioridades e legitimidade com base na participação popular e mobilizar recursos sociais, para além dos objectivos comuns.

14. Não obstante essas realizações, a África continuou a fazer face a desafios de natureza global, como o VIH/SIDA e as mudanças climáticas, que poderão inverter décadas de esforços de desenvolvimento, e continuou a colocar sérios riscos às perspectivas de crescimento de África. O aumento dos preços de víveres e do petróleo também fomentou a tensão social em vários países africanos e no mundo inteiro.

15. O Secretário Executivo informou a Conferência que o Secretariado da CEA continuou a fazer progressos na implementação do seu novo plano estratégico de orientação e negócios nos domínios do ambiente, finanças, género e governação, TCI, recursos naturais, integração regional, ciência e tecnologia, estatísticas, comércio e os OMD. Ele indicou que a presente Conferência foi prova de parceria sólida que a CEA estava a construir com a União África e, juntos, as duas instituições continuariam a consolidar o relacionamento tripartido para proporcionar apoio directo do Secretariado da NEPAD e ao processo do MARP. (MCEAnismo Africano de Revisão/Avaliação Paritária), ao mesmo

tempo que os escritórios sub-regionais da CEA estavam a ser reforçados com recursos adicionais da Assembleia Geral das Nações Unidas, por forma a melhorar as suas actividades operacionais no apoio às Comunidades Económicas Regionais.

16. No que diz respeito a recentes desenvolvimentos, o Secretário Executivo informou a Conferência dos trabalhos em curso da CEA e do BAD para o estabelecimento de um arranjo sucessor em relação à Coligação Global para a África, a denominar-se “Coligação para o Diálogo sobre a África” (ODA). Ele salientou ainda que o 6º Fórum de Desenvolvimento Africano (ADF VI) seria organizado nos finais de 2008, sob o tema do género. Isso irá proporcionar uma oportunidade para a avaliação dos progressos feitos desde a Conferência das Mulheres da CEA, tida lugar em 1998, como parte do 40º Aniversário da Comissão.

17. Ele lançou um apelo aos intelectuais e activistas africanos para aproveitarem a oportunidade das actividades a organizar-se como parte do Quinquagésimo Aniversário da CEA, durante o ano, de modo a reflectir sobre se o aspecto positivo do crescimento em África foi ou não um acontecimento de curto-prazo ou uma tendência de longo-prazo, se a África estava pronta a acolher o Século XXI como seu; que imagem terá a África nos próximos cinquenta anos; e se os Estados-membros e as suas respectivas CERs estavam ou não a fazer uso dos seus recursos regionais face às prioridades de desenvolvimento da África.

18. Apontando para o tema da Conferência, o Sr. Janneh realçou quatro mensagens de grande alcance decorrentes dos trabalhos da CEA nos últimos anos; essas incluem a necessidade se forjar a unidade regional em face dos desafios comuns; o imperativo da diversificação económica e estrutural, o caso do espírito participativo da sua agenda de desenvolvimento; e a necessidade de se alcançar a um equilíbrio entre as diferentes opções de políticas de desenvolvimento. A importância da unidade africana para a abordagem dos desafios globais e regionais teve o seu impacto na 1ª reunião da Comissão, em 1958 e desde aquela data, continuou a ser realçada nas agendas de integração regional do continente. O Secretário Executivo disse que os Estados-membros não devem interpretar o crescimento ou desenvolvimento apenas em termos nacionais, mas também num contexto mais amplo. Ele disse ter-se regozijado, ao notar que os debates meramente ideológicos do passado, deram lugar a um novo consenso para o desenvolvimento e a necessidade de um óptimo equilíbrio entre o Estado e o mercado.

19. Concluindo as suas observações, o Sr. Janneh indicou que, como um Fórum de desenvolvimento importante, a Conferência Conjunta tinha um papel crucial a desempenhar na articulação de estratégias bem definidas e acções concretas perante os desafios de que a África se confronta, e apelou aos Ministros no sentido de aproveitarem a oportunidade para ajudarem a perfilar o futuro do continente. Lançou um apelo a todos os intervenientes para continuarem a assegurar que a história da África em cinquenta anos não foi o da marginalização, mas sim uma história de economias fortes e diversificadas, sustentadas por infraestruturas e instituições de primeira classe, com mão-de-obra altamente qualificada e completamente empregada, vivendo em condições de paz.

20. No seu discurso de abertura, transmitido através de video-conferência, o Presidente do Banco de Desenvolvimento Africano (BAD), Sr. Donald Kaberuka, felicitou a CEA pela Celebração do seu Jubileu, e lamentou o facto de não ter podido estar fisicamente presente em Adis Abeba. Porém, tomou nota com satisfação de que, não obstante a turbulência nos mercados mundiais, as economias africanas continuaram, sobremaneira, resilientes, entre países potencialmente ricos em recursos naturais; entre outros envolvidos em profundas reformas; e entre aqueles que emergem de conflitos. Não obstante esses sinais encorajadores, o Presidente do BAD observou que a África continuava a possuir bolsas, as vezes enormes dos desafios políticos e económicos, conjugados com a pobreza em massa. Ele atribuiu esta situação ao último crescimento demográfico e a choques internos e externos que, as vezes tornaram volátil os padrões de crescimento. Nesta ordem de ideias, ele vincou a necessidade de se manter a actual fase de crescimento, com vista a deixar para atrás contrariedades, inversões e indeferimento. Esse crescimento, porém, deve ser equilibrado para se evitarem tensões sociais que muitas vezes se traduzem em insustentabilidades.

21. O Sr. Kaberuka opinou que a África, conseqüentemente, precisava de melhorar e investir no domínio da logística e infraestruturas de todo o tipo, especialmente, na energia. Daí a maior ênfase em programas de integração regional; corredores, sistemas de trânsito; centrais de energia eléctrica, centros de TI regionais e a coordenação e harmonização de políticas. Enquanto que a África possui uma alta potencialidade agrícola, a sua capacidade de gestão dos recursos hídricos é geralmente difícil. Perante os preços exorbitantes de bens alimentícios, hoje deve-se dar ênfase à irrigação, pequenas e grandes, assim como às infraestruturas rurais. Por outro lado, a África deve empenhar-se no reforço de capacidades para a concepção e formulação de políticas de qualidade; o combate ao abuso do poder; assegurar uma melhor gestão dos recursos naturais e que a dívida é gerida de forma proactiva. A África deve também preparar a próxima geração – suposta a ser do tamanho da Índia e China, nos próximos 20 anos, com uma população maioritariamente jovem – competente, especialmente com a ajuda da ciência e tecnologia. Neste sentido, o Sr. Kaberuka assegurou a conferência da determinação do BAD em apoiar os países africanos na construção progressiva de instituições e de Estados capazes a fazerem-no.

22. Concluindo o seu discurso, o Sr. Kaberuka agradeceu os parceiros do BAD na Comunidade doadora pelo facto de proporcionar ao Fundo de Desenvolvimento Africano (FDA) o maior aumento jamais visto na história do Banco, para apoiar a agenda de desenvolvimento do Continente nos próximos três anos, particularmente nas áreas da integração regional, infraestruturas regionais e assistir os países africanos saídos de conflitos e outras crises. Ele regozijou-se também com a África do Sul, único país africano a contribuir para o Fundo e por duplicar a sua contribuição, assim como a Nigéria, pela renovação do Fundo Fiduciário Nigeriano para mais 10 anos. Isso ajudará o Banco a aumentar o seu apoio e expandir as suas operações, especialmente se forem mais os países a seguir, em nome da solidariedade africana.

23. Num breve discurso transmitido à conferência do “Videolink”, o Sr. Ban Ki-moon, Secretário-geral das Nações Unidas, indicou que a CEA ocupou um lugar singular no Continente, como a primeira organização Pan-africana inter-continental. Nos seus 50 anos de existência, ele observou que a CEA fez progressos significativos no seu mandato de promover o desenvolvimento social e económico. Gerou ideias, ajudou a estabelecer outras instituições de desenvolvimento e continuou a prestar apoio aos seus Estados-membros na abordagem dos desafios, desde os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento às mudanças climáticas; da capacitação das mulheres à criação de postos de trabalho e da governação ao VIH/SIDA. Ele indicou com um apelo a UA e a CEA para continuarem a trabalhar juntos para fazer do século XXI o Século Africano.

24. Dirigindo-se à Conferência, em nome de Sua Excelência o Sr. Alpha Oumar Konaré, Presidente da Comissão da União Africana, o Sr. Patrick Mazimhaka, Vice-Presidente da Comissão observou que a organização da Conferência Conjunta realçou concretamente as decisões tomadas pelos Chefes de Estado e de Governo Africanos a favor do estabelecimento uma única e coerente plataforma para a partilha de experiências e na tomada de decisões sobre questões económicas e sociais que dizem respeito à África e para ajudar os Estados-membros a melhor gerirem os seus programas, com vista ao alcance dos Objectivos de desenvolvimento.

25. O Sr. Mazimhaka lamentou o facto de o crescimento económico relativamente elevado na maioria dos países africanos nos últimos anos, não ter abrangido a redução da pobreza. O desafio consiste em como encerrar a lacuna entre o crescimento observado e o real. Ele observou que o crescimento que não tinha melhorado os padrões de vida das populações provoca apenas a desestabilização do Continente. Lançou um apelo aos Governos africanos para tomarem acções concretas com vista à transformação da África num terra de prosperidade, paz e bem-estar, através da mobilização de todos os recursos e potencialidades humanas do continente. Só mobilizando todas as forças e harmonizando e coordenando as suas acções poderão os países africanos ultrapassar os desafios do desenvolvimento e construir sociedades prósperas e melhorar as condições de vida das suas populações.

26. Reconhecendo que a criação de empregos foi um desafio importante em África, o Sr. Mazimhaka exortou os países africanos a tomarem acções concretas dentro de um quadro subregional e regional para a redução do nível de desemprego e o alcance da meta de 11 milhões de postos de trabalho por não, estabelecido pela OIT. Ele observou também que o Plano de Acção de Ouagadougou adoptado pela Conferência Extraordinária da União Africana sobre o Emprego e a Redução da Pobreza, em Setembro de 2004, já proporcionou o quadro para esse efeito.

27. O Sr. Mazimhaka indicou que, a principal responsabilidade pelo desenvolvimento da África é dos próprios países africanos, apoiados pela Comunidade internacional, para a mobilização dos seus cidadãos e a diáspora e promover acções de solidariedade entre os países e as regiões do continente, com vista ao alcance dos objectivos comuns do progresso económico e social. Ele sugeriu que o papel do Estado devia continuar o de

proporcionar o ambiente favorável, incluindo um quadro regulador eficaz para o desenvolvimento dependente do sector privado.

Ele exortou também para uma melhor parceria público-privada a favor de riquezas e emprego.

28. O Sr. Mazimhaka observou ainda que a iniciativa da NEPAD, que inicialmente sustentou a esperança para a África, não estava a fazer os progressos que tinham sido previstos, e o nível baixo do comércio intra-africano que declinou para baixo de 10 por cento do total das trocas comerciais no Continente, ilustra simplesmente o quanto a África precisa de fazer para juntos ultrapassar os desafios que o continente enfrentava. Lamentavelmente, as inúmeras iniciativas tomadas para a promoção do desenvolvimento da África, não resultaram na mobilização dos recursos necessários nem atraíram capitais privados à África apesar das reformas macro-económicas empreendidas e os seus custos extremamente elevados.

29. Em conclusão, o Sr. Mazimhaka observou que isso levou os países africanos a depender da mobilização dos seus próprios recursos por forma a evitar a dependência pela assistência externa para garantir o seu desenvolvimento. No entanto novas iniciativas eram imperativas para a mobilização de actores-chave e os recursos humanos e financeiros necessários para o desenvolvimento. Essas iniciativas devem incidir sobre a construção e expansão de infraestruturas, diversificação e a intensificação da produção, o reforço dos sistemas educacionais, de formação e da saúde, assim como a criar empregos para a redução da pobreza.

30. No seu discurso de abertura, S. Excelência, o Sr. Meles Zenawi, Primeiro Ministro da República Federal Democrática da Etiópia, e Presidente do Comité de Implementação dos Chefes de Estado da NEPAD e do Forum Africano de Avaliação de Pares dos Chefes de Estado e de Governo, desejou boas vindas aos participantes à Adis Abeba e à Conferência. Ele indicou que a reunião era importante, não somente por ser a primeira reunião Conjunta da UA e CEA, mas porque também coincidia com o 50º Aniversário da CEA. Neste sentido, o Primeiro Ministro felicitou a CEA pelo importante papel que desempenhou na definição de políticas de desenvolvimento em África e a promoção da agenda de desenvolvimento do Continente. Ele realçou o papel singular da CEA na formulação do quadro Alternativo Africano a programas de Ajustamento Estrutural (AAF-SAP), que teve um grande impacto sobre a formulação de políticas ao nível internacional, especialmente com respeito à dimensão humana das reformas e ajustamentos estruturais. Ele sublinhou a importância crescente da Conferência como um dos fóruns-chave para a abordagem das questões de desenvolvimento em África.

31. Ao introduzir o tema da Conferência “Fazer face aos novos desafios da África no Século XXI” ele identificou o crescimento e o desemprego, a boa governação, as mudanças climáticas, a pobreza e o VIH/SIDA entre os desafios-chave. Porém, observou que esses eram desafios recorrentes no desenvolvimento da África. No ponto de vista do

Primeiro Ministro, os novos elementos a considerar foram apenas as circunstâncias e as condições para se enfrentar os desafios.

32. O Primeiro Ministro indicou que os desenvolvimentos extraordinários na China e Índia constituem desafios e oportunidades para a África – um desafio, porque se trata da subida de preços dos bens de consumo (produtos de base) e o crescimento vibrante associado às economias africanas e, uma oportunidade, por tanto a China como a Índia poderão servir de fontes de novas oportunidades de investimento e tecnologias para a África. O destaque da China e Índia na economia mundial resultou num aumento importante do Investimento Estrangeiro Directo (IED) e contribuiu para o rápido crescimento testemunhado em África nos últimos anos. O Primeiro Ministro, porém, manifestou-se preocupado pelo facto de o apetite e a procura crescente pela China e Índia de produtos alimentares, matérias primas e outras mercadorias vir a traduzir-se em consagrações ou bênçãos desencontradas para a África.

33. Ao concluir as suas observações, o Primeiro Ministro observou que o ambiente externo foi mais favoráveis para o desenvolvimento com uma mudança de atitude importante no seio dos parceiros de desenvolvimento tradicional da África, tal como exemplificado pela Cimeira Europa-África de Lisboa, que resultou não só num salto importante do IED (Investimento Externo Directo) de parceiros tradicionais, mas também numa maior vontade das partes para tolerar vias alternativas para o desenvolvimento em África. Este avanço do ambiente externo proporcionava aos países africanos maior latitude, para se tornarem autores do seu próprio destino. O Primeiro Ministro observou que haviam sinais de melhorias do ambiente interno, com as economias africanas a evoluírem melhor agora do que nunca antes, como consequência de décadas de ensaios sobre aquilo que se fez e o que não foi possível fazer. Ele manifestou-se confiante de que, por causa dessas novas circunstâncias, a África será capaz de fazer face aos desafios recorrentes de forma diferente, no despertar do Século XXI.

34. Sua Excelência, o Sr. Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia enviou uma mensagem de apresentação à Conferência Conjunta, que foi transmitida em seu nome, pelo Ministério da Finanças e Assuntos Económicos da Tanzânia, o Sr. Mustapha Mkullo. O Presidente Kikwete fez algumas reflexões à volta do tema da boa governação e Estados capazes, um tema central da Conferência Conjunta. Ele observou que os Pais fundadores da África tinham-se empenhado pela promoção da dignidade da raça negra, através da liberdade política e independência. Porém, indicou que passadas quatro décadas da independência política, a África continuava a batalhar pela emancipação e o desenvolvimento social e económico. Ele reconheceu o papel da CEA na histórica luta pela emancipação económica da África e regozijou-se com a mesma pelo seu trabalho dedicado à articulação de inúmeros políticos e paradigmas de desenvolvimento económico profundo genuinamente locais. Alguns exemplos incluem o Plano de Acção de Lagos e a Acta Final de Lagos, para não mencionar o Quadro Alternativo Africano ao Programa de Ajustamento Estrutural (AAFSAP). Ele indicou com satisfação, que a CEA tinha alcançado progressos significativos no apoio aos Estados-membros, em vários domínios do seu desenvolvimento económico e social, incluindo as

áreas-chave da democracia e boa governação. Porém, não obstante esses esforços, a África continua a ser uma região com o nível mais alto de pobreza e subdesenvolvimento, caracterizado pela alta prevalência de VIH/SIDA e outras doenças, um ressaltado da dívida insustentável, guerras e conflitos políticos internos, causando o deslocamento de populações. O êxodo de refugiados e a desmembramento social. O Presidente indicou que esses continuam a constituir um desafio importante para as instituições regionais, tais como a CEA e a União Africana, redobrem os seus esforços no apoio ao desenvolvimento económico social de África.

35. No que concerne o tema “Governação e Estados capazes”, o Presidente disse que a boa governação continuava a ser indispensável para o alcance do desenvolvimento económico tendo depois definido algumas das características essenciais de um Estado bem-governado e capaz. Um Estado bem governado e capaz refere-se a aquele dotado de capacidades para conduzir a sociedade em direcção à concretização das metas e os objectivos colectivamente bem definidos, assegurando que as instituições públicas as potencialidades do sector privado fossem separadas, as liberdades civis e o estado de direito fossem garantidos, os direitos das pessoas a escolherem os seus líderes através do voto fossem respeitadas, a administração do Estado fosse predizível, o papel e a contribuição da sociedade civil no desenvolvimento fosse reconhecido, e o consenso nacional, alcançado na visão nacional do desenvolvimento. A boa governação só poderá ser concretizada num ambiente democrático. Por outro lado, um Estado capaz forma parte da equação para a boa governação. Daí um Estado capaz teria instituições funcionais, podendo efectivamente, prestar os seus serviços, garantir a segurança pública, impor o estado de direito, formular políticas económicas sólidas e projectar os seus interesses nacionais estratégicos no exterior. Portanto, basicamente, a África precisa de Estados capazes e da boa governação para avançar e romper as barreiras ao seu desenvolvimento.

36. Ele questionou o facto de a África não ter podido construir e abraçar a boa governação e porque é que a África era o Continente mais atrasado, com as suas populações engajadas na luta diária pela sobrevivência, enquanto que outras partes do Mundo continuavam a progredir. Enquanto que a África é obrigada a assumir a sua responsabilidade pelo problema, especialmente os seus desafios da governação, houve dimensões externas sérias aos desafios de desenvolvimento de África, entre elas as assimetrias na economia mundial, particularmente o desequilibrado sistema de comércio internacional, que restringiu o volume de recursos disponíveis aos países para o desenvolvimento; a dívida pendente; e o período dos programas de ajustamento estrutural, que provocou danos pesados aos países africanos.

37. O Presidente disse que era doloroso observar que instituições regionais e sub-regionais da África lutavam na tentativa de promover as normas e valores da boa governação, democracia, o estado de direito e a responsabilidade. Ele citou um exemplo, o desenvolvimento da Carta da União Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação no Continente; a Convenção sobre a Corrupção e o processo do MARP (MCEAnismo Africano de Revisão/Avaliação Paritária), cuja ratificação e implementação

continuam pendentes. Ele apelou aos países africanos para intensificarem os seus esforços em relação à edificação de Estados capazes e a promoção da boa governação em todos os sentidos. Entre as Instituições-chave que podiam consolidar a capacidade do Estado e fazer a diferença na governação, figuram partidos políticos, que precisavam de ser reforçados. Ele exortou a CEA para levar a cabo um estudo comparativo e proporcionar recomendações políticas sobre essas questões. Ele identificou outras instituições estratégicas necessárias para a construção de Estados Capazes e a promoção da boa governação, incluindo um poder judiciário e sistema de justiça viris e independentes, uma instituição de segurança pública, uma instituição eleitoral imparcial, e uma burocracia pública funcional. Quanto ao problema da corrupção continuava a ser um assunto que prevalece na governação.

C. Eleição da Mesa (Ponto 2 da Agenda)

38. Foram unanimemente eleitos pela Conferência, os seguintes membros para a Constituição da nova Mesa:

Presidente	:	Etiópia
1º Vice-Presidente:		Chade
2º Vice-Presidente:		Argélia
3º Vice-Presidente:		Côte d'Ivoire
Relator	:	Suazilândia

D. Debate temático de Alto-Nível (Ponto 3 da Agenda)

39. O debate neste ponto da agenda cobriu quatro (4) temas, a saber: a capacitação do pobre; o crescimento, emprego e a pobreza; as mudanças climáticas e o desenvolvimento e o VIH/SIDA: Mantenha a Promessa. O debate foi orientado por um painel de eminentes personalidades, composto por S.E. o Sr. Benjamim Mkapa, antigo Presidente da República Unida da Tanzânia e membro da Comissão de Capacitação legal do Pobre, o Professor Adebayo Adedeji, antigo Secretário Executivo da CEA e Presidente do Painel/do MARP; o Sr. Rajendra Pachauri, Prémio Nobel e Director-geral do Instituto Indiano da Energia e Recursos (TERI); e o Dr. Peter Piot, Director Executivo do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (UNAIDS).

• Capacitação/Integração do Pobre

40. A apresentação pelo Antigo Presidente Mkapa, sobre o tema : “Capacitar o Pobre”, realçou a importância do empoderamento legal do pobre para o desenvolvimento da África. O Sr. Mkapa salientou que a África faria poucos progressos nas suas aspirações de desenvolvimento se não integra o pobre. Ele recordou que o fim do jugo colonial no Continente trouxe grandes esperanças de um futuro brilhante e próspero para a África, mas essas esperanças foram imediatamente substituídas pelo desespero, e a desilusão, dado o facto de a maioria dos africanos continuarem a viver na pobreza.

41. Ele indicou que, por definição, os pobres eram essencialmente desprovidos de poder; sem qualquer identidade jurídica/legal, ou posição e nem tinham sequer acesso a estruturas legais aceitáveis para protegerem os seus direitos e as actividades económicas. Eles eram geralmente analfabetos, ignorantes das leis concernentes às actividades económicas. Daí que, qualquer estratégia fiável para a redução de pobreza deverá incidir sobre a relação entre a exclusão, a pobreza e a lei.

42. A Conferência reconhece a importância da capacitação do pobre para o alcance do desenvolvimento sustentável do mundo em desenvolvimento, incluindo a África. Neste sentido, a Conferência acolheu com agrado a iniciativa da Comissão sobre a Capacitação Legal do Pobre, para a protecção legal e o acesso às oportunidades económicas sendo não só um privilégio de alguns, mas o direito de todas as populações. Observou-se que a Comissão tinha identificado três áreas de importância capital para a África, a saber: acelerar o progresso em prol dos OMD, nos quais a capacitação legal do Pobre serviria de ferramenta para a mobilização de recursos internos; negociar os Acordos de Parceria Económica (APE); e implementar a Iniciativa da “Ajuda-para-o Comércio”.

43. Dos debates foram feitas as seguintes recomendações: reconhecimento da capacitação legal do pobre com um desafio central em África; que requer acções novas e sistemáticas; mais debates em torno de quadros novos e existentes, com parceiros locais e internacionais; lançamento do Relatório final da Comissão sobre a Capacitação Legal do Pobre, num Cimeira da UA; a necessidade dos países africanos enfatizarem o empoderamento legal do pobre como o principal ponto de ajuda para o Grupo dos 77 e a China, na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas e a necessidade de promoção de uma boa governação de economia e política em África, para o alívio da pobreza.

- **Crescimento, emprego e pobreza**

44. Na sua apresentação, o Prof. Adebayo Adedeji, ex. Secretário Executivo da CEA e Presidente do Painel de Eminentes Personalidades do MARP realçou a importância da nexa crescimento – emprego – pobreza na elaboração de políticas. Ele defendeu que enquanto o emprego foi o principal foro de atenção dos governos nos países em desenvolvimento, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os países em desenvolvimento incluindo a África, perderam o direito a emprego, como o objectivo primordial das políticas económicas. Ele disse que os paradigmas do desenvolvimento económico prevalecente na década de 80, que incidiu mormente sobre o crescimento e a pobreza, levou à exclusão do desenvolvimento humano e a questões da participação/igualdade, tais como o emprego integral.

45. Foi indicada que as actividades da CEA durante os anos 80 realçaram a importância do desenvolvimento centrado no homem. O PNUD abraçou o conceito de desenvolvimento humano apenas nos anos 90, aquando da publicação do seu famoso relatório do Desenvolvimento humano. Na década de 90, o desenvolvimento centrado no homem, tornou-se imperativo, com políticas sociais (saúde, educação, criação de empregos)

fortemente enfatizados. Os OMD e a NEPAD foram lançados com base nos mesmos princípios, dos quadros anteriores.

46. Nas discussões que se seguiram , a Conferência reconheceu a importância do emprego para a redução da pobreza e a necessidade de os países africanos aderirem ao desenvolvimento centrado no homem, que realça esses factores com o emprego integral a educação para todos, a disposição do acesso universal aos serviços de saúde e à integração social e económica. Vários foram os ministros que compartilharam as experiências dos seus países, na abordagem do triplo desafio do crescimento, emprego e a pobreza, fazendo uso de uma abordagem integrada.

47. Depois do debate, alcançou-se um consenso sobre a necessidade de um desenvolvimento centrado no homem, incidindo na melhoria da qualidade e quantidade da educação de saúde, como factores importantes da promoção do emprego e a criação de postos de trabalho. A tentativa de se aplacar o desemprego e a pobreza, implicou políticas multidimensionais com incidência sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, dos serviços básicos a favor dos pobres, infra-estruturas e micro-finanças. Foi igualmente realçada a necessidade de integração ou capacitação do pobre engajado no sector informal.

48. Neste sentido, a Conferência exortou os países africanos a contribuírem e implementarem estratégias económicas abrangentes, envolvendo todos os segmentos da população. Essas estratégias devem ser: i) ser tanto favoráveis ao mercado quanto de natureza social.; ii) consolidar a ligação entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social; iii) combinar a economia de mercado com o desenvolvimento social.

- Mudanças Climáticas e o desenvolvimento

49. O Dr. Rajendra Pachauri, Presidente do Painel Inter-governamental da ONU sobre as Mudanças Climáticas poderão ter graves consequências para a África, ao menos que sejam tomadas acções adaptáveis e adequadas para a resolução do problema. As mudanças climáticas podem impedir o alcance dos OMD e o desenvolvimento sustentável em África, por causa do seu impacto negativo, sobre as necessidades básicas como dos bens de consumo, a saúde e a segurança dos estabelecimentos. As mudanças climáticas poderão provavelmente reduzir também a extensão das estações climáticas em crescimento e provocar a quebra de produção de grandes faixas de terras agrícolas marginais. Além disso, as mudanças climáticas poderão alterar a ecologia de alguns vectores de doenças, aumentando de 5 a 7 por cento a distribuição do paludismo em África até 2010, e possíveis epidemias, devido à falta de alterações genéticas preventivas nas populações recém-afectadas. Para a mitigação de alguns desses impactos, o Dr. Pachauri sugeriu que era necessário um novo paradigma de desenvolvimento para a estabilização do clima, assim como a adaptação e mitigação contra os seus efeitos. Esse paradigma deverá incluir estratégias para o aumento dos níveis de rendimento, a

educação e as aptidões técnicas para a melhoria do estado de prevenção e de gestão, assim como os sistemas de cuidados sanitários.

50. O debate sublinhou a importância e a urgência de enfrentar o desafio das mudanças climáticas. A este respeito, a Conferência notou com satisfação que embora a África contribua menos para a emissão de gases de estufa, a causa principal do aquecimento global, os seus países estão entre os mais vulneráveis às mudanças climáticas no mundo devido aos múltiplos desgastes e à fraca capacidade adaptativa. Foi sublinhado, a este respeito, que os países mais responsáveis pela poluição e pelas mudanças climáticas deviam suportar grande parte dos encargos e compensar aqueles que fossem maior afectados.

51. A Conferência recomendou que as estratégias de adaptação deviam incluir medidas de aumento dos níveis de rendimento e da educação; melhor informação e consciência sobre o custo das mudanças climáticas; melhoria da prevenção e da gestão dos desastres naturais; sistemas de cuidados de saúde melhorados; boa governação e empoderamento das comunidades. A resposta adequada a longo prazo às mudanças climáticas iria igualmente maior análise das vulnerabilidades e dos impactos, incorporando o conhecimento local, nas políticas sobre a adaptação em estratégias nacionais de desenvolvimento, e aumento da cooperação internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul. A discussão sublinhou igualmente a necessidade de uma posição e resposta Africana coordenada em relação às mudanças climáticas. Foi ainda enfatizado que mais trabalho precisava de ser feito para educar os poluidores e as vítimas sobre os seus direitos e responsabilidades e que as questões sobre mudanças climáticas sejam incorporadas nos currícula educacionais, especialmente nos manuais de geografia e ecologia.

52. Notando que, a capacidade limitada de África e a falta de informação e de dados sobre o clima dificultavam os esforços tendentes a enfrentar as mudanças climáticas, a Conferência elogiou a CEA pelo seu trabalho em curso sobre as mudanças climáticas e acolheu a proposta de criação de um centro de política sobre o clima na CEA, em colaboração com a Comissão da UA e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A este respeito, a Conferência solicitou ainda a CEA e aos outros parceiros para apoiarem os Estados Membros na criação de capacidades apropriadas para analisar o impacto das mudanças climáticas, particularmente como afectam a agricultura e outros sectores sensíveis ao clima.

- **HIV/SIDA: Mantendo a Promessa**

53. O Dr. Peter Piot, Director Executivo do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA, fez uma apresentação intitulada “HIV/SIDA: Mantendo a Promessa”, em que ele fez uma avaliação geral da magnitude da pandemia do HIV/SIDA em toda a África, destacou as razões subjacentes para a prevalência extremamente alta e os índices de incidência, tendo igualmente sublinhado os desafios que se colocam em frente.

54. Foi notado com preocupação que apesar dos grandes avanços na prestação de terapia anti-retroviral nos últimos anos em muitos países Africanos, o SIDA continuou a ser a causa principal da morte entre os Africanos adultos, com mais de 6000 pessoas a perderem a vida diariamente por causa da pandemia. Além disso, a África tinha a prevalência de HIV mais alta do mundo, concentrada entre os grupos mais saudáveis e mais instruídos com implicações sérias para a base de perícia/conhecimentos e do desenvolvimento em muitos países Africanos. A doença impõe um encargo muito pesado às finanças públicas como resultado da subida do custo de prestação de cuidados de saúde, do bem-estar social e, ao mesmo tempo, redução da força de trabalho.

55. Porém, houve muitos desenvolvimentos positivos nos últimos anos na melhoria do impacto da doença. Dois milhões dos sete milhões de Africanos sofrendo da doença estavam em tratamento anti-retroviral, enquanto que o acesso universal a tais drogas foi alcançado num número de países, tais como Ruanda, Botswana e África do Sul. Países como a Côte d'Ivoire, Burkina Faso e Mali estavam igualmente a fazer progresso, com um declínio notável das novas infecções.

56. Demais a mais, a Conferência notou com satisfação que a resposta ao HIV/SIDA tinha entrado numa fase nova, passando da abordagem de gestão de crise para uma resposta estratégica centrada no compromisso e na capacitação a longo prazo. Foi expresso o ponto de vista de que levava muito tempo para implementar tais compromissos sobre a Declaração de Abuja, apelando aos países para dedicarem 15 por cento da despesa do Governo ao sector da saúde. Era igualmente importante aumentar a eficiência e melhor coordenar as intervenções iniciadas pelos ministérios da saúde, das Finanças e outros no sentido de enfrentar os desafios do HIV/SIDA.

57. Os Ministros também sentiram que as medidas de prevenção e de tratamento em si não eram suficientes para enfrentar os múltiplos desafios colocados pela pandemia e notaram que um número crescente de trabalhadores da saúde africanos migraram para os países desenvolvidos criando, desse modo, lacunas nos já escassos recursos humanos do continente. Alguns participantes expressaram o ponto de vista de que os jovens eram maioritariamente contaminados pelos adultos, muitas vezes deliberadamente. As políticas sobre o HIV/SIDA e as intervenções não eram totalmente integradas nas estratégias de desenvolvimento nacional.

58. A Conferência concordou que a África precisa de desenvolver capacidades no sentido de melhorar a recolha de dados e ter metodologias robustas para analisar os efeitos do HIV/SIDA. Reconhecendo o papel crítico das drogas anti-retrovirais na prevenção e controlo da pandemia, a Conferência apelou a comunidade internacional a definir normas, padrões e directrizes para assegurar o seu uso seguro.

59. Dada a influência significativa da pandemia sobre os outros objectivos relacionados com a saúde, o ponto de vista penal foi de que existe a necessidade de uma resposta integrada do sistema da saúde ao HIV/SIDA, e que as estratégias e a resposta multi-sectorial nacional ao HIV/SIDA devem ser integradas nas estratégias de desenvolvimento

em geral. Seria necessário maior diálogo entre os ministérios da saúde e os do sector, como os das finanças para maior coordenação da política. A integração das estratégias nacionais sobre o SIDA, a harmonização e o alinhamento do apoio dos doadores ao quadro de acção acordado reduziriam os custos transnacionais e melhorariam a eficácia de resposta ao HIV/SIDA. Para tal foi necessária a liderança nacional activa e visível, elucidando o envolvimento de todos os parceiros e intervenientes.

60. Perante este cenário, a Conferência observou que vários desafios continuam por resolver no combate a pandemia do HIV/SIDA em África, e um número de recomendações importantes sobre o caminho a seguir. A discussão destacou as seguintes preocupações e recomendações:

- A necessidade de normas, padrões e directrizes internacionais para garantir o uso seguro dos medicamentos anti-retrovirais;
- A necessidade de uma melhor coordenação entre os vários sectores ao enfrentar o desafio do HIV/SIDA, particularmente entre os sectores da saúde e das finanças para assegurar o financiamento das intervenções sobre o HIV/SIDA;
- As estratégias multi-sectoriais nacionais sobre o HIV/SIDA e as respostas precisam de ser integradas nas estratégias de desenvolvimento nacional como um todo por causa do impacto da doença sobre os outros objectivos relacionados com a saúde:
- A necessidade de incentivos e de medidas inovativas para aumentar o fornecimento de trabalhadores da saúde e mitigar os efeitos negativos da fuga de cérebros no sector da saúde de muitos países Africanos;
- A necessidade de suste e aumentar o financiamento para HIV/SIDA, e neste sentido, o acesso à ADD deve ser considerado a escala e tendências da pandemia e não apenas seguir os registos nacionais na implementação das reformas económicas e estruturais;
- Os esforços de prevenção e tratamento devem ser complementados por maior educação e sensibilização, incluindo medidas tendentes a enfrentar o estigma e a discriminação relacionada com o HIV/SIDA;
- Novas leis e forte reforço das leis penais existentes para tomar a transmissão da doença num acto criminal.

E. Adopção da agenda e do programa de trabalho

61. A Conferência adoptou a seguinte agenda.

1. Abertura da Conferência e Reflexões Presidenciais
2. Eleição do Bureau
3. Debate temático a alto nível
 - Empoderamento dos pobres
 - Crescimento, emprego e pobreza
 - Mudanças Climáticas e desenvolvimento
 - HIV/SIDA: Mantendo a Promessa
4. Adopção da proposta da agenda e do programa de trabalho
5. Debate Político Ministerial sobre o tema: Enfrentando os Novos Desafios de África no Século 21
6. Lançamento de edição de 2008 do Relatório Económico sobre África (ERA 2008)
7. Painel de debate ministerial sobre questões sociais e económicas:
 - Impacto da recente subida dos preços do petróleo e dos alimentos nas economias de África; e
 - A situação da dívida da África
8. Análise Regional do Financiamento ao Desenvolvimento
9. Análise Regional da Revisão Ministerial Anual (AMR) do ECOSOC
10. Consideração do relatório e das principais recomendações da reunião do Comité de Peritos das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência da UA dos Ministros da Economia e das Finanças e Conferência da CEA para os Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico
11. Diversos
12. Consideração e adopção da proposta de Declaração Ministerial e das propostas de resoluções
13. Encerramento da Conferência

F. Resumo dos Procedimentos

Debate político Ministerial sobre o tema: Enfrentando os Novos Desafios de África no Século 21 (ponto 5 da Agenda)

62. O Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da União Africana, fez uma apresentação sobre o tema da Conferência, “*Enfrentando os Novos Desafios de África no Século 21*”, baseado no documento sobre os antecedentes do tema da Conferência. A apresentação sublinhou os seguintes desafios que a África precisava de enfrentar de forma a alcançar o objectivo de redução da pobreza e os ODMs: crescimento e emprego, mudanças climáticas, desafios emergentes do sector social, e governação, para além do desafio geral do alcance dos ODMs. A apresentação destacou igualmente várias questões para debate e fez um número de recomendações importantes sobre a política no sentido de enfrentar os desafios identificados.

63. Os debates que se seguiram afloraram muitas das questões sublinhadas na apresentação. Dentro do contexto do tema da Conferência, os pontos salientes que emergiram dos debates são resumidos a seguir.

- *Crescimento e emprego*

64. No concernente ao crescimento e ao emprego, a Conferência notou com preocupação que promover o aumento da geração de emprego continuava como grande desafio para a África, uma vez que o recente crescimento económico do continente não tinha conduzido às oportunidades significativas de emprego e de redução da pobreza. O alcance do crescimento da geração de emprego requer um enfoque num número de áreas chave, incluindo o comércio, a integração regional, melhoria do investimento e da mobilização de recursos, desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento agrícola e rural, desenvolvimento do sector privado, incluindo o apoio às empresas micro, pequenas e médias, e aumento investimento no desenvolvimento do capital humano, incluindo educação, ciência e tecnologia. As parcerias crescentes com a Índia e a China foram também destacadas como uma oportunidade importante para a África aumentar o emprego e promover o crescimento e o desenvolvimento rápidos.

65. O debate também destacou a importância dos recursos naturais na promoção do crescimento equitativo, e a necessidade de políticas apropriadas para lidar com a natureza das indústrias extractivas em África. A este respeito, a Conferência sublinhou a necessidade dos países Africanos implementar as recomendações da “GRANDE REUNIÃO” organizada pela CEA em Fevereiro de 2007, sobre a gestão também dos recursos naturais em África. A Conferência também sublinhou a necessidade de políticas adequadas sobre população para monitor o crescimento populacional e assegurar que tais políticas não debilizem os benefícios do crescimento económico.

66. A Conferência sublinhou a importância de uma mobilização adequada dos recursos para financiar os principais investimentos públicos na agricultura, saúde, educação e infra-estruturas para fortalecer a capacidade de produção e o comércio, manter altos índices de crescimento e gerar emprego. A este respeito, a Conferência enfatizou a necessidade de implementar medidas tendentes ao aumento da mobilização de recursos, através de grandes poupanças para reduzir a dependência da AOD e de outras formas de assistência externa. A Conferência igualmente apelou aos países do G8 para cumprirem com os seus compromissos actuais de aumentar a assistência e duplicar a ajuda à África até 2010, incluindo a melhoria da qualidade da ajuda e a previsibilidade. Também neste contexto, a Conferência sublinhou a necessidade de melhorar a eficiência e a eficácia da despesa pública para o alcance da redução da pobreza.

- Mudanças Climáticas

67. No concernente a esta questão de mudanças climáticas, a Conferência notou com preocupação que haveria sérios impactos económicos e sociais que poderiam impedir o progresso em relação ao alcance dos ODM(s), em África. A Conferência notou também que enfrentar o desafio das mudanças climáticas exigiria uma nova abordagem para fazer com que seja parte integrante da estratégia de desenvolvimento de cada país. A Conferência também destacou a necessidade de desenvolver e promover o uso de energia e tecnologias mais limpas e sustentáveis, tais como a energia hidroeléctrica, a energia eólica e solar para adaptar a mitigar os impactos das mudanças climáticas.

A Conferência também sublinhou a importância de mobilizar recursos adequados para ajudar a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, controlo da degradação da terra e na melhoria de produtividade do solo como forma de promover a transformação agrícola.

- *Promoção da boa governação e do estado capaz*

68. A Conferência destacou a importância da boa governação e do estado capaz para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e abrangente. Foi reconhecido que a África fez um progresso considerável na promoção da boa governação, como reflectido no pluralismo crescente e no processo de democratização em muitos países. Contudo, a Conferência observou que ainda havia alguns desafios a serem enfrentados de forma a consolidar os avanços feitos nos últimos anos. A este respeito, a conferência sublinhou a necessidade de desenvolvimento mais inclusivo, com maior participação activa do sector privado e da sociedade civil, incluindo jovens, mulheres, nos processos de tomada de decisão, e a necessidade de promover a paz e a segurança e resolver conflitos. A Conferência também apelou aos Estados Membros a aumentarem o seu compromisso ao programa de NEPAD em geral e ao APU em particular.

- *Empoderamento jurídico dos pobres*

69. A Conferência notou que o empoderamento jurídico dos pobres era essencial para a redução da pobreza em África. Notou-se com preocupação que a pobreza em África era mais prevalente nas áreas rurais, sendo as mulheres as mais afectadas. A este respeito, a Conferência sublinhou a necessidade de empoderar os pobres fortalecendo a sua propriedade e os direitos das mulheres e a equidade do género. A Conferência reconheceu igualmente a necessidade de melhorar o acesso ao crédito e à informação pelos pobres.

70. No contexto dos desafios emergentes do sector social, a Conferência notou que a pandemia do HIV/(SIDA continuava como um grande desafio ao desenvolvimento em África, o que iria requerer financiamento a longo prazo na saúde em geral e no HIV/SIDA em particular. Neste contexto, a Conferência sublinhou a necessidade de melhorar a coordenação inter-sectorial, particularmente entre os ministérios da saúde e das finanças para explorar as formas de mobilização de recursos adequados para o sector da saúde, incluindo a exploração de novos mecanismos de financiamento internacional e de financiamento do sector privado. Foram apresentadas algumas preocupações sobre como alocar recursos orçamentais para sectores específicos, tais como a saúde, que poderia reduzir o espaço político e distorcer as prioridades.

71. No concernente aos ODMs, a Conferência observou que os principais desafios estavam relacionados com a implementação dos planos nacionais de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza, e mobilização de recursos adicionais para a expansão dos investimentos do sector público, de forma a alcançar os ODMs até a data planificada.

72. Finalmente, a Conferência notou que a integração regional era um imperativo na estratégia de enfrentar os desafios de desenvolvimento de África no Século 21, e sublinhou a necessidade de intensificar os esforços para aprofundar o processo de integração através do Programa da NEPAD da UA e de outras iniciativas, incluindo a racionalização das CERs. Esforços devem igualmente ser intensificados na promoção de infra-estruturas de desenvolvimento regional e o comércio intra-Africano. A Conferência também apelou a Comissão da UA e a CEA a continuar a prestar assistência aos Estados membros e a fortalecer a sua capacidade na resolução dos desafios com que se confronta, incluindo apoio aos esforços para o alcance dos ODM(s).

Lançamento da edição de 2008 do relatório Económico sobre África (ERA 2008) (Ponto 6 da Agenda)

73. Com base neste ponto da agenda, um evento à parte foi organizado para lançar a edição de 2008, do Relatório Económico sobre África (ERA), publicado conjuntamente pela Comissão da UA e pela CEA sobre o tema: “ *Consenso África e Monterrey: Procura de Desempenho e Progresso*”. Para além da revisão das tendências económicas regionais, o relatório faz uma avaliação do progresso em África na implementação do Consenso de

Monterrey de 2002, sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FpD). O Relatório notou que as economias Africanas continuavam a manter o ritmo de crescimento dos anos anteriores, registando um PIB real geral de 5.8 por cento em 2007, orientado principalmente pela grande procura global e pelos altos preços de bens, consolidação da estabilidade macro-económica e melhoria da gestão macro-económica, aumento do fluxo de capitais privados, alívio da dívida e aumento de exportações que não sejam de petróleo. Além disso, o relatório prevê um índice de crescimento de 6.1. por cento em 2008 com base nos mesmos fundamentos económicos e noutras como os de 2007. os principais desafios ao crescimento de África em 2008 incluem o risco de um recessão aguda na economia mundial e uma redução global da procura e dos preços dos bens. A alta dos preços dos combustíveis prejudicará os importadores através de pressões sobre a conta corrente e inflacionistas, fluxos imprevisíveis de capitais, condições atmosféricas adversas, infra-estruturas ineficientes e fornecimento de energia não fiável.

74. No concernente ao Consenso de Monterrey, o relatório notou que foi alcançado um progresso substancial na área de alívio da dívida externa. Porém, foi feito um progresso muito limitado nas outras áreas principais do Consenso de Monterrey, nomeadamente, mobilização de recursos financeiros internos para o desenvolvimento; mobilização de recursos internacionais para o desenvolvimento; promoção do comércio internacional como força motriz do desenvolvimento; aumento da cooperação financeira e técnica internacional para o desenvolvimento; e resolvendo questões organizacionais. Assim, o relatório sublinhou a necessidade de medidas para impulsionar as poupanças e a mobilização de recursos locais, e apoiar as micro finanças, integrar os mercados de capitais regionais e alinhar as reformas comerciais com as políticas fiscais. O relatório também sublinhou a importância dos compromissos de monitoria assumidos pelos países Africanos e pelos seus parceiros de desenvolvimento para assegurar que os objectivos do Consenso de Monterrey sejam alcançados. A Conferência acolheu o relatório como um instrumento importante para determinar o desempenho económico de África, identificar os desafios que afectam o continente e promover um entendimento melhor sobre as questões principais de desenvolvimento que sejam de preocupação para a África.

Painel Ministerial de análise sobre questões sociais e económicas (Ponto 7 da Agenda)

75. Com base neste ponto da agenda, foi organizado um Painel Ministerial de discussão sobre duas questões de preocupação para os países Africanos: Impacto da recente subida dos preços do petróleo e dos alimentos nas economias Africanas, e a situação da dívida Africana.

- **Impacto da recente subida dos preços do petróleo e dos alimentos nas economias Africanas**

76. A Sr^a Josette Sheeran, directora Executiva do Programa Mundial de Alimentos (PMA) fez uma apresentação sobre o impacto da recente subida dos preços do petróleo e dos alimentos nas economias Africanas . Entre o aumento do preço dos combustíveis e o

aumento dos preços dos alimentos devido ao impacto do preço do petróleo em toda a cadeia de valor da produção alimentar. Isto foi exacerbado por um aumento na procura de bens alimentares nas economias emergentes como a da Índia, da China e do Brasil; o uso das culturas alimentares como fonte de bio-combustível; choques climáticos como sCEAs na Austrália e na África Austral, bem como o aumento geral do rendimento nos países em desenvolvimento. A Sr^a Sheeran argumentou que estas tendências podiam prevalecer uma vez que a subida dos preços dos alimentos não deve ser um evento cíclico, mas uma mudança estrutural com implicação a longo prazo sobre o crescimento económico, a paz e a estabilidade em África. Ela notou igualmente que o mundo podia estar a testemunhar uma nova fase de fome com maior intensidade e severidade nas áreas urbanas. Ela informou à Conferência que o PMA tinha dado passos no sentido de transformar e fortalecer as suas operações em resposta à este desafio. Ela também convocou uma cimeira internacional sobre alimentos para debater a questão da subida do preços dos alimentos.

77. Não obstante os desafios, foi notado que a subida dos preços dos produtos alimentares e a procura podiam criar novas oportunidades para os agricultores africanos aumentarem o potencial da agricultura, para fins de alívio à pobreza e alcance do desenvolvimento sustentável em África. Porém, para que isto aconteça houve a necessidade de transformação estrutural do sector agrícola em África, baseada no melhor uso da ciência e da tecnologia, expansão de infra-estrutura e acesso aos mercados para aumentar a produção e a produtividade. A este respeito, os esforços de África podiam ser informados pelas experiências bem sucedidas da transformação agrícola noutras partes do mundo . Enfrentar as novas formas de fome também exige soluções do PMA “80-80-80”, que se destina a atingir 80 por cento da compra local de alimentos, aprovisionamento de bens e serviços e pessoal de assistência alimentar. Isto contribuiria para o fortalecimento da capacidade local no sentido de enfrentar os desafios relacionados com a subida dos preços dos alimentos, bem como promover o comércio intra-África e a integração regional.

78. Na sua breve intervenção, Sua Excelência Dr. Toga Gayewea McIntosh, Ministro das Finanças e dos Assuntos Sociais Económicos da Libéria, notou que os desafios que afectam a África no Século 21 são novos, enfatizando o facto desses desafios serem recorrentes era devido ao fracasso integração de resolvê-los. No seu ponto de vista, o principal desafio para a África foi de desenvolver soluções estratégias apropriadas para enfrentar os seus desafios de desenvolvimento. A este respeito, ele observou que a África poderia beneficiar-se da latitude expandida e do espaço político garantido pelo ambiente externo e pelas parcerias de desenvolvimento. Ele indicou que o agravamento do preço do petróleo produzia impacto tanto nos países produtores de petróleo. Isto incluía o impacto na estabilidade macro-económica dos países produtores de petróleo, por causa do excesso de liquidez e o aumento do custo nos países importadores de petróleo, particularmente nos países do interior. Para os países produtores de petróleo podia abalar as suas economias, concluiu à doença Holandesa, e resultou em escolhas políticas difíceis, particularmente para assegurar a equidade inter-generativa.

79. A discussão sublinhou a ligação crucial entre a subida e o seus impactos, atmosféricos. Aumento populacional e aumento dos rendimentos quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento. A Conferência notou com grande preocupação que tais pressões inflacionistas poderiam encorajar a inquietação social e a instabilidade política em África. Porém, foi igualmente notado que as discussões sobre o impacto dos preços do petróleo e dos alimentos precisavam de ser, de alguma forma, conciliadas, porque em termos reais, os preços actuais do petróleo eram mais baixos do que eram nos anos 70 como resultado da depreciação do Dólar dos E.U. Para além disso, a Conferência também notou que, no geral, houve aumento do preço de outros bens e serviços, bem como de outras mercadorias, incluindo minerais sólidos e víveres, e que os especuladores estavam por detrás de alguns dos aumentos do preço do petróleo.

80. A Conferência notou que as respostas ao aumento do preço do petróleo precisavam de ser contextualizada e deviam incluir o uso de políticas fiscais apropriadas e de investimento; diversificação das fontes de crescimento e da base de exportações; investimento nas fontes alternativas de energia; racionalização e gestão dos consumos do petróleo em excesso para expandir infra-estruturas e criar capital humano. A Conferência solicitou as instituições regionais, tais como a CUA e a CEA, para apresentarem as plataformas e as redes para a troca de experiências sobre a gestão dos recursos naturais. A possibilidade de conceber um quadro político regional partilhado de pesquisa em petróleo, exploração, produção e marketing foi também sugerida no intuito de aumentar o acesso e a disponibilidade do petróleo para as nações Africanas. Os esforços tendentes à criação do fundo Africano de petróleo foram acolhidos como sendo um passo na direcção certa.

- *Situação da dívida de África*

81. Sua Excelência Trevor Manuel, Ministro das Finanças da África do Sul, fez uma breve apresentação sobre a questão da dívida. O Ministro reconheceu que iniciativas como a dos Países Altamente Endividados (HIPC) tinham contribuído para a redução da dívida de África. Alguns países beneficiários tiveram uma redução significativa da sua dívida com melhorias no serviço da dívida para os rácios de exportação de vários países Africanos. A capacidade de gestão da dívida em África também melhorou. Porém, o Ministro notou que o quadro do HIPC tinha lacunas significativas e sublinhou algumas questões de preocupação para a África: profundidade do alívio da dívida; falta de novos recursos para cumprir com as metas de desenvolvimento; declínio dos termos de comércio; aumento da vulnerabilidade dos países Africanos em relação aos choques exógenos; impacto na soberania e nos espaços políticos dos países; falta de envolvimento no HIPC dos mutuantes bilaterais e comerciais que não sejam de Paris; e financiamento inadequado da Iniciativa Multilateral para o Alívio da Dívida (IMAD/MDRI).

82. De acordo com o Ministro, o objectivo primordial dos países Africanos devia ser de sair da dívida para o crescimento, e redução da pobreza. Em vez de acumular mais dívidas para depois pedir o perdão da dívida ele sugeriu que os países Africanos podiam fortalecer os seus sistemas de recolha de impostos, encorajar a despesa pública prudente,

uma mistura sustentável da mistura macro-económica e garantir maior prestação de contas. Confiar nos impostos locais faria com que os governos Africanos prestassem contas mais directamente aos seus eleitorados. Para além disso, a capacidade de gerir a dívida seria fortalecida para garantir que o alívio da dívida crie a base para o crescimento sustentável, e longo prazo e abrangente, e o desenvolvimento de economias de concorrência e diversificadas. O Ministro observou igualmente que a parceria crescente de África com a Índia e China representava uma oportunidade para o continente fazer uso dos seus vastos recursos naturais para expandir as suas infra-estruturas e diversificar as suas fontes de capitais, uma vez que a China pode ser uma fonte de donativos, empréstimos bonificados e concessionais. Contudo, ele notou que o envolvimento da China em África colocava novos desafios que precisavam de ser entendidos e geridos de forma apropriada.

83. Na discussão que se seguiu, a Conferência observou que enquanto a mobilização dos recursos locais devia permanecer como o enfoque principal dos países Africanos, a dívida externa permanecia como uma fonte importante de financiamento para muitos países com baixo rendimento. A este respeito, a Conferência notou que se gerida de forma apropriada, a dívida podia desempenhar um papel importante de apoio à diversificação das economias Africanas na melhoria do sector produtivo e na expansão de infra-estruturas e da base de impostos. A Conferência sublinhou a necessidade dos recursos da dívida serem utilizados eficientemente para financiar programas de desenvolvimento, tais como o desenvolvimento de infra-estruturas e da educação, e não financiar despesas recorrentes e consumo. A conferência também apelou aos Estados Membros para que melhorem a gestão de despesa pública e as regras de aprovisionamento, e que fortaleçam a capacidade de gestão da dívida para melhor entender os custos, os benefícios e as implicações de contrair dívida. A aprendizagem de Pares e a troca de experiências sobre a gestão da dívida entre os Estados Membros Africanos foram considerados como sendo vitais para a criação de capacidade dos fazedores da política Africana nesta área. A este respeito, a CUA e a CEA foram solicitados a prestar apoio aos Estados Membros.

84. A Conferência reconheceu o papel vital do sector informal na promoção do desenvolvimento sustentável em África, e sublinhou a necessidade de políticas de promoção e fortalecimento da contribuição do sector informal na recolha de rendimentos internos através de imposto, enquanto também se assegura que o seu dinamismo criativo não seja ofuscado por regulamentos e controlo excessivos.

Revisão Regional do Financiamento para Desenvolvimento (Ponto 8 da Agenda)

85. No concernente a este item, a Conferência debateu os resultados da Revisão regional de África sobre o Financiamento para Desenvolvimento, organizada pela CEA em resposta ao mandato da Assembleia Geral das NU. O resultado da revisão serviria como um subsídio para a revisão global do Consenso de Monterrey a ter lugar em Doha, Qatar, em Novembro de 2008.

86. A revisão destacou o progresso em seis áreas principais do Consenso de Monterrey utilizando dados macro-económicos publicados, bem como o Inquérito da CEA sobre os fazedores da política Africana. Notou-se que o progresso geral na implementação do Consenso de Monterrey foi limitado, a excepção da dívida externa onde houve progresso significativo por causa dos grandes pacotes de alívio da dívida aprovados para vários países Africanos em 2005. O desempenho na área de comércio internacional continuou fraco devido aos constrangimentos observados do lado da oferta e o acesso limitado aos mercados para os produtos de interesse especial para a África. A mobilização interna dos recursos aumentou ligeiramente, mas permaneceu abaixo do nível necessário para o alcance dos ODMs, enquanto todos os fluxos da FDI continuavam insuficientes e limitados à apenas alguns países e sectores.

87. O recente aumento dos fluxos da ODA foi grandemente devido ao alívio da dívida e à assistência da emergência e não resultou em quaisquer recursos adicionais para a África. Enquanto algum progresso foi feito na melhoria da eficiência da ajuda e na proporção da ajuda condicionada, seja como for, a eficácia da ajuda continuou a representar um desafio, que continuou a minar os esforços de desenvolvimento nos países beneficiários. No concernente às questões organizacionais notou-se que enquanto a participação da África nos processos de tomada de decisão da OMC tenha melhorado, eram necessários mais esforços para engrandecer e participar na tomada de decisão política e na definição de normas sobre a arena económica internacional, incluindo a representatividade adequada nas estruturas de governação de instituições internacionais financeiras e monetárias, particularmente o FMI e o Banco Mundial.

88. A revisão também fez as seguintes recomendações:

- Instituições não bancárias, tais como os fundos para pensões e esquemas de seguro a longo prazo devem ser fortalecidas para melhorar a mobilização interna de recursos.
- O potencial dos serviços e redes postais deve ser fortalecido para prestar serviços vitais na mobilização de poupanças, e reduzir os custos de transacções de envio de dinheiro em áreas não cobertas por instituições financeiras formais.
- O alívio de dívida deve ser estendido aos países que não sejam do HIPC altamente endividados e os critérios da elegibilidade aplicados de maneira flexível para permitir que os países pobres altamente endividados, possam beneficiar do alívio da dívida com base no HIPC e MORI.

89. A Conferência notou com preocupação que o 0.7 por cento do compromisso GNI feito pelos doadores não tinha sido cumprido por vários anos depois de Monterrey. A este respeito, a Conferência enfatizou a necessidade de melhorar: (i) a cooperação Sul-Sul; (ii) o comércio internacional através do aumento da capacidade de negociação; e (iii) a mobilização dos recursos internos. A discussão também destacou três áreas prioritárias para o uso efectivo dos recursos, nomeadamente, infra-estruturas físicas, sociais e

institucionais. Para além disso, a discussão recomendou que os recursos fossem efectivamente utilizados através da gestão baseada em resultados e orçamentação, abordagem do programa, implementação regional de projectos, e instrumentos estatísticos de monitoria e avaliação.

90. O Secretário Executivo da CEA agradeceu os governos do Egipto e da Noruega pelo seu apoio na facilitação da revisão do Consenso de Monterrey e apelou aos Estados Membros a continuarem engajados no processo.

Análise Regional da Revisão Ministerial Anual do ECOSOC (AMR) (Ponto 9 da Agenda)

91. Com base neste ponto da agenda, a Conferência foi informada pelo Embaixador Léo Mèrorès, Presidente do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) sobre a revisão Ministerial Anual (AMR) do ECOSOC. A AMR é uma nova função de mandato do ECOSOC atribuída aos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira Mundial de 2005. Avalia o progresso alcançado quanto ao alcance dos ODM(s), a implementação e as metas acordadas nas maiores conferências e cimeiras das N.U. A AMR poderia contribuir para o aumento e aceleração das acções tendentes a cumprir com a agenda de desenvolvimento da N.U. ao nível do país, servindo como um fórum de alto nível com a participação dos intervenientes, em que as lições aprendidas são partilhadas e as práticas e abordagens de sucesso e que tenham o mérito de serem expandidas são identificadas.

92. O Embaixador Mèrorès notou com satisfação que o ECOSOC realizou com sucesso a primeira AMR em Julho de 2007, que deu enfoque na erradicação da pobreza e da fome. Os Ministros e funcionários séniores de três países Africanos (Cabo Verde, Etiópia e Gana) participaram e apresentaram o progresso que os seus países tinham alcançado na formulação e implementação das suas estratégias nacionais de desenvolvimento. Os participantes tiveram a oportunidade de aprender dos fazedores da política, praticantes e académicos através das discussões em mesa redonda, apresentações voluntárias nacionais e debate geral, sobre estratégias e abordagens para reduzir a pobreza efectivamente. Isto também envolveu a troca de experiências e de lições aprendidas sobre como ultrapassar os obstáculos enfrentados na implementação das estratégias de desenvolvimento nacional. A AMR de 2008 terá lugar em Julho, durante o seguimento de alto nível do ECOSOC sobre o tema "Implementando os objectivos e compromissos internacionalmente recordados em relação ao desenvolvimento sustentável". A Conferência foi informada que a República Unida da Tanzânia voluntarizou-se a apresentar o seu programa de desenvolvimento nacional na próxima AMR. O Presidente do ECOSOC encorajou aos outros Estados Membros a participarem na AMR, incluindo nas consultas regionais. Ele assegurou à Conferência que o ECOSOC continuaria a apoiar os países Africanos nos seus esforços para erradicar a pobreza, incluindo o alcance dos ODM(s).

93. Os três países Africanos que participaram na primeira AMR partilharam as suas experiências com a Conferência, notando que o exercício foi compensador para eles uma

vez que foi uma oportunidade para os países trocarem experiências e aprender a partir das melhores práticas sobre a integração dos ODMs nas estratégias de desenvolvimento nacional. Eles apelaram aos outros países Africanos para tirarem vantagem desta revisão para mostrarem os seus feitos e aprender das experiências de outros países.

94. O Secretário Executivo da CEA informou à Conferência que a primeira AMR foi um exercício inovador e credível semelhante à APRML e recomendou que todos os países participassem na revisão. O Secretário Executivo também informou à Conferência que a CEA continuaria a dar o seu conhecimento e apoio aos Estados Membros que participarem das revisões futuras. Ele convidou os Estados Membros a endossarem as consultas regionais sobre a AMR e garantiu o apoio de CEA na sua organização. Ele agradeceu ao Presidente do ECOSOC pela sua liderança e por ter feito a AMR progredir.

Análise do relatório e das maiores responsabilidades da reunião do Comité de Peritos das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças e da Conferência dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da CEA (Ponto 10 da Agenda)

95. O Presidente da reunião do Comité de peritos apresentou o relatório do Comité conjuntamente com oito (8) propostas de resoluções como indicado no documento E/CEA/CM/41/2 - AU/CAMEF/EXP/Rpt (III) para consideração e adopção pela Conferência. Ele indicou que o relatório continha o sumário das principais discussões e recomendações sobre as questões, como indicado na agenda adoptada para a reunião do Comité.

96. O Presidente indicou que o Comité debateu profundamente os recentes desenvolvimentos económicos e sociais em África, como destacado na Pesquisa de 2007 sobre as Condições Económicas e Sociais em África levada a cabo pela CUA e pela CEA no contexto da abordagem do tema principal da Conferência. Notando com satisfação o actual alto crescimento dos sectores não petrolíferos, tais como o turismo e a agricultura, o Comité estava preocupado com o efeito adverso resultante dos preços do petróleo sobre os países importadores do petróleo, bem como o aumento dos preços dos produtos de consumo. Ele disse que o Comité reconheceu que, no geral, o ambiente económico global impedia o crescimento das economias africanas. O Comité considerou igualmente que houve progresso nos esforços de integração do continente, particularmente nas áreas de comércio, convergência macro-económica, infra-estruturas e TICs e acolheu o Grande Debate sobre o Governo da União para a África e a Declaração de Acra sobre a aceleração da integração económica e política do continente.

97. No concernente às acções de seguimento para as principais conferências e cimeiras da União Africana e das Nações Unidas, bem como do CAMEF II da Conferência de Ministros da CEA em 2007, o Comité considerou e reviu várias questões relacionadas com a Carta Africana sobre Estatísticas; Mudanças Climáticas; Financiamento para o Desenvolvimento; os ODMs; e a análise regional de Revisão Ministerial Anual (AMR) do ECOSOC. O Comité debateu igualmente questões sectoriais chave, como os APEs, Ajuda

ao Comércio, estatísticas, ciência e tecnologia. Ele indicou que as deliberações do Comité conduziram à adopção e oito resoluções em torno das áreas prioritárias identificadas pelo Comité. Ele depois convidou a Conferência a considerar e a adoptar o relatório do Comité, conjuntamente com as oito propostas de resolução apenas ao relatório.

98. A Conferência tomou nota da apresentação e elogiou o Comité pela qualidade do relatório. Ao considerar o relatório do Comité, a Conferência fez algumas observações gerais e específicas sobre vários aspectos do relatório.

99. A Conferência acolheu a iniciativa da criação do Centro Africano para o Ambiente Político na CEA e sublinhou a necessidade de colaboração estreita entre o Centro e as instituições existentes que lidam com questões climáticas, tais como o Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD). A Conferência também sublinhou a necessidade da CEA continuar a apoiar o ACMAD e assegurar a participação efectiva das instituições Africanas relevantes noutras iniciativas sobre as mudanças climáticas e de desenvolvimento, tais como Clim – Dev.

100. A Conferência tomou nota da proposta da Carta Africana sobre Estatísticas e pediu a Comissão da UA para que realize mais consultas com os peritos legais sobre a Carta, particularmente sobre as questões relacionadas com multas por violação dos princípios fundamentais.

101. A Conferência questionou a fundamentação para a aceleração da criação do Banco Africano de Investimento, o Banco Central Africano. A esse respeito, o Comissário da UA para os Assuntos Económicos explicou que aquilo fazia parte da implementação da Lei Constitutiva da UA, bem como da decisão dos Chefes de Estado e de Governos Africanos para acelerar o processo.

102. A Conferência também expressou reservas sobre a tendência de alocar fundos, através de dotações aos orçamentos nacionais para os sectores prioritários. Sentiu-se que isto poderia negligenciar certos sectores que eram também importantes para o desenvolvimento económico e social dos países Africanos.

103. A Conferência depois endossou o relatório do Comité dos Peritos e as resoluções nele contidos à luz dos seus próprios comentários, observações e emendas. O relatório completo como originariamente adoptado pelo Comité encontrava-se apenas a este relatório como Anexo II.

Diversos (Ponto 11 da Agenda)

104. Com base neste ponto da agenda, a Conferência notou que os países Africanos não tiraram benefícios máximos dos seus recursos naturais. A este respeito, a Conferência sublinhou a necessidade de capacitação para melhorar os termos de comércio entre África e os seus parceiros comerciais e pediu a CUA e a CEA para negociar termos contratuais

favoráveis com os investidores estrangeiros que exploram os recursos naturais do continente.

105. A Conferência apelou a CUA e a CEA para continuarem a prestar apoio aos países Africanos no fortalecimento da sua capacidade negocial, particularmente no concernente às negociações em curso entre os APEs e a U.E.

106. A Conferência igualmente apelou a CUA e a CEA para que assegurem que o padrão dos documentos da Conferência em Árabe seja o mesmo que o de Inglês e Francês. Destacou, em particular, que esforços fossem envidados para alinhar os documentos em todas as línguas oficiais. Foi sugerido que, a este respeito, alguns Estados membros podiam apoiar na entrega atempada de documentos de qualidade em Árabe durante as futuras sessões da Conferência.

Análise e adopção da proposta da Declaração Ministerial sobre a proposta de resoluções e a declaração solene sobre a CEA (Ponto 12 da Agenda)

107. Com base neste ponto da agenda, a Conferência analisou, para efeitos de adopção, a proposta de Declaração Ministerial conjuntamente com oito propostas de resoluções e uma declaração solene sobre o 50^a aniversário da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA).

108. A proposta de Declaração Ministerial foi apresentada pelo Relator do Bureau da Primeira Reunião Anual da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana e da Comissão Económica dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico de África. Na sua apresentação, ele sublinhou as secções principais da proposta de declaração, que inclui uma parte introdutória e nove secções, cobrindo o seguinte: crescimento e desenvolvimento; aumento dos preços do petróleo e de alimentos; governação e estado capaz; empoderamento jurídico dos pobres; Objectivos do desenvolvimento do milénio; financiamento a longo prazo do HIV/SIDA; financiamento para desenvolvimento; mudanças climáticas; e imperativo da integração regional. A Declaração Ministerial também continha uma secção sobre Voto de agradecimento.

109. Ao analisar a proposta da Declaração Ministerial, os Ministros elogiaram o Relator e o Secretariado pela clareza e compreensão da declaração e analisaram-na até ao pormenor. Várias delegações fizeram comentários e observações sobre as várias secções da proposta da declaração, e destacavam questões específicas debatidas pela Conferência, que eles solicitavam para que o secretariado tomasse em consideração ao finalizar a proposta. Estas incluíam as seguintes questões: (i) o papel chave desempenhado pelo sector privado na geração de crescimento e emprego; (ii) financiamento a longo prazo do HIV/SIDA para cobrir todo o sector da saúde pública (iii) desflorestamento e desertificação como as maiores consequências das mudanças climáticas em África.

110. A Conferência de Ministros adoptou unanimemente a Declaração Ministerial à luz das observações acima indicadas e fez propostas de emendas. A versão emendada da Declaração encontrava-se apenas a este relatório como parte do Anexo I.

111. Os Ministros também analisaram e adoptaram unanimemente as oito propostas de resoluções com pequenas emendas a serem incorporadas pelo secretariado. As propostas de resoluções cobriram as seguintes áreas: (1) Financiamento para Desenvolvimento, (2) Mudanças Climáticas e Inovação para o Desenvolvimento sócio-económico de África; (3) Ciência em África: Fortalecendo a Pesquisa e o Desenvolvimento, e Inovação para o desenvolvimento sócio-económico da África; (4) Quadro Estratégico Proposto/programa Bienal de Trabalho para o Período 2010-2011; (5) Reunião Especial do Conselho de Administração do Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planificação (IDEP); (6) Carta Africana de Estatísticas; (7) Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; e (8) Avaliação do Progresso sobre a Integração Regional em África. As oito resoluções, tal como emendadas, encontram-se apenas ao relatório como parte do Anexo I.

112. A Conferência também adoptou unanimemente a proposta de declaração sobre o 50º aniversário da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA). A Declaração Solene sobre o 50º aniversário da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) encontra-se apenas a este relatório como parte do Anexo I.

Encerramento da Conferência (Ponto 13 da Agenda)

113. O Ministro das Finanças do Burundi apresentou um voto de agradecimento em nome dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico. O Ministro expressou gratidão ao Governo e o povo da República Federal e Democrática da Etiópia por acolher a Conferência, e ao Secretariado pela organização eficiente da reunião. Ele também elogiou o Presidente pela sua liderança e pela maneira competente com que dirigiu as sessões.

114. O Secretário Executivo da CEA, falando em nome da Comissão da UA e da CEA, felicitou os Ministros pelas suas deliberações e notou que os debates foram ricos e úteis. Ele expressou profunda gratidão quer ao Primeiro Ministro, Meles Zenawi, da Etiópia, quer ao Presidente, Jakaya Kikwete, da Tanzânia, e às personalidades de contribuição nos debates, que conduziram ao sucesso da Conferência.

115. Ele elogiou os Ministros pelo seu compromisso e pelas recomendações feitas sobre o caminho a seguir ao enfrentar os desafios de África, particularmente em áreas tais como as do crescimento e desenvolvimento, aumento dos preços do petróleo e dos bens de consumo, governação, empoderamento jurídico dos pobres, financiamento para o desenvolvimento, mudanças climáticas e integração regional. Ele sublinhou o papel importante da ciência e tecnologia, do sector privado e das estatísticas na resolução desses desafios. Ele notou que os resultados da Conferência serviriam de base para acção ao nível do país e ao nível regional, e a CEA continuariam a trabalhar em estreita

colaboração com a ADB e com outros parceiros no sentido de ajudar os Estados a traduzir isto em acções políticas e garantir que a África reclame o século 21.

116. Ele observou que a Conferência marcou o início das comemorações dos 50^o anos de existência da CEA, que continuariam durante todo o ano. Ele agradeceu o pessoal da Comissão da UA e da CEA, bem como a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da Conferência. Ele agradeceu igualmente a todos os participantes pela sua valiosa contribuição e pelo seu apoio.

117. No seu discurso de encerramento, o Presidente da Conferência observou que o sucesso da Conferência marcou um passo importante e um compromisso renovado para a CUA e a CEA trabalharem em estreita colaboração na procura de soluções para os problemas de África. A este respeito, ele expressou profunda gratidão ao Presidente da Comissão da UA, Sua Excelência Alpha Oumar Konaré, e ao Secretário Executivo da CEA, Sr. Abdoulie Jannah, bem como ao seu pessoal pelos esforços incansáveis envidados na co-organização da reunião. Ele agradeceu igualmente ao povo e ao Governo da República Federal e Democrática da Etiópia pela sua calorosa hospitalidade. Em seguida, ele declarou o encerramento da reunião.

ANEXO I

A. Resoluções adoptadas pela Conferência Conjunta

854 (XLI)

Financiamento para o Desenvolvimento

A Conferência dos Ministeros

Evocando a Resolução da Assembleia Geral A/RES/62/187 que solicita às Comissões regionais e as entidades pertinentes para organizarem consultas regionais sobre o financiamento para o desenvolvimento com vista a servir como contribuição para a revisão global do Consenso de Monterrey, em Novembro de 2008;

Evocando ainda os resultados da Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, tida lugar em Monterrey, México, de 18 a 22 de Março de 2002, e as recomendações do Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizado em Paris, França, de 28 de Fevereiro a 2 de Março de 2005;

Tomando nota da Declaração dos Ministros Africanos da Economia e Finanças, em Yaoundé, Camarões, a 23 de Novembro de 2006, e os resultados da Conferência dos Ministros Africanos sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Acra, Gana, a 30 e 31 de Maio de 2007;

Reconhecendo a necessidade de mobilização de recursos internos e externos para financiar investimentos necessários visando estimular o crescimento e melhorar as perspectivas para o alcance dos OMD em África;

Profundamente preocupados acerca da morosidade dos doadores na concretização dos seus compromissos para o aumento progressivo da ajuda aos países africanos; a melhoria da eficácia da ajuda, a resolução do problema da dívida, a concessão de maior acesso aos mercados, e a elevação da voz da África na governação de instituições internacionais;

Tendo em consideração os pontos de vista dos países africanos sobre os progressos na concretização dos objectivos do Consenso de Monterrey, tal como reflectidos nos resultados da Avaliação dos Responsáveis Políticos Africanos, apresentados pela Comissão Económica para a África e a Comissão da União Africana;

1. Faz um apelo aos países africanos para acelerarem os seus esforços com vista a impulsionar a mobilização dos recursos internos, criar condições internas apropriadas para o investimento, tomar medidas para o impedimento e inversão do expatriamento de capitais, e estabelecer bases sólidas para um crescimento económico rápido e sustentável;
2. Solicita aos parceiros de desenvolvimento de África para tornarem operacional a Iniciativa da Ajuda para o Comércio e assegurar ainda que ela não seja utilizada como base de obtenção de concessões de países africanos nas negociações comerciais em curso da Ronda de Doha;
3. Encoraja os doadores a adoptarem critérios de elegibilidade mais flexíveis no financiamento para o desenvolvimento, no contexto dos Países Menores Avançados (PMAs), e para a redução da dívida, nos termos da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAEs) e a Iniciativa da Redução da Dívida Multilateral (MDRI), por forma a permitir os países africanos não inseridos na categoria de PPAEs, para abordarem com mais eficácia os seus problemas de endividamento;
4. Exorta os doadores para aumentarem os seus esforços com vista a manterem os seus compromissos e as promessas feitas aos países africanos sobre o aumento da quantidade e a qualidade da ajuda, tal como reflectido no Consenso de Monterrey, na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Dívida, no Plano de Acção do G8 para a África e na Declaração da Cimeira de Gleneagles do G8 de 2005;
5. Lança um Apelo para uma maior representação e poderes para os países africanos em estruturas os processos de tomada de decisão das organizações internacionais, tais como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco para os Estabelecimentos Internacionais;
6. Congratula-se com a Comissão Económica para a África e a Comissão da União Africana pela investigação e o apoio técnico prestado aos países africanos no domínio do financiamento para o desenvolvimento;
7. Apela aos Estados Membros e os seus representantes na Sede das Nações Unidas para participarem activamente nas reuniões preparatórias e seminários sobre a implementação e revisões do Consenso de Monterrey.

855 (XLI)

Alterações Climáticas e o Desenvolvimento em África

A Conferência dos Ministeros

Reconhecendo o desafio que as mudanças climáticas colocam ao desenvolvimento sustentável em África, em particular, as implicações graves para a África que representam as conclusões da UNFCCC OP13/Kyoto Procol MOP-13, realizada em Bali, Indonésia, em Dezembro de 2007;

Cientes da necessidade dos países africanos estarem preparados para a série de negociações, dando origem a novos acordos internacionais sobre as mudanças climáticas, em Dezembro de 2009;

Lembrando a Decisão (Doc. Assembly/AU/12 (VIII) da Oitava Sessão Ordinária da Conferência da União Africana e a Resolução 852 (XL) adoptada pela Quadragésima Sessão da Conferência da CEA de Minisrtos Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico sobre as Mudanças Climáticas e o Desenvolvimento em África;

Lembrando também a promessa da Cimeira do G8 em Gleneagles, em 2005, de apoio aos esforços tendentes a ajudar os países e as regiões em desenvolvimento a obterem todos os benefícios do estabelecimento dos sistemas de observação para preencher o fosso existente entre os dados, desenvolver nos países e regiões capacidades de análise e interpretação de dados de observação, aplicar sistemas de apoio a estruturas de decisão e ferramentas relevantes para as necessidades locais e, em particular, trabalhar no sentido de reforçar as actuais instituições de análises climáticas em África;

Notando com apreço a iniciativa da Comissão das Nações Unidas para a África, da Comissão da União Africana e do Banco Africano de Desenvolvimeto, com vista ao desenvolvimento do programa “Clima e Desenvolvimento em África (Clim-Dev Africa)”, com particular ênfase nas políticas;

Convictos da necessidade do estabelecimento de mecanismos institucionais para ajudarem a reforçar a capacidade dos países africanos e as suas organizações inter-governamentais a enquadrarem as questões relacionadas com o clima nas suas políticas e programas de desenvolvimento aos níveis nacional, sub-regional e regional:

1. *Saúda e endossa* o estabelecimento do Centro Africano de Políticas Climáticas, com o objectivo de dar orientação aos países membros, e *insta* a CEA a tomar medidas para o funcionamento imediato;

2. Solicita a Comissão Económica das Nações Unidas para a África que, em colaboração com a Comissão da União Africana e o banco Africano de Desenvolvimento, tome as medidas necessárias para a implementação efectiva do programa Clim-Dev Africa, através das instituições pertinentes aos níveis nacional sub-regional e regional;
3. Solicita ainda a Comissão Económica para a África e o seu proposto Centro Africano de Políticas Climáticas que conceba o apoio necessário e reforce a sua parceria com o Centro Africano de Aplicação Meteorológica para o Desenvolvimento (ACMAD).

856 (XLI)

Parceria Científica com a África: Consolidação da Investigação e o Desenvolvimento, e a Inovação para o Desenvolvimento Sócio-económico da África

A Conferência dos Ministerios

Evocando a Resolução da Assembleia Geral (A/RES/60/205), de 22 de Dezembro de 2005, que sublinha o papel preponderante das Ciências, Tecnologias e a Inovação para a melhoria do bem-estar económico, que destacou a Declaração de Princípios de 2003 e o Plano de Acção de Tunes de 2005, a Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (WSIS);

Evocando ainda o compromisso dos Chefes de Estado africanos feito na sua 8ª Cimeira, em 2007, manifesto pela promoção da agenda de Investigação e Desenvolvimento (I&D) de África e pelo desenvolvimento de estratégias inovadoras para a geração de riquezas e o desenvolvimento económico, mediante a afectação de pelo menos um por cento do Produto Interno Bruto nacional (PIB) até 2010, tal como acordado pela Cimeira de Cartum de 2006, na decisão EX.CL/Dec. 254;

Tendo em consideração a Declaração de Adis Abeba sobre a Ciência e Tecnologia e a Investigação Científica para o Desenvolvimento, tal como estipulado na Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e o seu Plano de Acção Consolidado de Ciência e Tecnologia (PAC), adoptado pela Conferência dos Ministros da Ciência e Tecnologia, em 2006, na decisão EX/CL/Dec. 254 (VIII);

Reconhecendo a necessidade de esforços concertados para o cumprimento e a implementação do Plano de Acção Consolidado de Ciência e Tecnologia, através do sistema de Amplo Apoio da ONU à Comissão da União Africana e o seu Programa NEPAD, assim como outros mecanismos de parceria;

Registando com apreço os resultados da Ciência com a Conferência da África, tida lugar em Adis Abeba, de 3 a 7 de Março de 2008, e organizada pela CEA, a CUA e os seus parceiros, e as recomendações para o aumento progressivo de iniciativas com vista a reforçar a inovação, a investigação e o desenvolvimento científico nos Estados Membros:

1. *Regozija-se* com a liderança da CEA e a Comissão da União Africana por organizarem este oportuno e importante evento, designadamente a Parceria Científica com a Conferência da África

e o seu profundo impacto para a consolidação da Comunidade Científica Africana;

2. Exorta os governos africanos para tomarem as medidas necessárias para o aproveitamento da inovação, as actividades em torno da investigação e o desenvolvimento para a abordagem dos desafios do desenvolvimento, aumentando as atribuições orçamentais nacionais para as actividades em torno da investigação e o desenvolvimento, dentro do contexto da melhoria da produtividade económica e a promoção da inovação das economias nacionais;
3. Encoraja os operadores económicos e as instituições do ensino superior e de investigação africanos para conjuntamente apoiarem a inovação, as actividades em torno da investigação e o desenvolvimento, dentro do contexto da melhoria do desenvolvimento económico e da produtividade;
4. Convida a Comissão da União Africana e a CEA, em colaboração com o Grupo de Ciência e Tecnologia das Nações Unidas, o Banco Africano de Desenvolvimento, e outros parceiros internacionais para estabelecerem um Grupo Africano para a Ciência e Tecnologia de modo a forjar a implementação coordenada dos resultados e as recomendações da Conferência sobre a Parceria Científica com a África, como um mecanismo para sustentar a implementação do Plano de Acção Consolidado da Ciência e Tecnologia da União Africana e a NEPAD, assim como as actividades em torno da Ciência e Tecnologia delineadas no Plano Empresarial da CEA e no Programa de Trabalho e as Prioridades da CEA para o biénio 2008-2009, e não só;
5. Lança um apelo aos parceiros de desenvolvimento de África para proporcionarem todo o apoio necessário com vista a assegurar a implementação das recomendações;
6. Solicita ao Secretário Executivo da CEA e o Presidente da CUA para fazerem as diligências necessárias para a implementação das recomendações desta Conferência, incluindo a facilitação dos arranjos de parceria entre os governos, os operadores económicos e a sociedade civil, com a assistência de instituições de investigação e informar subsequentemente sobre a Conferência Conjunta na próxima reunião.

859 (XLI)

Carta Africana de Estatísticas

A Conferência de Ministros:

Considerando a importância das estatísticas para a formulação, monitorização e avaliação das políticas e programas de desenvolvimento e para a integração sócio-económica e cultural da África;

Considerando ainda a importância das estatísticas para o processo de tomada de decisões políticas, económicas e sociais;

Reconhecendo a necessidade de dados de qualidade, que implica o uso de normas e padrões reconhecidos internacionalmente, e para que os estatistas se mantenham fiéis ao código de conduta profissional;

Regozijando-se pelos progressos feitos nos últimos anos, como consequência das inúmeras iniciativas tomadas pelos Estados Membros, no domínio do reforço de capacidades e do desenvolvimento em matéria de estatística aos níveis nacional, regional e continental;

Evocando a Declaração AU/CAMEFII/Decl/II sobre a formulação de uma Carta Africana de Estatísticas e a criação de um fundo para o desenvolvimento da estatística em África, adoptada pela 2ª Reunião da Conferência de Ministros das Finanças e Economia da União Africana, realizada em Yaoundé, Camarões, em Novembro de 2006;

Acolhendo com agrado a Decisão EX.CL/Dec. 330 (X) de Janeiro de 2007, adoptada em Adis Abeba, Etiópia, e instando a Comissão da União Africana a fazer todas as diligências necessárias para desenvolver uma Carta Africana de Estatísticas;

Ciente da necessidade de estabelecimento de um quadro regulamentar para o desenvolvimento nacional, regional e continental das estatísticas:

1. Toma nota do Projecto de Carta e aceita, em princípio, os objectivos, as aspirações e os princípios profissionais do Projecto de Carta;
2. Solicita a CUA, em colaboração com os membros do Sistema Africano de Estatísticas, para continuar a consultar juristas especializados em matéria de redacção de Projecto de Carta;

3. Solicita também à Comissão da União Africana para submeter o Projecto de Carta revisto ao Conselho Executivo da UA, tal como solicitado pela Decisão EX.CL/Dec 330 (X) do Conselho Executivo;
4. Solicita ainda a Comissão da União Africana para que tome todas as providências necessárias, trabalhando em cooperação com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, o Banco Africano de Desenvolvimento e todos os membros do Sistema Africano de Estatísticas, com vista a concluir os estudos sobre os mecanismos de implementação da Carta e a criação de um fundo para o desenvolvimento das estatísticas em África.

860 (XLI)

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A Conferência de Ministros

Evocando as Resoluções da Cimeira de Acra, em Julho de 2007 e da Cimeira de Adis Abeba, em Janeiro de 2008, que solicitam os países africanos a intensificarem os seus esforços para concretizarem os ODMs e *apelando* à Comissão da União Africana (CUA), à Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para submeterem o relatório anual à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sobre os progressos na realização dos ODMs, com os respectivos dados estatísticos;

Evocando a resolução da União Africana, adoptada durante a sua Cimeira de Janeiro de 2008, apelando a CUA e a CEA para submeterem anualmente às Cimeiras da UA relatórios de situação (com dados estatísticos) do Grupo Africano Director do processo de realização dos ODMs;

Evocando igualmente as conclusões da Cimeira das Nações Unidas e a Avaliação a Médio Prazo dos progressos feitos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em 2005, e a Posição Comum da União Africana sobre os ODMs em 2005;

Lembrando as Declarações da Conferência dos Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA em Abuja, Nigéria, em 2005 e em Adis Abeba, em 2007, sobre a necessidade imperiosa de redobramos os seus esforços para alcançarem as metas especificadas no quadro dos ODM em África;

Reconhecendo a necessidade de se mobilizar mais recursos com vista a aumentarem os investimentos públicos para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em África;

Reconhecendo também os esforços que os países africanos estão a envidar para realizar os ODMs e aplaudindo os sucessos registados em vários países na concretização de vários objectivos;

Profundamente preocupados pelos progressos, de um modo geral lentos, registados na nossa região no tocante à realização dos ODMs;

Encorajados pelo contínuo apoio político, ao alto nível, aos ODMs na nossa região e na comunidade internacional;

Acolhe com agrado as recentes decisões do Secretário-geral das Nações Unidas de concentrar-se nos ODMs, incluindo a criação do Grupo Africano Director dos ODMs, o Grupo de Trabalho para a realização dos ODMs, o Grupo de Reflexão sobre a Lentidão do Processo de Realização e a organização de um evento ao alto nível sobre os ODMs em Setembro de 2008;

1. *Toma nota* da decisão das Nações Unidas de promover o intercâmbio de experiências entre os pares e de aumentar a contribuição da cooperação internacional para os esforços que visam a concretização dos ODMs, através do estabelecimento de uma Conferência Ministerial de Avaliação Anual do ECOSOC da ONU e o Fórum de Cooperação no domínio de Desenvolvimento (DCF), bem como *solicita* os Estados Membros a participarem activamente nesses fóruns;
2. *Toma ainda nota* da resolução da Cimeira de Acra que instrui a CUA, a CEA e o Banco Africano de Desenvolvimento no sentido de submeterem à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo um relatório anual sobre os progressos da região no processo de realização dos ODMs;
3. *Solicita* a CEA e CUA para utilizarem ao máximo os dados nacionais actualizados no relatório sobre os ODMs e, a este respeito, *apela* os Estados Membros para que disponibilizem os seus dados nacionais de forma atempada ao Centro Africano de Estatísticas, à Unidade de Estatística da CUA e ao Departamento de Estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento;
4. *Apela* os parceiros de desenvolvimento de África para que honrem os seus compromissos de aumentarem a ajuda pública ao desenvolvimento de África, de modo a facilitarem o processo de realização dos ODMs;
5. *Apela ainda* os países africanos para que honrem os seus compromissos de aumentar a verba orçamental para os sectores afectos aos ODMs, em particular atribuir os 10% do orçamento à agricultura, tal como foi acordado no Programa Geral da UA sobre o Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP), e 15% do orçamento à saúde, em conformidade com a Declaração de Abuja sobre o VIH/SIDA, a Tuberculose e outras doenças infecciosas;
6. *Toma nota* da exposição feita sobre a capacitação legal dos pobres e espera que o documento seja concluído e submetido à Conferência da União.

7. *Toma nota com satisfação* dos esforços da CEA, em colaboração com a União Africana, que visam promover a aprendizagem e o intercâmbio de experiências entre os pares sobre os ODMs, através do Grupo Africano de Reflexão sobre as Estratégias de Redução da Pobreza e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (PRS/MDGs-LG);
8. *Felicita* a CEA por ter desenvolvido uma Cartografia dos ODMs e *insta* os Estados Membros a explorarem a sua utilidade na informação e planificação dos ODMs.

861 (XLI)

Avaliação dos Progressos relativos à Integração Regional em África

A Conferência de Ministros,

Evocando a Decisão AU/Dec. 112 (VIII) da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Banjul, Gâmbia, dando mandato à CUA e às Comunidades Económicas Regionais (CERs) para coordenarem e harmonizarem as suas políticas com vista a acelerar o processo de integração da África;

Ciente do trabalho relativo à integração regional emanado do Tratado de Abuja, do Acto Constitutivo que institui a União Africana, da a Declaração de Sirte de Setembro de 1999 e o Plano de Acção de Lagos;

Saúda o grande debate sobre o Governo da União para a África, durante a 9ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Acra, Gana, e a Declaração de Acra para a aceleração da integração económica e política do continente;

Louva os progressos feitos pelos países africanos nos seus esforços de integração, particularmente nos domínios do comércio, da convergência macro-económica, das infra-estruturas e das Tecnologias de Informação (TIC), não obstante os inúmeros desafios que enfrentam:

1. *Solicita* a CUA, em colaboração com a CEA e as Comunidades Económicas Regionais (CERs), para continuar a promover a agenda de integração regional;
2. *Convida* os Estados Membros africanos a envidarem mais esforços em áreas vitais, como o desenvolvimento de infra-estruturas, e *solicita* também os bancos de desenvolvimento sub-regionais no sentido de desempenharem um papel primordial no financiamento de projectos infra-estruturais;
3. *Solicita ainda* à CUA para que estabeleça urgentemente das instituições financeiras pan-africanas, particularmente o Banco Africano de Investimento, de modo a angariar os recursos necessários para o financiamento de projectos e programas de integração regional;
4. *Acolhe com agrado* a proposta do Secretariado de estabelecimento de um Observatório para a Integração Regional em África, como uma

plataforma visando a partilha de conhecimentos e das melhores de integração regional;

5. *Saúda* a publicação conjunta pela CEA e a CUA do Relatório Regional sobre a Avaliação da Integração Regional em África (ARIA), e *convida* os Estados Membros e as CERs a participarem nela, fornecendo de dados e informação conexas para a sua publicação.

B. Declaração Ministerial Adoptada pela Conferência Conjunta

Nós, Ministros africanos responsáveis pelas Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, realizámos a nossa reunião conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana e a Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para a África (CEA), em Adis Abeba, de 31 de Março a 2 de Abril de 2008.

1. Congratulamos a República Federal Democrática da Etiópia pela celebração do seu Milénio de 2007 como parte da herança africana, em conformidade com a Resolução da Assembleia Geral A/RES/270 e a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, de Janeiro de 2007.
2. Congratulamos também a Comissão Económica das Nações Unidas para a África pelo seu 50º Aniversário e saudamos a sua dedicação e as inúmeras contribuições para o desenvolvimento social e económico de África.
3. Evocamos os resultados da Cimeira do Milénio das Nações Unidas de 2000; a Conferência das Nações Unidas de 2002 sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD); a Cimeira Mundial de 2005; o Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas, de 2005 sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, a Conferência dos Ministros da Economia e Finanças II (CAMEF II) da União Africana e a nossa Declaração no final da 40ª Sessão da Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA, como indicadores importantes dos nossos esforços visados a melhorar as condições humanas dos nossos povos.
4. Reiteramos o nosso compromisso para com os Objectivos de Desenvolvimento acordados Internacionalmente (IADGs), inclusive os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), e o Programa NEPAD da União Africana, como um quadro compartilhado para o desenvolvimento e a parceria global.
5. Lembrando o tema da Reunião Conjunta Anual: “*Resolução dos Novos Desafios no Século XXI*”, tomamos nota com satisfação de que o recente desempenho do crescimento foi encorajador, embora o seu impacto na redução da pobreza e na criação de emprego tenha sido fraco. Por conseguinte, há necessidade de se adoptar estratégias que assegurem um crescimento sustentado, partilhado e alargado, de modo a acelerar os progressos na realização dos OMD e resolver efectivamente os desafios do Século XXI.

Crescimento e Desenvolvimento

6. Reiteramos o nosso compromisso de tornar a criação de empregos um objectivo explícito e central das nossas políticas económicas e sociais aos níveis nacional, regional e continental, para o crescimento sustentável e o alívio da pobreza.

7. Reconhecemos que o conhecimento científico é um factor primordial para o crescimento, o emprego e a redução da pobreza, bem como para a competitividade das nossas economias no Século XXI; e, por conseguinte, estamos preocupados com o fraco nível do nosso ensino superior, dos sectores da ciência e tecnologia. Por isso, trabalharemos estreitamente com os Ministros de outros sectores, a fim de mobilizar os recursos adequados para melhorar a qualidade do ensino e elevar a sua importância, bem como disseminar o conhecimento, a ciência e a tecnologia, de maneira a desenvolver e criar novas competências e capacidades, enquanto que trabalhamos na base das capacidades actuais, preparando as nossas economias para que tenham mais sucesso no Século XXI. Reconhecemos igualmente o importante papel que o sector privado pode desempenhar neste sentido, e continuaremos a explorar e adoptar medidas para estimular e elevar a contribuição do sector privado para o crescimento e o emprego.

8. Reconhecemos também a importância de uma melhor gestão dos recursos naturais com vista ao crescimento económico e o desenvolvimento em África. Neste contexto, encorajaremos a adopção de princípios de boa governação no sector de extracção. Por outro lado, aprovamos, a adopção e implementação das recomendações sobre a avaliação do sector privado dos recursos naturais africanos realizada pela última grande reunião, organizada conjuntamente com a CUA e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em Fevereiro de 2007, incluindo a incorporação da gestão dos recursos naturais no processo do MARP.

9. Reiteramos também o nosso reconhecimento da importância das estatísticas para as políticas de promoção do crescimento e geração de empregos. Saudamos os esforços da Comissão da UA para a formulação de uma Carta Africana de Estatísticas. De igual modo, louvamos os esforços feitos pela maioria dos nossos países, preparando-se para participarem na reunião sobre o Censo Populacional de 2010, e iremos promover o uso das estatísticas para a planificação. Neste sentido, comprometemo-nos a colaborar com a CEA, a Comissão da UA e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em todos os sentidos, incluindo o fornecimento atempadamente e numa base regular, dados nacionais para a harmonização e a promoção das estatísticas e o reforço de capacidades em África.

10. Estamos cientes das insuficiências infra-estruturais e das dificuldades que criam ao processo de crescimento e o emprego. Com efeito, lembramos as decisões da Segunda Conferência Ministerial sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Acra, Gana, em 2007, relativa ao tema “Energia e Infra-estruturas, e comprometemo-nos a aumentar os investimentos infra-estruturais, incluindo os transportes multi-modais, para facilitar o crescimento acelerado e a expansão do emprego.

11. Reconhecemos a grande interdependência dos nossos países com o resto do mundo, e estamos cientes de que os eventos que têm lugar noutras regiões do mundo podem representar tanto oportunidades como desafios para o crescimento e o emprego na nossa região. Nesta base, solicitamos a CEA e a Comissão da União Africana que efectuem um estudo sobre as implicações para a África da possibilidade de um abrandamento da economia dos Estados Unidos da América e a crise mobiliária mundial, e que apresentem os resultados desse estudo na nossa próxima Conferência.

12. Acolhemos com agrado as novas oportunidades para acelerar o crescimento económico e a criação de emprego, que resultam da rápida expansão da cooperação Sul-Sul. Agradecemos as lições sobre políticas e o espaço fiscal que são proporcionados pelos sucessos de vários países do Sul. Portanto, comprometemo-nos a aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela Cooperação Sul-Sul.

Subida dos Preços do Petróleo e dos Géneros Alimentícios

13. A subida dos preços do petróleo envolve desafios tanto para os países exportadores de petróleo como para os importadores. Nós reafirmamos a necessidade dos países adoptarem fontes alternativas de energia, à luz da natureza finita do gás e dos recursos petrolíferos. Nós evocamos a decisão dos Chefes de Estado e de Governo de explorar a possibilidade de criação de um Fundo Africano do Petróleo, com o fim de ajudar os países africanos importadores de petróleo com baixo rendimento.

14. O recente aumento súbito dos preços do petróleo ao nível internacional, que poderia representar uma mudança estrutural com implicações a longo prazo, constitui uma séria ameaça ao crescimento da África, à paz e segurança. Por outro lado, reconhecemos que a subida de preços dos géneros alimentícios oferece oportunidades para o aumento da produção alimentar em alguns dos nossos países. Nós iremos explorar políticas e medidas com vista a mitigar os efeitos da subida dos preços de géneros alimentícios, sobre o padrão de vida, especialmente para os grupos vulneráveis, enquanto aproveitamos as oportunidades oferecidas por este fenómeno para aumentar a produção alimentar.

15. Em resposta ao aumento dos preços do petróleo, exortamos à Comissão da UA e o BAD para concluírem o estudo de viabilidade do Fundo Africano do Petróleo, e instamos ainda as instituições continentais, como a Comissão da UA, a CEA e o BAD, a proporcionar aos nossos países, plataformas e redes para o intercâmbio de experiências sobre a gestão de recursos naturais.

16. Para resolver o problema da subida de preços dos produtos alimentares, comprometemo-nos a tomar medidas rigorosas para a implementação de todos os pilares do Programa Geral de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP), com vista a alcançar a transformação estrutural do sector agrícola, bem como a promoção do comércio intra-africano e a integração regional.

Governança e Estados Competentes

17. Felicitamos a S. Exc^a o Dr. Jakaya Mrisho Kikwete, Presidente da República da Tanzânia e Presidente da União Africana, pelo seu discurso e apresentação inspiradoras sobre o imperativo da boa governação e o Estado competente, como pré-condição de uma resposta eficaz aos desafios enfrentados pelo Continente, visto que lutamos para o alcance do desenvolvimento social e económico.

18. Nós Reconhecemos os progressos feitos nos últimos anos em torno da boa governação no continente. Tomamos nota com satisfação do compromisso dos nossos líderes para com a boa governação, tal como manifestamente demonstrado pelo número crescente de países que aderem ao Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF). Sublinhamos a necessidade de se consolidar e reforçar as realizações feitas até o presente. Neste sentido, nós iremos explorar vias para a afectação de recursos suficientes para apoiar o processo do MARF, incluindo a provisão para a implementação do subsequente Plano de Acção Nacional e a sua integração no processo orçamental e nos quadros a médio prazo.

19. Reconhecemos a importância da descentralização para a promoção da boa governação e do crescimento económico. Reconhecemos igualmente os desafios do reforço de capacidades impostos pela descentralização das estruturas administrativas. Neste contexto, tomaremos as medidas necessárias, incluindo a melhoria da gestão financeira do sector público em estruturas descentralizadas, para minimizar os riscos à boa governação e o crescimento, que podem ser consequência da descentralização.

Capacitação Legal dos Pobres

20. Saudamos a S.E. Benjamin Mkapa, antigo Presidente da República Unida da Tanzânia, pela apresentação sobre a capacitação ou empoderamento legal

dos pobres, e tomamos nota das recomendações da Comissão relativamente ao Empoderamento Legal dos Pobres. Reconhecemos que a integração dos pobres é importante para o desenvolvimento económico e o alcance dos OMD. Neste sentido, tomamos nota com satisfação do último trabalho da Comissão, inclusive o desenvolvimento do convénio social negocial para o empoderamento dos pobres em África. Nós aguardamos com ansiedade pelo relatório final da Comissão, a ser submetido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

21. Acolhemos com agrado os progressos feitos até agora por alguns dos nossos países para o alcance das OMD. Reconhecemos que a maioria dos nossos países estabeleceram e implementam planos de desenvolvimento nacional compatíveis com os OMD/estratégias de redução da pobreza. Enquanto reconhecemos os progressos feitos, registamos com preocupação que a maior parte dos nossos países não estão em condições de concretizar todos os OMD até à data prevista. Por isso, comprometemo-nos a intensificar os esforços para a implementação dos nossos planos de desenvolvimento e as estratégias de redução da pobreza, otimizar o uso dos recursos naturais e mobilizar mais recursos para aumentar os investimentos no sector público, de maneira a realizar os OMD até à data prevista.

22. Felicitamos o Secretário-geral das Nações Unidas por ter criado o Grupo Director e o Grupo de Trabalho dos OMD. Louvamos a decisão dos nossos Chefes de Estados e de Governo, tomada durante a Cimeira da União Africana de Janeiro de 2008, de aprovar esta iniciativa e apoiá-la.

23. Felicitamos ainda o Secretário-geral das Nações Unidas por ter tomado decisões no sentido de organizar um evento de alto nível sobre os OMD, à margem da Reunião de Alto Nível sobre o Desenvolvimento em África, em Setembro de 2008, com vista a mobilizar mais apoio para a realização dos OMD em África e para promover o desenvolvimento, em geral, no continente. Nesta base, comprometemo-nos a ser actores activos nesses dois eventos.

24. Louvamos e endossamos a nova iniciativa das Nações Unidas para promover uma reflexão entre os pares e o intercâmbio de experiências entre os Estados Membros, através da Avaliação Anual do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (AMR) ao nível ministerial. De igual modo, saudamos e endossamos os esforços das Nações Unidas para promover o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento, através do Fórum recentemente estabelecido das UN-ECOSOC para a cooperação no âmbito do Desenvolvimento (DCF). Comprometemo-nos a aproveitar as oportunidades oferecidas por estas duas instituições e apelamos a CEA para que apoie a

organização de AMRs, regionais e a participação activa dos Estados Membros em ambos os AMRs, regional e global ao nível do ECOSOC.

Financiamento da Saúde a longo prazo

25. Saudamos a expansão do acesso ao tratamento das pessoas que vivem com o VIH/SIDA, de 100.000 em 2003, para 1,3 milhões, em 2006. Tomamos nota com preocupação da necessidade de financiamento sustentável a longo prazo e o investimento na saúde criado por essa e outras doenças incluindo a TB e a Malária. Neste sentido, comprometemo-nos, em consulta com os colegas do sector, para explorar mecanismos visando alargar o acesso ao tratamento para as pessoas que vivem com o VIH/SIDA e a intensificar os esforços para prevenir a propagação da epidemia, outras doenças infecciosas relacionadas e a Malária.

Financiamento para o Desenvolvimento

26. Tomamos nota da próxima Revisão Global do Consenso de Monterrey sobre o financiamento para o Desenvolvimento, em Doha, Qatar, em Novembro de 2008. Apreciamos a importância dessa avaliação dos nossos esforços visados a mobilizar recursos adicionais para o aumento gradual dos investimentos dos sectores público e privado, e acelerar os progressos em direcção aos objectivos de crescimento e desenvolvimento. Neste sentido, sublinhamos a necessidade de as nossas regiões se prepararem e participarem activamente na próxima revisão e que se comprometam a fazê-lo.

- **Mobilização Interna de Recursos Financeiros**

27. Reconhecemos a importante tarefa de mobilização de recursos internos para o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, comprometemo-nos a redobrar os esforços para mobilizar poupanças internas, reforçar os nossos sistemas financeiros, estancar a fuga de capitais, promover a bolsa Pan-Africana e reduzir os custos de transacção de fundos. Nesta conformidade, exploraremos as medidas apropriadas para garantir que os recursos domésticos sejam canalizados para investimentos produtivos.

- **Promoção do Comércio Internacional**

28. O desenvolvimento da capacidade comercial é vital para aumentar a capacidade de África de tirar partido das grandes oportunidades criadas no sistema do comércio multilateral. Analisámos os progressos na implementação da Iniciativa da Ajuda ao Comércio e estamos preocupados com a sua lentidão. Neste contexto, tomaremos medidas no sentido de assegurar todos os benefícios desta iniciativa.

- **Redobrar a Cooperação Financeira e Técnica Internacional**

29. Elogiamos o aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) dirigida ao nosso continente, proveniente dos nossos parceiros tradicionais e de novos/emergentes parceiros de desenvolvimento. Notamos, contudo, que o recente aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento deve-se ao alívio da dívida e à assistência humanitária, e não reflecte recursos adicionais para financiamento do desenvolvimento. Apelamos os nossos parceiros a honrarem com os seus compromissos de aumentar a sua eficácia à ajuda, conforme expresso na Declaração de Paris de 2005. Apelamos ainda à CUA e a UNECA a continuar a prestar assistência aos nossos países na preparação da próxima Revisão Global do Consenso de Monterrey, em Doha, Qatar, em Novembro de 2008.

- **Dívida Externa**

30. Embora reconheçamos o impacto positivo do alívio da dívida sobre o fardo da dívida de África, continuamos preocupados porque os níveis da dívida continuam muito altos e constituírem um desafio à capacidade do nosso continente de financiar a sua agenda de desenvolvimento. Notamos as dificuldades que enfrentam os países que não fazem parte do HIPC (Países Pobres Altamente Endividados) em cumprir as suas obrigações de serviço da dívida, mobilizar recursos para financiar os seus programas de desenvolvimento e cumprir com os OMD; e apelamos para uma maior flexibilidade nos critérios de elegibilidade para o alívio da dívida. Preocupados ainda com o extenso intervalo entre os pontos de decisão e de conclusão dos HIPC, nos últimos tempos, apelamos aos nossos credores a flexibilizar as condições de acesso ao alívio da dívida, de maneira a reduzir o tempo de conclusão dos processos.

31. Para muitos países, o recurso à dívida continua a ser o mecanismo dominante para o financiamento de investimentos do sector público, a promoção da diversificação das estruturas de produção e a garantia de um maior crescimento. Mas para maximizar a contribuição da dívida, melhoraremos as capacidades e os sistemas de gestão do serviço da dívida e do financiamento do sector público. Analisaremos igualmente as formas de melhorar a ponderação na gestão de todos os nossos recursos, reduzir a importância da dívida no nosso perfil fiscal, melhorando e reforçando os nossos sistemas de colecta de receitas fiscais a nível interno, e alargar e aprofundar a base de impostos das nossas economias. Portanto, solicitamos a CEA, a CUA e outras organizações internacionais pertinentes para que facilitem o encontro de reflexão paritária e o intercâmbio de experiências sobre a gestão da dívida entre os nossos países.

- **Questões Sistemáticas**

32. Reconhecemos a importância do reforço da coerência e a consistência dos sistemas da governação, financeiros, comerciais e monetários. Convidamos a comunidade internacional no sentido de dar mais voz à África na gestão das instituições internacionais, cujas decisões afectam as economias africanas.

Mudanças Climáticas

33. As mudanças climáticas representam tanto oportunidades como desafios para o desenvolvimento sustentável no nosso continente. No que concerne os desafios, estamos particularmente preocupados com o fenómeno da desertificação e a desflorestação. Reafirmamos o nosso compromisso de integrar e implementar efectivamente medidas de adaptação às mudanças climáticas e estratégias para a sua mitigação nos nossos quadros nacionais e regionais de desenvolvimento. Sublinhamos também a necessidade de apoiar os esforços tendentes a reforçar as capacidades nos nossos países nesta área, incluindo a capacidade e o acesso desses mecanismos de financiamento, tais como o “Clean Development Mechanism” e o Fundo de Adaptação, bem como aproveitar as nossas oportunidades comerciais, incluindo o “carbon trading”.

34. Apelamos a CUA, em colaboração com a UNECA e o BAD, para apoiar a um processo consultivo da preparação de África para uma activa participação na execução do Roteiro de Bali de negociações multilaterais para um pós-Acordo do Clima Global de 2012.

35. Saudamos e aprovamos a iniciativa da CEA de estabelecer o Centro Africano de Política Ambiental para servir de braço de Orientação Política do projecto de “Informação Ambiental para o Desenvolvimento em África” (ClimDev-África) e exortamos a Comissão da UA, CEA e o BAD a empreenderem as acções necessárias para a efectiva implementação deste programa.

36. Em conformidade com a decisão dos nossos Chefes de Estado e de Governo na sua Conferência referente à seca, nós apelamos a CEA para fortalecer o seu apoio à e parceria com o Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (CAAMD)

Imperativo da Integração Regional

37. Reafirmamos a importância da integração regional para o avanço da agenda de desenvolvimento de África e tomaremos medidas para acelerar o processo através do programa da NEPAD da UA e outras iniciativas, incluindo a racionalização das CERs. Vamos também redobrar esforços para promover o

desenvolvimento regional de infra-estruturas e o comércio intra-Africano. Nesta conformidade, intensificaremos os esforços para acelerar o estabelecimento de outras instituições regionais por forma a mobilizar os recursos necessários para o financiamento de projectos e programas de integração regional. Comprometemo-nos também promover a convergência macro-económica nas Comunidades Económicas Regionais.

Moção de agradecimentos

38. Agradecemos à S.E. Sr. Meles Zenawi, Primeiro Ministro da República Democrática Federal da Etiópia e Presidente do Comité de Chefes de Estado para Implementação da NEPAD e do Fórum Africano de Avaliação dos Pares, pelo seu discurso animador no acto inaugural. Agradecemos também o Povo e o Governo da Etiópia pela generosidade e calorosa hospitalidade que nos foi reservada durante a nossa estadia em Adis Abeba.

39. Agradecemos a S. Exc^a o Sr. Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia e Presidente da União Africana pelo seu discurso altamente encorajador, que criou a tendência para o enriquecimento e a abrangência das deliberações da nossa Conferência.

40. Agradecemos ainda os nossos Convidados Especiais e Eminentes Personalidades cuja participação na nossa reunião, enriqueceu o nosso debate; a saber:

- S. Exc^a Sr. Benjamin Mkapa, antigo Presidente da República Unida da Tanzânia pela sua alocução em torno da “Capacitação Legal do Pobre”, que figurava na Agenda da nossa Conferência;
- S. Exc^a o Embaixador Léo Mérorés, Presidente do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), pela sua apresentação sobre a Revisão Ministerial Anual do ECOSOC;
- Prof. Adebayo Adedeji, antigo Secretário Executivo da UNECA e Presidente em exercício do painel de Eminentes Personalidades do MAPR (Mecanismo de Avaliação dos Pares), pela sua apresentação à volta do “Crescimento, Emprego e Pobreza”;
- Dr. Rajendra K. Pachauri, Presidente do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), e o Director-Geral do Instituto Indiano da Energia e Recursos (TERI), pelas suas apresentações valiosas e com substância.

41. Elogiamos S. Exc^a. Sr. Alpha Oumar Konaré, Presidente Cessante da Comissão da União Africana e S.E. Sr. Abdoulie Janneh, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da CEA pela sua visão e liderança.

42. Finalmente, exprimimos a nossa gratidão à CEA e a Comissão da UA por terem organizado com sucesso a Primeira Sessão Conjunta Anual da Conferência da Economia e Finanças da União Africana e a Conferência da UNECA dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico.

C. Declaração Solene sobre o 50º Aniversário da Comissão Económica para a África

**DECLARAÇÃO SOBRE O 50º ANIVERSÁRIO DA
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A ÁFRICA**

Nós, os Ministros, reunidos em Adis Abeba, por ocasião do 50º Aniversário da Comissão Económica das Nações para a África.

Declaramos que, desde o seu estabelecimento, a meio século atrás, a Comissão Económica para a África (CEA) teve uma história de realizações significativas no cumprimento do seu mandato de harmonizar o desenvolvimento económico e social dos seus Estados Membros; forjar a integração regional e promover a cooperação internacional em prol do desenvolvimento de África;

Reconhecemos que a CEA continuou a responder efectivamente às necessidades dos seus Estados Membros num ambiente regional e global em mudanças;

Reafirmamos a contínua relevância efectiva do mandato da CEA, assim como o nosso compromisso para apoiar e consolidar a sua efectiva implementação;

Aproveitamos a oportunidade desta comemoração do precioso Júbilo para exprimirmos o nosso reconhecimento a todos os homens e mulheres que trabalharam e continuam a trabalhar para a execução do mandato da Comissão; e

Reconhecemos que

Há 50 anos a CEA tem estado intimamente emparceirada com os países da região, uma vez que batalharam para ultrapassarem os obstáculos estruturais; transformarem as suas economias e promoverem a participação africana na agenda de desenvolvimento regional;

Os esforços da CEA ocasionaram o estabelecimento de novas iniciativas, quadros e instituições de integração regional;

A CEA avançou com novas iniciativas vitais para abordagem dos desafios sociais e económicos do continente;

A Comissão desempenhou um papel primordial na formulação e defesa das posições comuns africanas nos processos de tomada de decisões ao nível

global, assim como a articulação de novas abordagens para parcerias com a comunidade internacional;

Estamos, ao mesmo tempo, conscientes da deslumbrante realidade de que são necessários muito mais progressos para elevar os padrões de vida das populações de África e para a África “reivindicar o Século XXI”;

Nós, por conseguinte, aprovamos plenamente a perspectiva do precioso júbilo da CEA, que agora devemos colectivamente fazer uma pausa e reflectir sobre se a nossa trajectória de desenvolvimento está ou não no caminho certo, uma vez que também consideramos o futuro papel da África na economia global.

Nós, no entanto

Reiteramos que a cooperação e a integração são a chave para a celebração do desenvolvimento da África e a melhoria do bem-estar das gerações presentes e futuras, e colocaremos a pedra angular para a estabilidade política e uma paz duradoira em todas as partes da região;

Reconhecemos o importante papel que a CEA deve continuar a desempenhar, na tentativa de ajudar a fazer face aos desafios sócio-económicos e avançar a agenda da integração;

Renovamos o nosso apoio a uma Comissão responsável como um fórum essencial para a satisfação das inúmeras necessidades dos seus Estados Membros; e

Enfatizamos a necessidade de se fazer mais para o aproveitamento dos recursos regionais, com o fim de responder às prioridades de desenvolvimento da África;

Prometemos apoiar cabalmente a CEA, visto que trabalha para o aumento progressivo das actividades com vista a alcançar os resultados nos dois pilares da sua nova orientação estratégica, nomeadamente, a promoção da integração regional, no apoio da visão e as prioridades da UA; e satisfazer as necessidades especiais da África e enfrentar os desafios globais emergentes.

Anexo II

Relatório do Comité de Peritos da Primeira Reunião Conjunta Anual da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e a Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA

A. Introdução

1. A reunião do Comité de Peritos da Primeira Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros de Economia e Finanças da UA e a Conferência de Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA foi realizada em Adis Abeba, Etiópia de 26 a 29 de Março de 2008. Durante a sessão inaugural, os responsáveis a seguir indicados fizeram observações preliminares: Sr. Getachew Adem, Chefe do Departamento de Investigação e Planificação do Desenvolvimento do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico da República Federal Democrática da Etiópia e Presidente da Mesa cessante do Comité de Peritos da Conferência de Ministros da CEA; o Sr. Paul Ekorong, Presidente da Mesa cessante do Comité de Peritos da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e Encarregado de Negócios da Embaixada da República dos Camarões em Adis Abeba; o Sr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana e o Sr. Abdoulie Janneh, Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica para a África (CEA). O discurso de abertura foi proferido por S.E. Sr. Makonnen Manyanzewal, Ministro de Estado das Finanças e Desenvolvimento Económico da República Federal Democrática da Etiópia.

A. Presenças

2. A reunião contou com a participação de representantes dos Estados Membros a seguir indicados: Angola, África do Sul, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Guiné, Quênia, Libéria, Jamahiriya Árabe Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, República Centro-africana, República Democrática do Congo, República Democrática da Guiné, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sierra Leone, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. De igual modo, participaram na reunião as seguintes Comunidades Económicas Regionais: Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); Mercado Comum para os Estados da África Oriental e Austral (COMESA); Comunidade da África Oriental (CAO); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comissão do Oceano Índico (COI); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD); Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL); União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA); e Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

4. Os órgãos e agências especializadas das Nações Unidas a seguir indicados estiveram igualmente representados: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Internacional das Telecomunicações (UIT), Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (UN-HABITAT), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Departamento das Nações Unidas para a Proteção e Segurança (UNDSS), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Gabinete das Nações Unidas do Alto Comissário para os Direitos Humanos (UNOHCHR), Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM), Escritório de Ligação das Nações Unidas com a União Africana (UNLO-AU), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Organização Mundial para a Meteorologia (OMM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (ONUSIDA), União Postal Universal (UPU) e Banco Mundial.

5. Estiveram igualmente presentes observadores dos seguintes Estados Membros das Nações Unidas: China, Áustria, Índia, Suécia, Estado da Palestina, Dinamarca, Finlândia, Itália, Federação Russa; e a Missão dos Estados Unidos junto à União Africana.

6. Participaram também na reunião observadores das seguintes organizações: Action Aid International, Fundação Africana para o Reforço de Capacidade (ACBF), Centro Africano para o Desenvolvimento e Estudos Estratégicos (ACDSS), Fórum e Rede Africanos sobre a Dívida e o Desenvolvimento (AFRODAD), African Futures Institute, African Monitor, African Research and Resource Forum (ARRF), Associação de Bancos Centrais, Banco Árabe para o Desenvolvimento em África (BADEA), Banco dos Estados da África Central (BEAC), Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Amigos da CEA, Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), Femmes Africa Solidarité et Information et Communication, Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Organização Internacional de Migração (OIM), Agência Japonesa para a Cooperação Internacional (JICA), Liga dos Estados Árabes (LEA), Organização Internacional da Francofonia (OIF), Centro Africano de Investigação Aplicada e Formação em Matéria de Desenvolvimento Social (ACARTSOD), Africa Public Health Development Trust, Comité Africano para o Bem-estar da Criança (ACWC), Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Missão das Nações Unidas junto à União Africana e MWENGO.

B. Adopção da Agenda e Eleição da Mesa

7. A agenda a seguir indicada foi adoptada pelo Comité:

1. Abertura da Conferência
2. Eleição da Mesa
3. Adopção do projecto de agenda e do programa de trabalhos
4. Análise dos recentes desenvolvimentos económico e social em África
5. Avaliação dos progressos sobre a integração regional em África
6. Seguimento das últimas conferências

- *Seguimento da última sessão da Conferência da CEA dos Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico/Quadragésima Sessão da Comissão: Relatório Anual da CEA, 2008*
- *Seguimento da última sessão da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA (CAMEF II)*

7. Seguimento das principais conferências e cimeiras da União Africana e Nações Unidas

- *Carta Africana sobre Estatísticas*
- *Mudanças Climáticas: Perspectivas Africanas para o Acordo pós 2012*
- *Análise Regional do Financiamento para o Desenvolvimento: Perspectivas dos países africanos no Consenso de Monterrey – Resultados dos Estudos*
- *Análise dos progressos registados na realização dos OMDs em África, relatório de 2008*
 - ***Análise Regional da Revisão Ministerial Anual do ECOSOC (AMR)***

8. Questões de políticas sectoriais

- *Questões Comerciais principais:*
 - *Negociações dos Acordos de Parceria Económica: Uma análise comparativa dos acordos provisórios;*
 - *Ajuda ao Comércio: Progressos registados na implementação da iniciativa e relatório sobre o mandato da CEA*
- *Coordenação dos esforços para o desenvolvimento da capacidade de produção de Estatísticas em África: Uma Perspectiva Africana*
- *Ciência & Tecnologia ao serviço do desenvolvimento: Conclusões e Acções Recomendadas da Conferência sobre Parceria Científica em África*
- *Apoio alargado do sistema das Nações Unidas à União Africana e ao seu programa NEPAD*

9. Questões estatutárias:

Relatório da CEA sobre a análise externa do Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) Proposta do Quadro Estratégico da CEA para o período 2010-2011

10. Apresentação e discussão do tema: *Resolver os Novos Desafios de Desenvolvimento da África no Século XXI*
11. Diversos
12. Análise e adopção do projecto de relatório do Comité de Peritos e dos projectos de resoluções
13. Encerramento da Reunião.

Eleição da Mesa

8. Os seguintes membros da nova Mesa foram eleitos unanimemente pelo Comité:

Presidente:	Etiópia
1º Vice-presidente:	Chade
2º Vice-presidente:	Argélia
3º Vice-presidente:	Côte d'Ivoire
Relator:	Suazilândia

9. A eleição dos membros da Mesa foi realizada no contexto da actual fase de transição da Conferência Conjunta, que se reunia pela primeira vez. A Comissão da União Africana (UA) e o Secretariado da CEA reunir-se-ão posteriormente para decidirem sobre as normas e os procedimentos relacionados com a composição da Mesa de futuras reuniões conjuntas da Conferência de Ministros de Economia e Finanças da UA e a Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico dos países membros da CEA reflectindo as realidades de ambas as organizações.

C. Questões de Procedimento

Discursos de Abertura

10. Nas suas observações preliminares, o Sr. Paul Ekorong, Presidente da Mesa cessante do Comité de Peritos da Segunda Conferência dos Ministros da Economia e Finanças (CAMEF II) da União Africana, deu as boas-vindas aos participantes à reunião e informou-os dos resultados da CAMEF II realizada em Yaoundé, Camarões, em Novembro de 2006. Ele disse que o objectivo principal da CAMEF II era o de apreciar e traçar recomendações sobre as questões económicas principais e os desafios com que se confrontam os países africanos, incluindo a estratégia para acelerar o processo de estabelecimento das três principais instituições financeiras africanas, como prevê o Artigo 19 do Acto Constitutivo da União Africana, nomeadamente o Banco Central Africano (BCA), o Banco Africano de Investimento (BAI) e o Fundo Monetário Africano (FMA); o Roteiro para a Racionalização das

Comunidades Económicas Regionais (CERs); o relatório da reunião dos Directores-gerais das Alfândegas Africanas; a revisão da ajuda à Iniciativa do Comércio; o Desenvolvimento do Micro-crédito em África; e a Carta Africana de Estatísticas.

11. Na ocasião, houve um grande apoio da parte de países africanos ao estabelecimento dessas três instituições financeiras no continente, e foram consideradas várias modalidades para o seu funcionamento eficaz. Em relação à questão da racionalização das CERs, a Conferência recomendou que se fizesse uma avaliação completa dos custos e benefícios do registo de filiações múltiplas. Ela sublinhou igualmente a necessidade de: fortalecer a coordenação entre as CERs, particularmente as oito instituições reconhecidas; envolver os Ministros das Finanças e do Planeamento nas negociações comerciais em curso, particularmente em relação às questões aduaneiras; estabelecer comités nacionais de ajuda ao comércio; promover a diversificação da produção; e melhorar a qualidade dos produtos africanos; enquadrar o comércio nas políticas e programas nacionais; promover o micro-crédito, através do estabelecimento de um mecanismo de refinanciamento e o intercâmbio das melhores práticas; conceber uma Carta Africana sobre as Estatísticas e a criação de um Fundo de Desenvolvimento de Estatísticas.

12. O Sr. Sr. Getachew Adem, Presidente da Mesa cessante do Comité de Peritos da Conferência de Ministros das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento Económico da CEA, saudou os participantes na reunião e considerou que a realização de reuniões conjuntas das duas instituições era um bom desenvolvimento, dada a necessidade de interacção entre elas, relativamente aos assuntos e desafios comuns que enfrentam. Ele evocou algumas das recomendações importantes da 26ª Reunião do Comité de Peritos, em Março de 2007, e avaliou os progressos feitos na sua implementação. A Mesa e o Secretariado obtiveram ganhos significativos em várias áreas importantes, desde essa última reunião. A realização mais importante, de entre elas, foi: a organização da Reunião Ministerial sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que teve lugar em Acra, Gana, em Maio de 2007, sobre o tema: "Infra-estrutura para o Crescimento Económico – o Desafio da Energia"; a participação de alguns países africanos na primeira Avaliação Ministerial dos progressos realizados no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que é feita anualmente a nível global em Genebra; o apoio a vários países em preparação das suas estratégias de desenvolvimento nacional harmonizadas com os ODM e outros objectivos de desenvolvimento; o desenvolvimento de uma cartografia dos ODM como uma ferramenta para a planificação e a monitorização dos progressos feitos no domínio dos ODM ao nível de países.

13. Durante todo o ano, os programas de sensibilização, investigação e formação da Comissão em apoio aos ODM centraram-se nas questões políticas relativas à redução da pobreza, às estatísticas, ao desenvolvimento social, às negociações comerciais, à informação, à ciência e à tecnologia, ao género, à governação, à administração pública e às mudanças climáticas. A Comissão continuou a contribuir e a conceder apoio técnico ao Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAAP), como forma de acelerar os progressos na concretização dos ODM. Para além disso, a CEA participou activamente no trabalho do Grupo Africano Director dos ODM e do Grupo Africano de Trabalho dos ODM, criados pelo Secretário-geral das Nações Unidas, em Setembro de 2007, com vista a mobilizar recursos e manter o apoio internacional para

a concretização dos ODM em África. O Secretário Executivo da CEA é membro do Grupo Africano de Trabalho dos ODM, e o Presidente da Comissão da UA, bem como o Presidente do BAD foram ambos membros do Grupo Director.

14. Em relação ao tema da Conferência, o Presidente observou que a África deve resolver os seus problemas imediatos e de longo prazo, de maneira a melhorar a condição humana das suas populações e a acelerar o processo de realização dos ODM na região. Neste contexto, apelou ao Comité para que fizesse uma apreciação profunda das opções políticas e que formulasse recomendações concretas para a tomada de medidas tendentes a resolver esses desafios.

15. Finalmente, o Presidente agradeceu os seus colegas de Mesa e a todos os membros do Comité pela excelente cooperação que lhe estenderam durante o seu mandato como Presidente da Mesa. Ele felicitou igualmente o Secretário Executivo e todo o pessoal da CEA pelo trabalho notável que fizeram durante o ano anterior, no sentido de reposicionar a Comissão e avançar o processo de implementação da Agenda de Desenvolvimento de África.

16. O Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos na Comissão da União Africana, no seu discurso de abertura, lembrou que a decisão de realizar as reuniões conjuntas foi tomada durante a CAMEF II, em Yaoundé, em Novembro de 2006 e, subsequentemente, aprovada pela Cimeira da UA em Janeiro de 2007. A primeira reunião conjunta, em curso, acrescentou, é importante para a parceria entre a CEA e a CUA. Entretanto, felicitou o Sr. Abdoulie Janneh, Secretário Executivo da CEA, pela sua visão, empenhamento e espírito de liderança na organização da Conferência. Ele valorizou sobremaneira a colaboração entre as duas instituições e disse que esperava ver o seu crescimento. Seguidamente, felicitou o Secretário Executivo e todo o pessoal da CEA pela celebração das Bodas de Ouro, o Quinquagésimo Aniversário da Comissão e pelo papel importante que a CEA desempenhou no processo de desenvolvimento do continente desde o início. Finalmente, apelou à CEA para que continuasse a apoiar a União Africana e o seu Programa NEPAD.

17. O tema da Conferência não podia ter sido escolhido em melhor altura. A criação do emprego é um desafio que tem preocupado sempre a África até no Século XXI, pondo em causa a capacidade do continente de realizar o objectivo de redução da pobreza. Para resolver este desafio, os Chefes de Estado e de Governo africanos adoptaram a Declaração e o Plano de Acção de Ouagadougou sobre o Emprego e a Redução da Pobreza, em 2004.

18. Estreitamente ligada ao problema do emprego está a escalada de preços de alimentos e da energia, que não se deve considerar como sendo um fenómeno temporário, mas deve ser compreendido em toda a sua complexidade. Uma vez que as forças por detrás da escalada de preços de produtos alimentares estão relacionadas com o clima, as mudanças climáticas foi um outro desafio que teve de ser abordado. Com efeito, os Chefes de Estado e de Governo africanos, durante a sua Cimeira em Janeiro de 2007, convidaram os países africanos a desenvolverem políticas e estratégias para combaterem esta ameaça. A CUA, a CEA e o Sistema Global de Observação do Clima lançaram um Plano de Acção intitulado "Clim Dev Africa", que

visava enquadrar a informação climática nos processos de tomada de decisão política. Um outro desafio que tem confrontado a África até no Século XXI é a pandemia do VIH/SIDA. Para resolver este desafio, o Comité poderá considerar as modalidades e as opções políticas que assegurem que os países africanos aumentem as suas verbas orçamentais para a saúde, no mínimo até 15%, de acordo com a Declaração de Abuja de 2001.

19. O Sr. Aboulie Janneh, Secretário Executivo da CEA, deu as boas-vindas aos participantes à reunião e observou que a sua presença era uma forte indicação do apoio à ideia de realização de reuniões conjuntas da Conferência de Ministros das Finanças (CAMEF) da UA e a Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA. Ele manifestou aos Presidentes das duas Mesas cessantes o seu apreço pela generosidade dos seus respectivos países, Camarões e Etiópia, por terem acolhido as duas últimas reuniões. Ele agradeceu igualmente os membros de ambas as Mesas pela sua contribuição.

20. A presente reunião é importante, considerando o facto de que ela trará maiores sinergias e coerência à resolução de questões económicas e sociais cruciais em África, e permitirá uma maior colaboração entre as duas instituições. Para além disso, ela coincide com o 50º Aniversário da CEA. Embora o tema do ano anterior “*Acelerar o Crescimento Económico e o Desenvolvimento para a Concretização dos ODM*”, continua a ser relevante, o Comité deve continuar a procurar ideias com vista a resolver os desafios emergentes, que possam comprometer a concretização dos ODM; daí o tema da reunião: *Resolver os Novos Desafios de África no Século XXI*.

21. O Secretário Executivo realçou a necessidade de se manter o crescimento económico a uma média de 7% por ano, se se desejar realizar os ODM, uma vez que o recente crescimento económico de África ainda não resultou em grandes oportunidades de emprego, nem na redução da pobreza. O crescimento económico e o emprego constituem os principais problemas da pobreza em África, porque a criação do trabalho decente constitui a forma mais viável para elevar o nível de vida nos países africanos. Portanto, o crescimento económico e o pleno emprego em África só serão alcançados se se melhorar a governação e criar Estados competentes; elevar o nível de vida dos pobres e criar riqueza; resolver os desafios das mudanças climáticas; e o problema da subida de preços de alimentos e da energia. Ele apelou para que haja uma liderança corajosa e imaginativa na resolução desses desafios e para fazer avançar a agenda de desenvolvimento de África.

22. Informando a reunião sobre as novas políticas e programas adoptados pelo Secretariado, ele salientou os esforços da CEA no âmbito das mudanças climáticas, incluindo a criação planeada do Centro Africano de Políticas Climáticas dentro da CEA, que servirá como braço político do programa Clim Dev Africa. O Centro será estabelecido em parceria com o Instituto de Recursos Energéticos da Índia (TERI) no quadro do acordo de parceria que será assinado pelo Dr. Rajendra Pachauri, Director-geral do Instituto, aquando da Conferência dos Ministros. O Secretário Executivo destacou também algumas das realizações importantes do Secretariado em áreas tais como as estatísticas, as finanças, o comércio, a ciência e tecnologia, o género e a gestão do conhecimento, incluindo as medidas tomadas para reforçar os Escritórios Sub-regionais da CEA, de modo a permitir-lhes dar o apoio efectivo às CERs. Os

esforços da CEA nessas áreas continuaram no sentido de reforçar a colaboração com vários parceiros, a saber: UA, BAD, CERs, outras agências da ONU, parceiros bilaterais e instituições de pesquisa e académicas, no contexto da implementação do Plano de Trabalho da CEA (2007-2009).

23. No seu discurso de abertura, S.E. Ato Makonnen Manyazewal, Ministro do Estado do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico da República Federal Democrática da Etiópia, saudou os participantes à reunião. Ele disse que a reunião era importante por três motivos. O primeiro, porque era a primeira reunião conjunta do Comité de Peritos da União Africana e da CEA. Segundo, porque esta seria também a primeira reunião a ter lugar no Milénio da Etiópia, que foi também reconhecido como o Milénio africano; e, terceiro, porque coincidiu com o 50º Aniversário da ECA.

24. Ele achou que o tema da Conferência foi oportuno e relevante, porque proporcionou uma oportunidade para analisar e definir os desafios persistentes, bem como para buscar as melhores formas de os resolver, com base na troca de experiências. O debate sobre esse tema teve em linha de conta o trabalho que o Comité e a Conferência tinham realizado sobre os temas das conferências anteriores, de forma global e significativa. Por outro lado, o Ministro de Estado indicou que para resolver os desafios do crescimento económico acelerado e da concretização dos ODM, é necessário adoptar abordagens multi-sectoriais e haver esforços conjugados.

25. Embora todos os países africanos não possam adoptar o mesmo documento, eles devem aprender uns com os outros, identificar os factores principais de sucesso, e adaptá-los de modo a resolver os desafios locais. Dado que o financiamento do desenvolvimento continua a ser indispensável para o rápido crescimento económico e a concretização dos OMD, os países africanos devem fazer muito mais para reforçar a mobilização de recursos internos, ampliar e aprofundar as reformas por forma a fazer subir as taxas de crescimento até cerca de 7%, de modo a reduzir a pobreza e assegurar um clima favorável a um crescimento generalizado, impulsionado pelo sector privado, aumentando o investimento nas infra-estruturas, nos cuidados de saúde, na educação, na igualdade do género e no reforço de capacidades. A África deve ainda adoptar uma nova abordagem ao trabalho com os seus parceiros de desenvolvimento, de forma a assegurar que honrem os seus compromissos de duplicar a ajuda para o continente até 2010, e que o financiamento para as prioridades de desenvolvimento de África seja sustentado e previsível.

26. A Etiópia concebeu políticas, estratégias e programas apropriados para a acelerar a erradicação e pôr fim à pobreza, tal como está articulada em pormenor num plano quinquenal de desenvolvimento nacional-PASDEV. O PASDEV baseia-se nas seguintes estratégias: estabelecimento de um mecanismo inclusivo de implementação; adopção de medidas com vista a acelerar o crescimento económico e a criação de oportunidades de emprego; estabelecimento de um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e o crescimento demográfico; explorar o potencial das mulheres; reforço das infra-estruturas de base do país; reforço do sistema de desenvolvimento dos recursos humanos; e gestão de riscos e da volatilidade do comércio. Ele disse que o seu país está a trabalhar no sentido de alcançar esses objectivos, tendo mantido o crescimento à média de 10 por cento, nos últimos quatro (4) anos. O Ministro do

Estado indicou que o país fez progressos no processo de melhoria das condições políticas e institucionais para o crescimento económico e o desenvolvimento, e continua a trabalhar estreitamente com os seus parceiros de desenvolvimento, com vista a resolver alguns dos seus desafios com que se confronta.

Avaliação dos Recentes Desenvolvimentos Económico e Social em África (Ponto 4 da Agenda) (E/ECA/COE/27/3 – AU/CAMEF/EXP/3 (III))

27. Neste ponto da agenda, um representante do Secretariado apresentou o documento de ref. E/ECA/COE/27/3, AU/CAMEF/EXP/3 (III) intitulado: “Estudo das *Condições Económicas e Sociais em África, em 2007*” e informou o Comité que o crescimento do PIB em África subiu de 5,7 por cento, em 2006, para 5,8 em 2007, provocada pela grande procura e o aumento dos preços de produtos de base ao nível global, bem como a estabilidade macro-económica, o aumento do fluxo de capitais, a redução da dívida e o grande desempenho dos sectores não-petrolíferos, como a agricultura e o turismo. A África testemunhou também uma maior estabilidade política, embora a paz continue frágil em algumas regiões do continente. O crescimento económico variou substancialmente entre países e regiões e a taxa de crescimento da África permaneceu abaixo dos níveis requeridos para a concretização dos OMD. Além disso, a taxa média de crescimento da África foi um desafio-chave, visto que o crescimento continua a depender de poucos sectores com baixo potencial para a criação de postos de trabalho. Esta foi a razão pela qual o crescimento não chegou a traduzir-se numa criação significativa de empregos, na redução da pobreza e no desenvolvimento social, particularmente para os grupos socialmente vulneráveis, tais como as mulheres, os jovens, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência.

28. A avaliação indicou que, enquanto a estabilidade macro-económica tinha melhorado na maioria dos países, havia ainda desafios a superar, incluindo os seguintes: a sustentabilidade dos equilíbrios fiscais e externos entre os países importadores de petróleo; as pressões inflacionárias; a apreciação da moeda e o seu impacto adverso sobre a competitividade internacional; e a sustentabilidade da dívida externa, mesma para alguns países que beneficiaram da redução da dívida.

29. O relatório revelou que, não obstante melhorias palpáveis de alguns indicadores de desenvolvimento social, os progressos em torno dos OMD, de um modo geral, continuavam a ser baixos. As taxas da pobreza continuam a subir; as taxas de inserção do ensino primário foram inferiores ao que se previa; a mortalidade materno-infantil continuava alta; o VIH/SIDA continuou a constituir um desafio-chave em inúmeros países. Por outro lado, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência enfrentam particularmente sérios desafios perante a economia de integração. Desta feita, foram necessárias estratégias para a satisfação das necessidades desses grupos vulneráveis.

30. O crescimento económico foi projectado alcançar 6,2 por cento em 2008, devido, em parte à alta procura pelas exportações de produtos de base de África gerados pelo grande crescimento na Ásia, a contínua gestão macro-económica eficaz e à melhoria da governação e da situação de segurança em África. Porém, o panorama de crescimento de África enfrentou igualmente uma série de riscos, entre eles. O grande abrandamento nos Estados Unidos com um impacto negativo sobre as

economias europeias, resultando na queda da procura e dos preços dos produtos de base mundiais. Por outro lado, a subida dos preços de petróleo causaria o aumento dos desequilíbrios internos e externos nos países importadores de petróleo, enquanto que os engarrafamentos e o fornecimento inconstante de energia colocam sérios obstáculos ao crescimento. Tumultos políticos e sociais em alguns países constituem também um dos maiores riscos para as perspectivas de crescimento.

31. No debate que se seguiu, o Comité realçou a importância das questões sublinhadas na avaliação. Este órgão sublinhou a importância da diversificação na promoção do crescimento económico sustentável e na redução da pobreza. O Comité tomou nota com satisfação do alto crescimento dos sectores não-petrolíferos nos últimos tempos, tais como o turismo e a agricultura, e destacou a necessidade de aumento de investimentos em infra-estruturas, por forma a acelerar e sustentar-se o grande desempenho desses sectores. Todavia, a percepção dos participantes foi de esse estudo não abordou de forma adequada certas questões, a saber: a relação entre o crescimento e a erradicação da pobreza, e o desenvolvimento social; a crescente desigualdade em termos de rendimentos; a criação de riqueza como um paradigma do desenvolvimento; a natureza transversal do VIH/SIDA e a feminização da pandemia; o desenvolvimento de mercados financeiros; a sustentabilidade da dívida; e o acesso aos mercados. Por outro lado, o Secretariado informou o Comité de que o estudo, pela sua natureza, não visava analisar todas as questões de desenvolvimento económico e social importantes. Ele tinha por finalidade efectuar uma avaliação geral das tendências actuais no crescimento económico e no desenvolvimento social. O Secretariado chamou novamente a atenção do Comité para os outros relatórios especializados que seriam apresentados à reunião, que abarcavam questões específicas de cada sector, tais como a integração regional, os OMD e o financiamento do desenvolvimento. Entretanto, o Comité notou com preocupação o facto de que vários países não possuíam uma base de dados estatísticos adequada para monitorizar os progressos na realização dos OMD.

32. O Comité manifestou a sua preocupação pelos efeitos adversos da subida dos preços de petróleo nos países importadores deste produto. Para reduzir o impacto da inflação, esses países subsidiaram substancialmente os produtos energéticos, que estavam a reduzir o seu crescimento económico e a capacidade dos seus governos de adoptar medidas para ajudar os pobres e, sobretudo, realizar os OMD. O Comité sublinhou a necessidade de redobramos os esforços para conceberem e implementar de estratégias com vista à mitigação do impacto da subida de preços do petróleo nas economias dos países importadores desse produto energético. A ideia de criação de um fundo para os países africanos que são importadores de petróleo, foi sugerida pelo Governo da Líbia e adoptada na Cimeira de Cartum. O estudo iniciou-se em Agosto de 2006, com o apoio financeiro do BD e da CUA. Os resultados preliminares foram apresentados em Dezembro de 2006, durante a Conferência dos Ministros Africanos de Energia, realizada no Cairo, Egipto, que decidiu que o estudo fosse efectuado ao pormenor. Aconteceu, depois que o estudo tinha sido concluído e que havia a necessidade de se efectuar consultas em várias sub-regiões, a fim de informar os Estados Membros. Posteriormente, uma reunião ministerial seria realizada, cujas recomendações seriam submetidas à Conferência seguinte da União Africana.

33. O Comité reconheceu que países importadores de petróleo não beneficiavam cabalmente da subida dos preços do petróleo, e que o aumento actual desses preços devia ser considerado no contexto da depreciação constante do dólar, particularmente em relação aos níveis alcançados durante o segundo choque do petróleo (1979-1981). Por outro lado, a depreciação do dólar dos EUA – a principal moeda do petróleo – estava a corroer as receitas da exportação e o valor das reservas dos países que exportam energia, recursos minerais e matérias-primas, e que efectuaram boa parte das suas transacções de importação não noutras moedas senão o dólar norte-americano. Em geral, o ambiente económico mundial, no entanto, estava a impedir o crescimento das economias africanas.

Recomendações

34. O Comité fez as seguintes recomendações:

- a) A avaliação deve centrar-se mais na elaboração de estratégias que ajudem os países a acelerarem os progressos em direcção aos OMD. Torna-se necessário realizar mais debates sobre a situação de desenvolvimento dos compromissos, tais como o Consenso de Monterrey, a Declaração de Paris, o Plano de Acção de Ouagadougou e o Programa NEPAD, como um quadro estratégico para o desenvolvimento do continente. Esse estudo deve também incidir sobre outras áreas como o desenvolvimento infra-estrutural agrícola;
- b) O Secretariado deve incluir ainda estudos de casos na avaliação, no relatório de actividades em torno do desenvolvimento de infra-estruturas regionais, e ampliar a análise a outros indicadores, tais como o Índice do Desenvolvimento Humano e o desempenho dos sectores não-petrolíferos. Para além disso, uma apreciação deve ser feita às questões específicas de países e das regiões, incluindo os factores subjacentes nacional, bem como as estratégias para obter taxas de câmbio mais competitivos;
- c) O estudo deve igualmente realçar as mudanças climáticas como sendo um desafio ao desenvolvimento sustentado;
- d) O estudo deve ainda formular recomendações sobre estratégias para mitigar o impacto da subida dos preços de alimentos e do petróleo, especialmente em grupos socialmente vulneráveis.

Avaliação dos Progressos da Integração Regional em África (Ponto 5 da Agenda) (E/ECA/COE/27/4-AU/CAMEF/EXP/4 (III))

35. Neste ponto da agenda, um representante do Secretariado apresentou o documento ECA/COE/27/4-AU/CAMEF/EXP/4 (III) intitulado: “*Avaliação dos Progressos na Integração Regional em África*”. Ele fez uma avaliação da situação geral do processo da integração regional em África, incluindo as principais decisões tomadas pela União Africana e das CERs, bem como as actividades e programas que a CUA e a CEA tinham implementado em apoio à Visão Estratégica da União Africana de edificação de um continente unido e integrado.

36. O Comité felicitou o Secretariado pela substância do relatório e pela qualidade da sua apresentação. O Comité acolheu com agrado o grande debate sobre o Governo da União para a África durante a 9ª Sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Acra, Gana, e a Declaração de Acra para acelerar a integração económica e política do continente. O Comité notou que a África fez progressos nos seus esforços de integração, particularmente nos domínios do comércio, convergência macro-económica, infra-estrutura e das TIC. Isso é evidente ao nível regional, onde algumas CERs adoptaram instrumentos para facilitar a livre circulação de pessoas e bens, enquanto que outras concordaram em adoptar uma tarifa externa comum com vista a implementação de zonas de comércio livre. Outras iniciativas importantes que contribuíram para a integração regional e a melhoria da concorrência em África são o desenvolvimento de centrais eléctricas e gasodutos regionais.

37. Não obstante os progressos alcançados, uma série de desafios continua a obstruir o processo de integração regional em África, incluindo o baixo nível do comércio intra-africano, as múltiplas filiações das CERs, a fraca conectividade do continente e outras barreiras físicas que se colocam à integração, a falta de participação popular nos processos de integração e a necessidade de integração nas políticas e estratégias nacionais. Por outro lado, era necessário fazer-se mais pesquisas sobre o impacto dos Acordos de Parceria Económica (EPAs) nos esforços de Integração Regional de África. O Secretariado foi chamado a ajudar neste sentido. .

38. Mais esforços devem ser feitos para avançar com o desenvolvimento de infra-estruturas no continente, incluindo as ligações em falta no projecto de auto-estradas Trans-África. O importante papel que está a ser desempenhado pelos bancos de desenvolvimento sub-regionais, no financiamento de projectos de infra-estruturas no continente, deve ser alargado e complementado com o rápido estabelecimento do Banco Africano de Investimento, o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano.

39. Considerando que o aumento do comércio intra-africano é indispensável para o avanço da integração do continente, os sistemas produtivos não complementares do continente constituem ao comércio intra-africano. Por outro lado, devem ser tomadas medidas para ultrapassar outros desafios associados ao comércio livre tais como o contrabando e outras práticas nocivas. Os Estados Membros devem garantir que as actividades fronteiriças sejam realizadas dentro das normas e regulamentos acordados, e que estabeleçam confiança entre os operadores comerciais e assegurem a transparência e responsabilização.

40. O Comité acolheu com agrado a proposta do Secretariado de estabelecer um Observatório para a integração regional em África, como uma plataforma de troca de conhecimentos e das melhores práticas em termos de integração regional. Contudo, para que o Observatório seja eficaz, o sistema de pontos focais nacionais que irão documentar casos analisados e recolher informação relevante deve ser reforçado.

41. O Comité saudou a publicação conjunta (CEA/UA) do relatório sobre a *Avaliação da Integração Regional em África (ARIA)*, e convidou os Estados Membros e

as CERs a demonstrar sentido de propriedade, fornecendo dados e informação conexas para a sua produção. Todavia, é necessário dar continuidade à pesquisa e promover o diálogo sobre a racionalização das CERs.

42. O Comité manifestou esperanças de que nos futuros relatórios haja uma cobertura adequada e equilibrada de cada CER, uma análise geral dos principais desafios à integração regional, assim como uma atenção às questões transversais tais como a governação, a paz e a segurança e o seu impacto no processo de integração. Isso implicaria a realização de consultas e comunicações directas entre a CEA, a CUA, as CERs e outras instituições envolvidas no processo de integração regional.

Recomendações

43. O Comité fez as seguintes recomendações:

- Devem ser feitos esforços para a acelerar o estabelecimento do Banco Africano de Investimento, o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano.
- Os Estados Membros e As CERs devem fornecer a CEA e a UA os dados e informação relevante para a produção do relatório ARIA.
- O Secretariado deve apoiar os Estados Membros e as CERs a estabelecer mecanismos apropriados para garantir transparência nas actividades transfronteiriças.
- A CEA e a UA devem fazer mais estudos sobre o impacto dos APE na integração regional em África.

Seguimento da última sessão das Conferências de 2007 (Ponto 6 da Agenda)

44. Sob este ponto da Comité ponderou sobre uma série de questões estatutárias relacionadas com o seguimento das conferências dos anteriores da CEA e CUA.

i. Seguimento da última sessão da Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico: Relatório Anual da CEA de 2008 (E/ECA/COE/27/5)

45. Em relação a esta alínea, um representante do Secretariado da ECA apresentou o documento (E/ECA/COE/27/5) intitulado: Relatório Anual da ECA 2008 e fez o ponto de situação das actividades implementadas como acompanhamento das principais decisões tomadas durante a última sessão da Comissão, em Abril de 2007. Ele realçou as realizações mais importantes da CEA durante o último biénio de 2006-2007, com particular destaque aos dois pilares do seu trabalho: Promoção da Integração Regional em Apoio a Visão e Prioridades da União Africana e Resolver as Necessidades especiais de África e os desafios globais emergentes. Realçou ainda os esforços da ECA para melhorar a sua parceria com várias organizações por forma alcançar um maior impacto e melhorar a sua eficácia em termos de organização. Os resultados alcançados em áreas específicas do trabalho da CEA foi uma clara indicação de anteriores ganhos do exercício de reposicionamento que teve início em 2006. Ele concluiu que a implementação das decisões da última conferência Ministerial; resultou num reposicionamento sólido da Comissão e convidou os Estados Membros a continuar a prestar apoio à CEA.

46. O Comité felicitou a CEA pelos seus esforços visando o reforço das suas parcerias, particularmente com a CUA, o BAD e as CERs, com vista a mobilizar os seus recursos, o que reforçaria a sua capacidade para ajudar os Estados Membros a resolver os seus desafios de desenvolvimento, especialmente os ODM. O Comité reconheceu a importância de criar capacidades estatísticas para promover a planificação e tomada de decisões baseadas em evidências e aplaudiu os esforços em curso para o reforço do programa de estatística da CEA.

47. O Comité felicitou ainda a CEA pelo seu apoio às CERs e o reforço dos seus escritórios sub-regionais (SROs). Se, por um lado, foram feitos progressos no reforço da cooperação entre as instituições, por outro, isso não resultou num aumento da cooperação entre países. Neste contexto, a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular, entre os países em desenvolvimento, deve ser encorajada por forma a acelerar o crescimento económico do continente. Notou-se que o relatório da CEA deveria ter beneficiado de consultas mais estreitas com os Estados Membros, principalmente os seus representantes em Adis Abeba, tendo em conta a natureza estratégica do documento.

Recomendações

48. O Comité fez as seguintes recomendações:

- A CEA deve continuar a reforçar a sua capacidade estatística.
- A ECA deve promover a cooperação Sul-Sul e triangular
- A ECA deve empreender estreita consulta com os Estados Membros aquando da preparação dos seus documentos estratégicos.

49. A reunião tomou nota do Relatório Anual da CEA 2008.

ii. Seguimento da última Sessão da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA (CAMEF II) (AU/CAMEF/EXP/6 (III))

50. Sob esta alínea, um representante da Comissão da UA apresentou o documento (AU/CAMEF/EXP/6 (III)), intitulado: “*Seguimento da última Sessão da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA (CAMEF II)*” e disse que a CAMEF II tinha analisado as vias para a aceleração do processo de integração em África, assim como questões relacionadas com o estabelecimento de instituições financeiras africanas. Ele salientou as acções realizadas para a implementação das decisões da CAMEF II, incluindo um estudo sobre as novas e renováveis fontes de energia, um estudo conjunto da UA-BAD sobre a criação de um Fundo de Solidariedade Africana, à luz do recente aumento dos preços do petróleo, o desenvolvimento da Carta Africana sobre Estatísticas; e a criação de um fundo de desenvolvimento para a estatística e uma Bolsa de Valores de Africana. Com relação as instituições financeiras Africanas a serem criadas à luz do Artigo 19 do Acto Constitutivo da Carta da União Africana, as negociações conduzidas com a Jamahiriya Árabe Líbia em Janeiro de 2008 culminaram na assinatura do acordo que estabelece o Comité Directivo do Banco Africano de Investimento. Mais negociações seriam realizadas nos meses vindouros com os Camarões e a Nigéria, seleccionados para

albergar o Fundo Monetário Africano e o Banco Central Africano, por forma a acelerar e o estabelecimento e o funcionamento dos comités directivos de ambas instituições. Simultaneamente, existem planos bem avançados para o recrutamento de um Consultor para dirigir a estratégia conjunta CUA/Associação dos Bancos Centrais Africanos para criar o Banco Central Africano. Esse estudo, a ser concluído antes do fim de 2008, congregará intervenientes da profissão bancária para acelerar o estabelecimento daquelas duas instituições financeiras, que são indispensáveis para a integração económica e desenvolvimento sustentável de África.

51. A reunião tomou nota do Relatório da CAMEF II.

Seguimento das Principais Conferências e Cimeiras da União Africana e das Nações Unidas (Ponto 7 da Agenda)

52. Sob este ponto da agenda, o Secretariado fez cinco apresentações sobre o seguimento das principais Conferências e Cimeiras da União Africana e das Nações Unidas e realçou o seguinte: a Carta Africana sobre Estatísticas; as Alterações Climáticas – Análise da Conferência de Bali; Análise Regional do Financiamento para o Desenvolvimento; Análise dos Progressos Registados na Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em África; Análise Regional da Avaliação Ministerial Anual do ECOSOC (AMA).

i. Carta Africana sobre Estatísticas (E/ECA/COE/27/7 – AU/CAMEF/EXP/7(III))

53. Um representante da Comissão da União Africana (CUA) fez uma apresentação da Carta Africana de Estatísticas, observando que ela tinha sido concebida em reconhecimento da importância dos dados de alta qualidade, fiáveis, comparáveis e de relevância política para todos os países Africanos, bem como a necessidade imperiosa de garantir a integridade dos dados. Tendo em conta a variabilidade dos sistemas estatísticos em toda a África, o Conselho Executivo da UA, durante a sua Décima Sessão realizada em Adis Abeba, Etiópia, decidiu solicitar a UA que, em colaboração com os membros do Sistema Africano de Estatística, desenvolvesse uma Carta Africana de Estatísticas. O objectivo da Carta era o de proporcionar uma solução duradoura para os problemas ligados à produção de estatísticas harmonizadas em África e de estabelecer um quadro regulamentar para o desenvolvimento de estatísticas. A Carta foi redigida por um grupo de peritos dos Estados Membros, das CERs, de organizações pan-africanas e de parceiros de desenvolvimento, e foi validada por Chefes de organizações de estatística nacional, regional e continental em Gisenyi, Rwanda, em Junho de 2007.

54. O seu preâmbulo descrevia a importância das estatísticas na monitorização do desenvolvimento, bem como várias iniciativas que foram realizadas em África com vista a resolver problemas que colocam obstáculos ao desenvolvimento e coordenação a nível da estatística. A Carta contém nove objectivos e seis princípios, que devem orientar os estatísticos no seu trabalho diário, um mecanismo de monitorização e as disposições finais que descrevem o processo de ratificação e entrada em vigor da Carta. Foi também iniciado um estudo sobre os mecanismos para implementação da Carta e a criação de um fundo para o desenvolvimento estatístico em África.

55. O Comité felicitou a CUA, a CEA, o BAD e os seus parceiros pela iniciativa de desenvolver uma Carta Africana sobre Estatística. Lamentavelmente, alguns países não tiveram capacidade e infra-estruturas para produzir dados estatísticos de qualidade e harmonizados. Por conseguinte, a prioridade deve ser o de avaliar a capacidade estatística dos países para que possam ser assistidos para produzir os dados estatísticos que necessitam para programas relevantes. A Carta deve visar o apoio aos países com sistemas estatísticos mais fracos; e os países africanos devem ser encorajados a cooperar uns com os outros, para melhorar os seus sistemas de estatística e desenvolver leis sobre estatísticas. As agências de estatísticas devem ser autónomas de forma a garantir a integridade dos dados e a neutralidade política.

56. Os peritos manifestaram preocupação pelo facto de os dados utilizados em debates sobre tópicos, tais como os ODM e desenvolvimento económico serem citados principalmente de organizações internacionais como a Agência da ONU de dados Estatísticos (UNSD), o FMI e o Banco Mundial, quando essas estatísticas deviam ser fornecidas pelos próprios países para que os seus representantes as reconheçam com mais facilidade.

57. O Comité questionou-se se tinha a competência de adoptar a Carta e solicitou conselhos legais sobre as modalidades para a adopção e ratificação da Carta. Foi feita uma pergunta sobre o estatuto legal e internacional das estatísticas dos países que não têm um quadro legal para os seus sistemas estatísticos e que não serão capazes de cumprir com o estipulado na Carta.

58. Em resposta, o Secretariado realçou que a Carta permitiria aos países conceber e desenvolver uma legislação sobre estatísticas, em conformidade com os seus princípios e que a Carta, Quadro Estatístico Regional de Referência para o Desenvolvimento de Estatísticas (RRSF) e as Estratégias Nacionais de Desenvolvimento de Estatísticas (NSDSS) aumentariam a capacidade dos Sistemas de Estatísticas Nacionais.

59. Notando que o Comité não tinha um mandato para adoptar a Carta, o Secretariado garantiu aos participantes que todos os comentários, contribuições e recomendações seriam submetidos à análise dos Ministros.

60. O Secretariado informou que seria estabelecido um mecanismo apropriado, que incorporaria um plano de acção e um quadro institucional, para a implementação da Carta.

61. O Assessor Jurídico assegurou ao Comité de que haveria consultas, disseminação e sensibilização sobre a Carta e que, em situações onde os princípios fundamentais fossem violados seriam aplicadas sanções específicas em conformidade com o Regulamento Interno da Assembleia.

Recomendações

62. Depois do debate, o Comité apreciou a iniciativa de estabelecer a Carta Africana sobre Estatística e decidiu:

- Aceitar, em princípio, os objectivos e princípios profissionais contidos no projecto da Carta;
- Solicitar a CUA, em colaboração com os Estados Membros do sistema estatístico Africano, a solicitar mais conselhos legais sobre a projecto da Carta;
- Solicitar a Comissão da União Africana a submeter o projecto da Carta revisto ao Conselho Executivo da UA conforme solicitado pela decisão EXCL/DEC 330 (X) do Conselho Executivo

ii. Mudanças Climáticas – Perspectivas Africanas para um Acordo pós 2012 (E/ECA/COE/27/8 – AU/CAMEF/EXP/8) (III)

63. Neste ponto da agenda, um representante do Secretariado Conjunto introduziu o documento *E/ECA/COE/27/8*, intitulado: “*Mudanças Climáticas – Perspectivas Africana para um Acordo pós 2012*” e informou o Comité que, não obstante a contribuição de apenas 3,8 por cento do total das emissões de gases com efeito de estufa a nível global, a África continua a ser uma das regiões mais vulneráveis do mundo perante as mudanças climáticas. Esta vulnerabilidade deveu-se a vários factores: elevado nível de pobreza, grande dependência dos sectores sensíveis aos climas, tais como agricultura alimentada pelas chuvas; a indústria pesqueira; as florestas e o turismo; fraca infra-estrutura económica e social; conflitos e limitada capacidade de adaptação.

64. Ele indicou que as mudanças climáticas terão efeitos negativos severos sobre centenas de milhares de pessoas na região, salvo se forem tomadas urgentemente medidas apropriadas de adaptação. Os impactos directo e indirecto ameaçam inverter décadas de esforços de desenvolvimento e das promissoras tendências de crescimento económico que a região experimentou nos últimos sete anos, incluindo os esforços tendentes ao alcance dos OMD. Os impactos actuais e previstos das mudanças climáticas sobre o desenvolvimento de África incluem: a exposição à crescente pressão sobre os recursos hídricos e os conflitos associados aos recursos hídricos; a segurança alimentar; a insegurança energética; as doenças infecciosas; a degradação das zonas costeiras; a mediocridade das infra-estruturas e perda da biodiversidade. Os africanos sujeitos a viver em ambientes mais susceptíveis às secas, tempestades e outros fenómenos ambientais extremos, foram particularmente vulneráveis às mudanças climáticas.

65. O Comité foi informado que, em resposta ao desafio das mudanças climáticas, a CEA, a CUA e o BAD estavam a trabalhar em conjunto com vista a desenvolver e implementar o programa “Informação Ambiental para o Desenvolvimento em África” (Clim-Dev Africa), que visa a melhoria das observações e dados relacionados com o clima, dos serviços de informação, das práticas e as políticas de gestão de riscos, com ênfase sobre os sectores prioritários sensíveis ao clima. O programa daria igualmente o seu apoio aos países africanos nas negociações relativas ao sistema climático de pós-Kyoto que seria benéfico para a região.

66. Além disso, foi feita uma proposta para o estabelecimento de um Centro Africano de Política Ambiental (ACPC) na CEA, em parceria com o Instituto Indiano de Energia e Recursos (TERI) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Meteorológica Mundial e o Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento, para prestar assistência aos países africanos na abordagem dos desafios das mudanças climáticas mediante a investigação de políticas e o reforço de capacidades. O proposto centro atribuiria aos países africanos e suas respectivas CERs o conhecimento e todo um conjunto de aptidões para a integração das preocupações relacionadas com o clima nas suas políticas, estratégias e planos; reforçar as suas capacidades para beneficiar do emergente sistema de comercialização do carbono e do mecanismo de financiamento à adaptação/mitigação; e melhorar as suas capacidades para participar efectivamente nas deliberações internacionais sobre as mudanças climáticas que influenciaram o seu desenvolvimento económico e social, particularmente o desenvolvimento de um regime de mudanças climáticas pós-Kyoto extensivo, ambicioso e equitativo.

67. Nos debates que se seguiram, a maioria dos participantes reconheceram a realidade das mudanças climáticas e o seu negativo impacto, que exacerbou as crises económicas nos seus países. Vários participantes observaram que o continente já estava a confrontar-se com inundações frequentes, seca, a degradação dos solos, a desertificação e o derretimento da cobertura de gelo sobre o monte Kilimanjaro, como consequência das mudanças climáticas.

68. O Comité enfatizou a necessidade de uma integração e implementação eficazes da adaptação e estratégias de mitigação das mudanças climáticas nos quadros de desenvolvimento regional e nacional, em resposta ao desafio das mudanças climáticas. Regozijou-se com os esforços da CEA, CUA e do BAD a favor do desenvolvimento e implementação do Programa Clim-Dev Africa, tendo recomendado o desenvolvimento de um sistema de monitorização e avaliação eficaz como uma componente integral do programa Clim-Dev, visando ajudar a acompanhar os progressos e assegurar a produção de bons resultados. O Comité acolheu com agrado os esforços para o estabelecimento do Centro Africano de Política Ambiental na CEA, que ajudará a trazer as preocupações das mudanças climáticas para o centro da agenda de desenvolvimento de África. O Comité sublinhou a necessidade de se continuar a prestar apoio técnico e financeiro para a consolidação das instituições regionais e sub-regionais existentes, designadamente o Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD), o Centro de Previsão e Aplicações Climáticas (ICPAC) e outros centros meteorológicos nacionais.

69. O Comité recomendou que actividades associadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), nos termos do Protocolo de Kyoto, sejam integrados no trabalho da CEA, por forma a promover políticas de desenvolvimento e a difusão das tecnologias limpas. O Comité indicou ainda o estabelecimento urgente e o sustento de mecanismos estimulantes para a gestão sustentável de florestas africanas. Ao mesmo tempo que louvava o apoio prestado pelos parceiros internacionais no tratamento de impactos associados às mudanças climáticas como as inundações e a fome, o Comité exortou para uma assistência ao desenvolvimento a longo prazo, com vista à consolidação da capacidade adaptável, incluindo a construção de infra-estruturas pertinentes.

70. O Comité revelou que, em 2003, a NEPAD, em colaboração com o PNUMA, desenvolveu um plano de acção que devia ser considerado como um dos quadros importantes para o tratamento das mudanças climáticas em África. O Comité realçou a ligação entre as mudanças climáticas, a degradação da terra, a desertificação e a perda da biodiversidade, tendo enfatizado a necessidade de se adoptar uma abordagem integrada e coordenada para a implementação das três convenções do Rio, nomeadamente: A Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD). Os países africanos precisam de assistência técnica, financeira e capacitação, nas negociações de um regime climático pós-2012. Essas questões devem ser objecto de discussão nas próximas reuniões preparatórias regionais, a terem lugar na Tunísia e em Joanesburgo, em 2008 e 2009, respectivamente.

Recomendações

71. À luz das discussões, o Comité fez as seguintes recomendações:

- A ECA deve integrar programas e actividades relacionadas com o MDL à luz do Protocolo de Kyoto com vista a promover políticas sobre desenvolvimento e difusão de tecnologias limpas.
- A ECA, a UA e os parceiros de desenvolvimento devem fornecer apoio técnico e financeiro contínuo para reforçar a capacidade das existentes instituições regionais e sub-regionais tais como o ACMAD, o ICPAC e os centros meteorológicos nacionais.
- A CEA deve assistir na integração da implementação das três Convenções de Rio;
- A CEA, a UA e parceiros de desenvolvimento devem garantir apoio técnico, financeiro e reforço de capacidades nas negociações pós-regime do clima 2012; e
- A CEA e a UA devem ajudar na promoção da integração das mudanças climáticas e mitigação de estratégias no quadro de desenvolvimento regional e nacional em África.

iii. Avaliação Regional Africana do Financiamento e o Desenvolvimento: Perspectiva dos Países Africanos sobre o Consenso de Monterrey: Resultados do Estudo (E/ECA/COE/27/9 – AU/CAMEF/EXP/9 (III))

72. Neste ponto da agenda, o Secretariado informou sobre o nível dos progressos realizados na prossecução dos objectivos do Consenso de Monterrey em África. Na Resolução A/RES/62/187 a Assembleia Geral das Nações Unidas tinha solitiado às Comissões Regionais e às autoridades competentes a organizarem consultas regionais para servirem como uma contribuição para a Avaliação Mundial do Consenso de Monterrey, que terá lugar em Doha, em Novembro de 2008. Neste contexto, a CEA e a

CUA organizaram a Reunião Africana de Avaliação Regional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, como parte da Conferência dos Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, realizada em Adis Abeba.

73. O Comité tomou nota da avaliação dos progressos, que teve por bases os dados macro-económicos publicados e proporcionados por organizações internacionais e governos nacionais, que foram complementados com os resultados de um estudo da CEA feito por decisores africanos, que apresentaram uma perspectiva africana sobre a questão. O orador esboçou as seis áreas principais do Consenso de Monterrey, como sendo: a mobilização de recursos financeiros internos para o desenvolvimento; a mobilização de recursos internacionais para o desenvolvimento; a promoção do comércio internacional como motor do desenvolvimento; o aumento da cooperação financeira e técnica para o desenvolvimento; a dívida externa e a sustentabilidade; e as questões sistemáticas, tais como a melhoria da coerência, governação e consistência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais.

74. Com base nos dados macro-económicos publicados, assim como o estudo de decisores africanos, o progresso geral foi limitado. Embora tivesse havido progressos significativos em relação à dívida externa, o desempenho nas áreas do comércio internacional assim como a mobilização de recursos a nível interno e externo, foi quer justo quer fraco.

75. Em termos de mobilização de recursos internos, o Comité observou que a porção das poupanças internas em África aumentou marginalmente de 20 por cento em 2001 a 21 por cento em 2005. Não obstante, as poupanças internas permaneceram baixas relativamente ao investimento requerido para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os sistemas financeiros subdesenvolvidos, incluindo as estruturas financeiras e a governação frágeis, constituíram sérios obstáculos à mobilização dos recursos internos.

76. Não obstante, a importância da mobilização de poupanças internas para o financiamento do desenvolvimento, as instituições bancárias eram poucas e ineficientes na mobilização de poupanças domésticas. Neste sentido, o Comité recomendou que se fortalecessem as instituições financeiras não bancárias, tais como os fundos de pensão e os planos de seguros de longo prazo, a fim de promover a mobilização de recursos internos. Dado o facto de que os bancos comerciais em África têm sido ineficazes em matéria de mobilização de poupanças rurais e muito relutantes em estabelecer filiais nas áreas rurais, uma grande porção de pessoas que vivem nessas zonas rurais permanece inactiva. Para promover a mobilização de recursos em áreas rurais, o Comité recomendou também que o potencial dos serviços e redes postais deve ser explorado de modo a proporcionar os serviços vitais na mobilização de poupanças, transferência de fundos e micro-crédito.

77. Relativamente à mobilização de recursos internacionais, o Comité observou que os aumentos recentes nos fluxos do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) continuaram a ser insuficientes e ficaram confinados em apenas alguns países e sectores como os recursos naturais. Dado o enclave e a natureza exigente de capital das indústrias extractivas, os fluxos do IDE tiveram pouco efeito na criação do emprego e na redução da pobreza. Por conseguinte, os países africanos devem ser selectivos

na sua escolha do IDE e na utilização de opções políticas que reforcem as suas capacidades produtivas e promovam a diversificação para produtos com valor acrescentado. De igual modo, devem melhorar o seu clima de investimento, de maneira a atrair o fluxo de IDE e reduzir os custos de transacção de transferência de fundos, particularmente dada a importância desses fundos como fonte de financiamento do desenvolvimento.

78. Relativamente ao aumento do fluxo da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (ODA), de 21 biliões de dólares americanos em 2002 para 43 milhões de dólares em 2006, o Comité observou que o aumento deveu-se, em grande medida, ao alívio da dívida e à assistência de emergência, e, por isso, ela não representa recursos adicionais para as actividades de desenvolvimento. Por outro lado, os doadores não tinham ainda decidido honrar os seus compromissos neste domínio. Embora o investimento nos sectores sociais fosse necessário, dado ao efeito positivo do capital humano no crescimento económico, a chave para a redução da pobreza em África é o desenvolvimento de capacidades de produção. Por isso, o Comité enfatizou a necessidade de se afectar uma maior porção da ODA aos sectores produtivos. Constatou-se também progressos em termos da eficiência da ajuda e da redução dos condicionalismos. Não obstante, a qualidade da ajuda continua a constituir um problema grave, porque limita o impacto da ajuda ao desenvolvimento nos países recipientes. Por conseguinte, o Comité exorta os parceiros de desenvolvimento a honrarem os seus compromissos assumidos na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda. O Comité convidou igualmente os países africanos a tomarem medidas para melhorar a eficácia da ajuda, reforçando, entre outras coisas, os seus sistemas e práticas de gestão pública e financeira, bem como os seus sistemas de aprovisionamento e orçamental.

79. O Comité observou que, apesar do aumento registado nas exportações, os progressos no comércio internacional foram fracos, devido a dificuldades do lado de fornecimento e o acesso limitado ao mercado de produtos de exportação de interesse especial para a África. Os esforços feitos por países africanos no sentido de expandir o seu comércio, através do reforço das capacidades de produção e da diversificação, devem ser acompanhados por medidas a tomar a nível internacional no sentido de criar um ambiente comercial que permita o continente desbloquear o seu potencial de exportação. A operacionalização da iniciativa ajuda para o comércio foi crucial a este respeito.

80. Quanto às questões sistemáticas, o Comité enfatizou a necessidade de se dar mais voz aos países africanos na gestão dos sistemas financeiros, monetários e comerciais internacionais. Embora se tenha aumentado a participação africana nos processos de decisão da OMC, os países africanos continuavam a ser excluídos ou a ter uma representação insuficiente nos processos de decisão da maior parte das organizações internacionais, incluindo o FMI e o Banco Mundial.

81. O Comité observou que o progresso na área da dívida externa foi o mais significativo de todas as áreas do Consenso de Monterrey. Devido à redução da dívida, no quadro dos Países Africanos Pobres Altamente Endividados (HIPC) e MDRI, a dívida externa africana baixou de 298 biliões de dólares em 2002 a 245 biliões de dólares em 2006. Semelhantemente, a dívida total de África, como parte do produto

interno bruto (PIB), caiu substancialmente de 56 por cento em 2002 a 24 por cento em 2006. Apesar desse progresso notável, colocaram-se uma série de desafios na busca de soluções duradoiras para o problema da dívida externa de África.

82. O Comité felicitou os esforços envidados pela comunidade internacional na resolução do problema do endividamento da África. Porém, com critério de elegibilidade restrito e o pouco progresso dos países em relação à tomada de decisão e os pontos de conclusão, uma grande parte dos Países Africanos Pobres Altamente Endividados foi excluída da iniciativa dos HIPC. Portanto, recomenda-se veementemente a extensão do alívio da dívida a outros países africanos altamente endividados não pertencentes ao grupo de HIPC e faz-se um apelo para a aplicação flexível dos critérios de elegibilidade de modo a permitir que os países africanos pobres altamente endividados beneficiem da redução da dívida no quadro do HIPC e MDRI.

83. Finalmente, enquanto realçava a importância dos créditos concessionais para os países africanos, Comité exortou a África a ter cautela na contracção de novos empréstimos, a fim de evitar a acumulação da dívida e os problemas dos serviços da dívida no futuro.

Recomendações

84. À luz das discussões, o Comité fez as seguintes recomendações:

- Instituição financeira não-bancária tais como fundos de pensões e sistemas de seguros de longo prazo devem ser reforçados para o compulsionamento da mobilização de recursos internos;
- As potencialidades dos serviços e redes postais devem ser melhor aproveitadas para a prestação de serviços vitais na mobilização, poupanças, remessas e macro-financiamento;
- A redução da dívida deve ser extensiva a outros países africanos altamente endividados (PPAE) e os critérios de elegibilidade devem ser aplicadas de forma flexível para que os países africanos pobres altamente endividados beneficiem também do perdão da dívida nos termos dos PPAE e MDRI.

iv. Avaliação dos Progressos em África relativamente aos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento – Relatório de 2008 (E/ECA/COE/27/10 – AU/CAMEF/EXP/10 (III))

85. Neste ponto da agenda, um representante do Secretariado apresentou o relatório de 2008 sobre os progressos relativamente à meta dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em África, que realça os progressos anuais ao nível continental, explorou as dificuldades para a aceleração dos progressos. Dentre as dificuldades figuram: a falta de estatísticas actualizadas, de melhor qualidade e mais detalhadas para a melhoria da distribuição de recursos; a articulação e o desenvolvimento de políticas; as mudanças climáticas; os problemas de saneamento e a pobreza urbana.

86. O relatório observou que alguns países africanos estavam em vias de alcançar alguns dos OMD, nomeadamente a educação primária universal, a igualdade de género no ensino primário e a redução da pobreza à metade. Indicou que de todas as sub-regiões do continente, a África do Norte foi a que mais progressos fez no contexto dos OMD. Todavia, a lentidão geral dos progressos em 2008 constitui motivo de preocupação. Nesta conformidade, o Comité aprovou várias sugestões e iniciativas visadas a aumentar os esforços no apoio dos progressos do continente em relação aos OMD.

87. O Comité sublinhou a importância da abordagem das dificuldades enfrentadas, o mais rápido possível, e a mobilização de recursos internos e externos para a melhoria das capacidades técnicas e de gestão e a aceleração dos progressos no âmbito dos OMD.

88. O Comité observou com satisfação que o apoio global aos OMD continuava a ser forte, tal como reflectido em iniciativas como a Revisão Ministerial Anual do ECOSOC (AMR), concebida para servir como um fórum para o intercâmbio de experiências e a aprendizagem paritária; o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD), que explora vias para a melhoria da cooperação para o desenvolvimento internacional no avanço dos OMD; a Força de Trabalho da GAP-OMD das Nações Unidas, concebida para encerrar a lacuna financeira enfrentada pelos países; e o próximo Evento de Alto Nível sobre os OMD (Setembro de 2008), organizado pelo Secretário-geral das Nações Unidas.

89. Mais especificamente sobre a África, o Comité tomou nota do Comité Directivo dos OMD para a África, do Secretário-geral e o seu Grupo de Trabalho africano e as resoluções da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sobre os OMD. O Comité reconheceu ainda os esforços e as iniciativas da CEA, em particular, o desenvolvimento dos Mapas dos OMD e o Grupo Africano de Aprendizagem sobre as Estratégias de Redução da Pobreza e os OMD (PRS/MDGs-LG) e análise de dados da Ronda sobre o Censo Populacional de 2010. O Comité reconheceu também que o relatório de actividades em torno dos OMD, a ser preparado pela Cimeira da UA e a CEA, a Comissão da União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento, iria consolidar o censo político e reforçar a advocacia para a alçada dos progressos relativos aos OMD, ao nível regional.

90. Enquanto reconhecia o acordo geral entre os peritos sobre a grande necessidade de a África satisfazer os OMD e sobre a relevância dos OMD para a África, o Comité observou com satisfação a crescente vulnerabilidade de África em relação às mudanças climáticas e a falta de planeamento físico e desenvolvido urbanístico.

Recomendações

91. O Comité fez as seguintes recomendações:

- Os Estados Membros devem melhorar a mobilização dos seus recursos internos e a CEA e a UA devem assisti-los na mobilização dos recursos

externos necessários com vista a acelerar os progressos relativos ao alcance dos OMD;

- A CEA e a UA, através do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD), devem identificar oportunidades para a aceleração do alcance dos OMD, prestando assistência aos Estados Membros no intercâmbio de melhores práticas;
- A CEA e a UA devem trabalhar com instituições de estatísticas nacionais dos Estados Membros para a análise da relevância das actuais metas dos OMD;

Questões de Política Sectorial (Ponto 8 da Agenda)

i. Questões Salientes das Trocas Comerciais:

a. Negociações sobre os Acordos de Parceria Económica: Uma Análise Comparativa dos Acordos provisórios (E/ECA/COE/27/12a – AU/CAMEF/EXP/12a (III))

92. No tocante a este ponto da agenda, um representante do Secretariado fez uma exposição sobre o Acordo de Parceria Económica (APE) em curso entre a União Europeia e grupos de países africanos, tal como está contido no doc. E/ECA/COE/27/12a – AU/CAMEF/EXP/12a (III), intitulado: “*Negociações sobre os Acordos de Parceria Económica: Uma Análise Comparativa dos Acordos provisórios*”. O orador colocou em destaque os recentes desenvolvimentos das negociações em curso, indicando que a assinatura dos acordos provisórios mudou a natureza e a dinâmica das negociações. Após a análise dos vários APEs provisórios e o destaque das áreas principais de convergência e divergência, o orador disse que as questões controversas continuavam pendentes e, daí, a necessidade de cautela e de uma estratégia coerente, que deverá ser adoptada.

93. O Comité reconheceu com gratidão o apoio técnico concedido pela CEA e a Comissão da UA no processo de negociação, e notou com satisfação que, embora o comércio e o objectivo de desenvolvimento dos APEs não tivessem sido ainda atingidos com os acordos provisórios, a União Europeia foi capaz de assegurar acordos com, pelo menos, um país em cada região do continente. O Comité manifestou preocupação pelas divisões constatadas no seio de cada grupo de negociações e sublinhou a necessidade de um acordo regional comum com a UE e a remoção de todos os condicionalismos dos acordos provisórios.

94. O Comité concordou que os APE devem ser objecto de revisão e harmonização, em conformidade com a agenda de integração e desenvolvimento da África. Por outro lado, os países africanos devem resistir à pressão para assinarem e ratificarem o acordo interno antes da abordagem das questões pendentes e que seriam difíceis de se resolver ulteriormente. Neste sentido, o Comité solicitou à CUA e a CEA para continuarem a coordenar o processo de negociações entre as várias congregações regionais africanas e a União Europeia.

Recomendações

95. O Comité fez as seguintes recomendações

- A necessidade de haver acordos regionais comuns com a UE e a remoção de todos os condicionalismos dos acordos provisórios;
- A necessidade de mobilização de recursos suplementares para o cumprimento da implementação e das exigências do ajustamento dos APes.

b) Ajuda ao Comércio: Progresso desta Iniciativa e Relatório sobre o Mandato da CEA (E/ECA/COE/27/12b – AU/CAMEF/EXP/12b (III))

96. Em relação ao ponto de agenda em epígrafe, um representante do Secretariado informou sobre os progressos na implementação da iniciativa da Ajuda ao Comércio, tal como contido no documento E/ECA/COE/27/12b – AU/CAMEF/EXP/12b (III), intitulado: “*Ajuda ao Comércio (AFT): Progresso desta Iniciativa e Relatório sobre o Mandato da CEA*”. O orador destacou o papel da CEA e de parceiros, tais como a OMC e o BAD na implementação da iniciativa em África. As realizações principais que se fizeram, a este respeito, foram as análises regionais africanas e mundiais da iniciativa da AFT, organizadas em Dar-es-Salaam e em Genebra, respectivamente, em 2007. A CEA desempenhou também um papel importante na definição da agenda estratégica para a implementação em curso e futura, incluindo a monitorização da iniciativa em África.

97. O Comité sublinhou a importância da iniciativa no que concerne ao melhoramento do crescimento económico de África e na concorrência global. Este órgão salientou ainda que a iniciativa pode ajudar a diversificação das economias africanas e a resolver os problemas do lado da oferta, bem como melhorar as condições do negócio em África. O Comité reconheceu igualmente o papel da Ajuda ao Comércio (AFT) na aceleração do processo de integração regional em África e em pôr cobro às limitações de África, e sublinhou a necessidade da AFT ser compatível e apoiante à integração regional e sub-regional, de forma a reforçar o comércio intra-africano. Na altura, enfatizou-se também a necessidade de se utilizar os indicadores na monitorização e avaliação da implementação da AFT, que é um dos grupos, para os quais a CEA pode contribuir.

98. Relativamente à implementação da AFT, o Comité notou a necessidade dum reforço da capacidade aos níveis nacional e sub-regional, utilizando o sector privado como actor-chave no processo. A CEA foi solicitada a dar mais formação e assistência técnica, a fim de permitir reforçar as capacidades nacionais para as negociações comerciais. A necessidade de se enquadrar o comércio nas estratégias de desenvolvimento a nível nacional e a priorização das questões do comércio foi igualmente salientada. O Comité recomendou que a implementação da AFT em África deve centrar-se nas três seguintes áreas-chave: as infra-estruturas, a facilitação do comércio e o estabelecimento de normas.

99. Ao reconhecer a contribuição da CEA e dos seus parceiros no desenvolvimento das capacidades de comércio de África, o Comité solicitou a CEA que

continuasse a trabalhar estreitamente com a OMC, o BAD e outros parceiros pertinentes na implementação efectiva da Ajuda ao Comércio em África, e ajudasse os países africanos a resolverem os seus problemas no domínio do comércio.

Recomendações

100. O Comité fez as seguintes recomendações:

- A CEA deve proporcionar assistência técnica e em matéria de formação para a consolidação das capacidades nacionais para as negociações comerciais;
- Os Estados Membros devem integrar o comércio nas estratégias de desenvolvimento nacional e dar prioridade às questões comerciais;
- A implementação da AFT em África deve incidir nas infra-estruturas, na facilitação das trocas comerciais e nas normas do comércio internacional;
- A CEA deve continuar a trabalhar estreitamente com a OMC, o BAD e outros parceiros relevantes na implementação da AFT em África.

ii. Coordenação dos Esforços em torno do reforço de capacidade em matéria de Estatística em África: Uma perspectiva africana (E/ECA/COE/27/13 – AU/CAMEF/EXP/13 (III))

101. Neste ponto da agenda, o Comité tomou nota do documento E/ECA/COE/27/13, intitulado “*Coordenação dos Esforços em torno do reforço de capacidade em matéria de Estatística em África: Uma perspectiva africana*” e a apresentação foi feita por um representante do Secretariado da CEA. A apresentação sublinhou alguns desafios enfrentados pelos países africanos para a satisfação da crescente procura pela qualidade, de dados estatísticos oportunos e relevantes, no apoio dos seus objectivos de desenvolvimento. A apresentação realçou também algumas das recentes iniciativas tomadas pela CEA visadas a abordar esses desafios e consolidar a capacidade dos países africanos para a produção, análise e a disseminação de dados fiáveis; entre elas figuram o estabelecimento do Centro Africano de Estatísticas, em 2006, como parte do reposicionamento da CEA; o estabelecimento da Comissão de Estatísticas para a África (StatCom-Africa), como a entidade principal responsável pela promoção das estatísticas e do desenvolvimento das estatísticas em África; a criação do Comité Africano de Coordenação das Estatísticas, e a adopção de uma Carta Africana para as Estatísticas, a cargo da Comissão da UA.

102. Nos debates seguintes, a Comissão incidiu a sua atenção sobre toda uma série de questões-chave, incluindo a fraca participação dos países africanos na Ronda da População e no Housing Censuses; a falta de consciência do valor das estatísticas, associada à fraca procura e o uso ineficiente das estatísticas para processos de formulação de políticas e de tomadas de decisão. Foram também levantadas questões relacionadas com a confiança e a integridade, tal como demonstradas pelas divergências entre os estatistas e os políticos com respeito a cifras. Isso resultou no

baixo perfil dos escritórios de estatísticas, inadequação dos recursos humanos, financeiros e a relutância à introdução de legislações estatísticas.

103. O Comité manifestou a sua preocupação pela ausência de informações concretas no relatório sobre a situação das estatísticas ao nível dos países e algumas actividades específicas já realizadas, incluindo o nível de financiamentos interno e externo, as operações estatísticas, o senso e as inspecções empreendidas pelos escritórios de estatísticas nacionais, o número de países com uma estratégia nacional para o desenvolvimento das estatísticas (NSDS), o número de países que pretendem participar na Ronda da População de 2010 e no “Housing Censuses (2010 RPHC)” e a assistência directa recebida de vários programas e projectos, tais como o GDDS, a AFRISTAT e AFRITAC.

Recomendações:

104. À luz das preocupações expressas, o Comité fez as seguintes recomendações:

- Os Estados africanos devem submeter informações sobre as actividades em torno das estatísticas, tanto ao nível nacional como regional, à CEA, CUA e aos parceiros, com vista a medir os progressos anuais no âmbito do desenvolvimento das estatísticas em África. A CEA, a CUA e os parceiros devem assistir na monitorização e implementação do Quadro Estratégico de Referência Regional para o Reforço de Capacidades em matéria de estatísticas em África e a Carta Africana de Estatísticas;
- A CEA e a CUA devem contribuir para a elevação da consciência e o reforço da defesa com respeito ao valor das estatísticas com o objectivo de integrar as estatísticas em projectos de desenvolvimento nacional, tais como PRSPs, por forma a encorajar os governos a assumirem maior responsabilidade no funcionamento de actividades estatísticas;
- A CEA e a CUA devem prestar assistência na mobilização de recursos e a provisão de assistência técnica para a realização do censo de qualidade populacional e habitacional, incluindo programas visados a apoiar países de pós-conflitos, bem como a provisão de apoios aos países africanos por forma a permitir-lhes participar efectivamente no Programa de Comparação Internacional (PCI);
- A CEA e a CUA devem prestar assistência na concepção e implementação das Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento das Estatísticas (NSDS) e assegurarem que elas incorporem estatísticas sectoriais, compartilhem melhores práticas e as experiências dos seus países, e apoiem a cooperação Sul-Sul;
- Estatistas e decisores políticos devem organizar uma reunião para assegurarem uma interpretação comum na próxima Conferência Ministerial e fazer arranjos para que se reúna de três em três anos de quatro em quatro anos; e

- Os países africanos devem contribuir substancialmente para o sucesso da 57ª Sessão do Instituto Internacional das Estatísticas (ISI), a ter lugar em Durban, em Agosto de 2009 e considerar a reunião como um evento continental.

iii. **Ciência e Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento: Conclusões e Acções Recomendadas pela Conferência sobre a Parceria Científica com a África (E/ECA/COE/27/14 – AU/CAMEF/EXP/14 (III))**

105. Em relação a este ponto, um representante do Secretariado Conjunto apresentou o documento E/ECA/COE/27/14 – AU/CAMEF/EXP/14 (III, intitulado “*Ciência e Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento: Conclusões e Acções Recomendadas pela Conferência sobre a Parceria Científica com a África*”. O orador realçou o papel da ciência, da tecnologia e da inovação (CTI) na resolução dos desafios colocados ao desenvolvimento em África, com particular ênfase nas conclusões principais e nas recomendações da Conferência sobre a Parceria Científica com a África realizada em Adis Abeba, em Março de 2008, em seguimento da Cimeira da UA, de Janeiro de 2007, sob o tema “*Ciência, Tecnologia e Investigação Científica ao Serviço do Desenvolvimento*. O objectivo era elevar o nível e a participação no processo de investigação e de desenvolvimento, bem como informar a nova diplomacia científica de modo a apoiar o processo de transformação científica, social e económica de África. A conclusão principal da Conferência foi o compromisso de fazer avançar a investigação científica e a inovação com vista à resolução da grande variedade de desafios impostos ao desenvolvimento que a África tem enfrentado num mundo globalizado. Um grupo de trabalho composto pela CEA, CUA e UNESCO foi estabelecido para coordenar a implementação dos resultados da Conferência.

106. O Comité felicitou a CEA por esta iniciativa importante e recomendou que a presente Conferência de Ministros endosse as conclusões da Conferência sobre a Parceria Científica com a África. Na ocasião, recomendou-se igualmente que a Conferência de Ministros devia solicitar todos os países africanos a alocar no mínimo 1 por cento do seu PIB total às actividades de investigação e de desenvolvimento em apoio ao desenvolvimento sócio-económico, tal como recomendadas pelas várias Cimeiras da UA recomendaram.

107. O Comité sublinhou a necessidade de aprofundar as reformas no sector da educação, de maneira a integrar melhor a ciência em todos os níveis e realizar os objectivos de desenvolvimento. Semelhantemente, enfatizou-se a necessidade de se explorar o potencial científico da Diáspora. Portanto, a concretização desses objectivos teria que ser sustentada por um ambiente político apropriado para o desenvolvimento e a retenção das capacidades em África.

Recomendações

108. O Comité fez as seguintes recomendações:

- A Conferência dos Ministros deve aprovar os resultados da Conferência sobre as Ciências ao serviço da África;

- A Conferência Ministerial deve solicitar a todos os países africanos para atribuírem um valor mínimo de um por cento do total do seu PIB às actividades investigativas e a favor do desenvolvimento;
- Os países africanos devem criar um ambiente de políticas apropriado para a construção e a retenção da capacidade científica no continente.

iv. *Amplio Apoio do Sistema da ONU à União Africana e o seu Programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) – (E/ECA/COE/27/15 – AU/CAMEF/EXP/15 (III))*

109. Neste ponto da agenda, o Secretariado apresentou o documento *E/ECA/COE/27/15 – AU/CAMEF/EXP/15 (III)*, intitulado: “*Um Amplio Apoio do Sistema da ONU à União Africana e o seu Programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)*”. A apresentação ofereceu informações actualizadas sobre o amplo apoio do sistema da ONU à UA e o seu Programa NEPAD. A apresentação despertou a atenção ao apoio prestado pela CEA ao processo do APRM, e realçou as principais questões e recomendações da 8ª Reunião de Consultas Regionais. Por outro lado, sublinhou as realizações e os efeitos, e fez recomendações sobre a via a seguir.

110. O Comité destacou a importância do amplo apoio do sistema da ONU à UA e o seu programa NEPAD e regozijou-se com o trabalho da CEA na coordenação do amplo apoio do sistema da ONU. Louvou o sistema de grupos temáticos do RCM, mas enfatizou que o mesmo deve ser consolidado. O Comité observou que a expansão de grupos temáticos de sete a nove demonstrou o grau de engajamento das agências da ONU para melhor responder às prioridades da UA e da NEPAD.

111. Reconhecendo a centralidade da integração regional para com as agendas da UA e da NEPAD, o Comité recomendou que a Comissão da UA e o Secretariado da NEPAD apresentem a questão de se criar um décimo grupo sobre a integração regional na próxima Reunião Consultiva Regional para a consideração. O comité observou a relevância das questões do género para o desenvolvimento da África, tendo apelado para a sua efectiva integração no sistema de grupos do RCM como temas transversais.

112. O Comité manifestou a sua preocupação acerca dos desafios em matéria de capacidade, enfrentado pelo processo de APRM e exortou o PNUD, na qualidade de convocador do grupo de governação do RCM, para iniciar consultas à volta da abordagem das necessidades das instituições continentais e regionais em termos de capacidade, assim como dos parceiros envolvidos directamente no processo.

Recomendações

113. O Comité fez as seguintes recomendações:

- O sistema de grupos temáticos do RCM deve ser consolidado;

- A UA e o Secretariado da NEPAD devem apresentar, para análise, à próxima RCM, a questão da criação de um grupo sobre a integração regional;
- O género e a juventude devem ser efectivamente integrados no sistema de grupos temáticos, como temas transversais;
- O PNUD deve iniciar consultas em torno do tratamento das necessidades em termos de capacidades das instituições africanas e os parceiros envolvidos no processo do MARP.

114. A estratégia prevê incluir a consolidação da presença sub-regional da Comissão, mediante a elevação do papel dos escritórios sub-regionais, a melhoria das parcerias com a Comissão da UA, o BAD e outras agências da ONU. Esforços serão igualmente intensificados para a proporção de apoio na promoção de uma Cooperação Sul-Sul mais profunda. No que toca às modalidades de implementação, essas traduzir-se-ão na investigação e análise de políticas; na construção do consenso e defesa de políticas; e nos serviços consultivos, com base nas necessidades. O Comité foi informado que a CEA prestará os seus serviços através de dez sub-programas.

115. O Comité foi convidado a ponderar, e recomendou o proposto Quadro Estratégico à Conferência dos Ministros, para apreciação e aprovação. O proposto Quadro Estratégico, juntamente com as observações e as emendas feitas pela Conferência Ministerial, serão submetidos ao Comité de Programas e Coordenação, na sua próxima sessão, agendada para Junho de 2008 e, eventualmente, recomendou à Assembleia Geral para aprovação.

116. O Comité regozijou-se com o proposto Quadro Estratégico, observando que o mesmo articulava claramente as prioridades da Comissão para o biénio 2010-2011. O Comité observou ainda que a direcção estratégica proposta tomou em conta alguns dos desafios emergentes ao desenvolvimento de África e, subseqüentemente, ofereceu amplas oportunidades para a colaboração entre a CEA e os Estados Membros.

117. O Comité fez uma série de observações e comentários visados à melhoria da submissão. Observou-se que os transportes continuavam a constituir um sério desafio ao desenvolvimento de África, salientando, em particular, que os serviços e a segurança do transporte aéreo dentro do continente exigiram melhorias urgentes. Neste sentido, o Comité sublinhou a necessidade de se abordar a segurança, por forma a envolver não só os Ministros responsáveis pelos transportes, mas também os das Finanças e Planeamento Económico.

118. O Comité enfatizou também a necessidade de se traduzir o Quadro Estratégico em actividades específicas e precisas, cuja implementação levaria ao alcance de tudo quanto foi previsto. Observou-se que a CEA poderia muito bem melhorar o documento explicando as conexões entre os dois pilares do Quadro Estratégico e os dez sub-programas. A CEA foi também instada a promover a

cooperação Sul-Sul, incluindo a cooperação intra-africana como uma estratégia no alcance dos objectivos estabelecidos no Quadro Estratégico.

119. Em resposta às questões levantadas pelo Comité, a CEA assegurou a reunião que os comentários e as sugestões feitas seriam tomadas em consideração e que contribuições concretas proviriam do proposto Quadro Estratégico. Essas contribuições, normalmente são apresentadas no Orçamento-Programa, que é um documento à parte. O Comité foi também informado que a CEA iria continuar a envidar os seus esforços para a implementação cabal do quadro de gestão baseado nos resultados, incluindo o reforço da sua capacidade para a formulação de realizações previstas e de indicadores de realizações comensuráveis. Além disso, o Comité foi informado que os problemas dos transportes são tratados nos termos do sub-programa sobre a Cooperação Económica e a Integração Regional.

120. À luz das observações e sugestões acima, o Comité recomendou a apresentação do proposto Quadro Estratégico da CEA para o biénio 2010-2011, à Conferência dos Ministros para a sua consideração e aprovação.

O Comité fez as seguintes recomendações:

- A CEA deve acelerar as ligações entre os seus dois pilares e os dez sub-programas no documento de Quadro Estratégico;
- A CEA deve traduzir o seu Quadro Estratégico em actividades específicas do Programa;
- A CEA deve assistir os países africanos na melhoria dos seus sistemas de transporte, inclusive os serviços de transporte e segurança aéreos;
- Para além dos Ministros africanos responsáveis pelos transportes, os Ministros encarregues das Finanças e Planificação Económica devem também ser envolvidos no desenvolvimento dos transportes no continente.

Apresentação e Discussão do tema da Conferência (Ponto 10 da Agenda)

Resolução dos Novos Desafios de Desenvolvimento da África no Século XXI: Documento de Base (E/ECA/COE/27/2 – AU/CAMEF/EXP/2 (III))

121. O Secretariado apresentou o documento intitulado: “Resolver os Novos Desafios de Desenvolvimento da África no Século XXI: Documento de Base”, que identifica quatro desafios principais com que o continente se confronta: A) crescimento e emprego; B) mudanças climáticas; C) desafios do sector social energético; e D) aceleração e suporte dos progressos na boa governação e a construção de Estados competentes.

122. No que concerne o crescimento e o emprego, não obstante o crescimento económico sustentável, não foram criados postos de trabalho para os africanos. Por outro lado, este facto deve agora ser visto no contexto do relacionamento económico com a China e a Índia e o aumento dos preços de bens alimentares e da energia.

Quanto às mudanças climáticas, os países africanos sofreram as consequências do aquecimento global (os recursos hídricos, a energia e a biodiversidade), embora possa ter havido algumas oportunidades comerciais positivas. No tocante aos desafios do sector social emergente, os pobres devem ser integrados mediante a concessão de direitos de propriedade e a procura de soluções de longo prazo para a epidemia do VIH/SIDA. Finalmente, apesar dos progressos alcançados na promoção da boa governação em África, muitos são os desafios que prevalecem.

123. Durante as discussões sucedidas, o Comité felicitou o Secretariado pela boa qualidade do documento de discussão, mas mencionou outros desafios enfrentados pelo continente e que devem ser abordados com medidas concretas, a saber: o desenvolvimento dos recursos humanos; a educação; as preocupações com a saúde pública que têm a ver com o VIH/SIDA, a paz e segurança; o acesso aos recursos financeiros; carências em termos de recursos energéticos e infra-estruturas. O Comité reconheceu que os países africanos tinham concordado com o Programa NEPAD cujos objectivos e prioridades correspondiam com os seus tinham sido identificados no documento de debate.

Crescimento e Emprego

124. No concernente ao crescimento e o emprego, o Comité indicou que isto era importante para a África, para o desenvolvimento de infra-estruturas sólidas; e para tirar proveito das oportunidades comerciais emergentes na China e na Índia. Boas infra-estruturas ajudariam a atrair o FDI na diversificação das economias africanas. As oportunidades comerciais na China e Índia permitiram o aprofundamento das trocas comerciais intra-africanas e o sustento do crescimento do continente. Por outro lado, as oportunidades contribuíram também para a promoção das transparências de tecnologias para um valor acrescentado em África.

125. O Comité identificou a necessidade de uma nova arquitectura das fontes de crescimento, que devem ter como alvos aqueles sectores que geram altas reeitas e empregos.

126. Quando à subida dos preços de petróleo e de bens alimentícios, o Comité observou que muitos países africanos eram importadores líquidos de bens alimentícios e que a situação mundial actual constitui um assunto de segurança importante. O Comité observou a necessidade de os governos identificarem a subida de preços como uma questão inerente à segurança social, e considerar a provisão de cabazes de bens alimentares de primeira necessidade para os pobres, tendo em conta o reconhecimento de que o direito aos alimentos era um direito humano básico.

127. O Comité reconheceu ainda a importância dos programas de segurança alimentar no sustento dos meios de subsistência das pessoas que actualmente vivem em países importadores líquidos de bens alimentícios.

128. O Comité abordou a importância das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) como condutores potenciais do crescimento económico sustentável e extensivo, e como fonte de empregos. Neste sentido, as estratégias de desenvolvimento que

incidem sobre a formação profissional e o desenvolvimento de capacidades devem salvaguardar onexo entre o crescimento e o emprego.

Recomendações

129. O Comité fez as seguintes recomendações:

Os países africanos devem:

- Acelerar a integração do Programa NEPAD nas estratégias de desenvolvimento nacional e acelerar a sua implementação;
- Melhorar o acesso a linhas de crédito para as PME's para o financiamento de programas de formação específica e tecnológica do sector;
- Gerar poupanças ou economias internas significativas, mediante o aprofundamento, extensão e desenvolvimento dos seus sistemas financeiros;
- Continuar a promover o comércio intra-africano através do aprofundamento da integração regional e a elevação de capacidades para a exploração das oportunidades comerciais oferecidas pelas economias emergentes da China e da Índia;
- Considerar como alvos a auto-suficiência nos domínios agrícola e da produção de alimentos com subsídios devidamente identificados, por forma a fazer-se face às consequências da subida de preços dos bens alimentícios;
- Melhorar a qualidade dos programas de formação técnica e profissional da educação para todos, com vista a melhorar a compatibilidade das competências em relação às oportunidades de trabalho e às prioridades de desenvolvimento económico nacional;
- Aumentar de forma gradual o ritmo da implementação de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas para a integração física, especialmente os projectos transfronteiriços, para a melhoria do ambiente empresarial e comercial;
- Promover o uso acrescido de parcerias público-privadas (PPP) no desenvolvimento de infra-estruturas no âmbito de um quadro jurídico bem concebido;
- Formular e implementar pacotes de políticas gerais bem concebidos, oportunos, sequenciados, coordenados e calculados, para a melhoria das perspectivas de emprego e do crescimento económico;
- Acelerar a articulação de uma política geral de segurança social, e o aprofundamento das reformas no sector das pensões;

- Desenvolver também um sector de exportação competitiva de alto custo. O Comité recomendou também o seguinte:
- Os Ministros dos Transportes e os Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, devem trabalhar juntos ao nível dos países no tratamento do desafios dos transportes aéreos, terrestres e marítimos em África;
- A CEA deve providenciar assistência no desenvolvimento dos quadros jurídico e institucional das PPP;
- A CEA, através do seu escritório sub-regional em Rabat, deve disseminar os resultados alcançados no contexto da iniciativa nacional do desenvolvimento humano com os países da sub-região e garantir assistência técnica aos países que a necessitarem; e
- A CEA e a CUA devem ajudar os países africanos a conceber pastas para riquezas, por forma a assegurar a exploração sustentável dos seus recursos naturais;

Mudanças Climáticas

130. O Comité observou que as mudanças climáticas eram um desafio global que implicava soluções globais, e identificou a necessidade de mecanismos de coordenação e colaboração sólidos aos níveis nacional, sub-regional e regional.

131. A África deveria produzir conhecimentos sobre as mudanças climáticas e forjar maior consciência acerca dessas questões. Enfatizou-se também a necessidade de mais recursos em matéria de fontes de energia renováveis, dado à natureza limitada dos hidro-carbonetos, da qual a África depende. Os Estados Membros foram encorajados a prestar maior atenção às inovações no domínio de bio-carburantes, a produção de energia eólica e energia geo-térmica e explorar as oportunidades de financiamento para o tratamento das questões das mudanças climáticas, através de programas e protocolos existentes como a Facilidade para os Recursos Hídricos, CDM, o Fundo de Adaptação, o Protocolo de Kyoto e o UNFCCC. Esses recursos estavam apenas a ser utilizados por países africanos e, tanto a CEA como a CUA poderiam contribuir sobremaneira na assistência aos Estados Membros para o cumprimento dos critérios de elegibilidade. A forte ligação entre as mudanças climáticas e a desertificação que resultam da degradação da terra, afectando milhares de agricultores, foi igualmente reiterada. Tudo isso poderá ser abordado mediante a implementação das convenções do Rio.

132. O Comité considerou que a África figura entre os menos poluídos. Consequentemente, o Comité indicou que os países africanos devem tirar proveito da influência que as suas posições oferecem, por forma a negociar por melhores resultados sobre as questões relacionadas com as mudanças climáticas nos fóruns internacionais. Nesta sequência, o recém-criado Centro Africano de Políticas Ambientais da CEA, deve proporcionar a liderança necessária no reforço de capacidades, na pesquisa e defesa para os países africanos.

Recomendações

133. O Comité fez as seguintes recomendações:

- Desenvolver uma posição comum africana e participar activamente nas conferências de adopção de padrões, para aumentar a voz da África nos fóruns internacionais;
- Aumentar a actividade investigativa e o investimento nas tecnologias de poupanças energética e tecnológica das fontes de energias renováveis;
- Consolidar os mecanismos regionais aos níveis nacional, sub-regional e regional, com vista a abordar as questões relativas às mudanças climáticas, inclusivé a promoção de consciencialização sobre as questões de mudanças climáticas;
- A CEA e a CUA devem reforçar capacidades dos Estados Membros para facilitá-los o acesso às oportunidades de comércio de carbonetos e a fundos de adaptação climáticas.

Empoderamento Jurídico dos Pobres

134. A apresentação realçou o impacto negativo que poderia surgir do empoderamento jurídico dos pobres, salientando, porém, que o empoderamento jurídico não constitui de maneira nenhuma um substituto para as iniciativas em torno do desenvolvimento. O desenvolvimento económico, através do empoderamento jurídico dos pobres criou e expandiu o espaço fiscal dos governos. O estado actual sobre o estado de direito e prestação de direitos humanos, e os pobres colheram os benefícios daí resultantes. O Comité considerou que o empoderamento dos pobres podia ser usado para a redução da pobreza.

135. O Comité reconheceu a necessidade de se aplicar o estado de direito em relação ao aumento do crescimento e do emprego, bem como a ligação entre o desenvolvimento do capital humano, incluindo o empoderamento da mulher, e a redução da pobreza.

136. O Comité constatou que o complemento-chave para a redução da dívida e da ODA para o alcance dos OMD, traduz-se na mobilização de recursos internos. Isto ficou reflectido na questão do empoderamento dos pobres, e a razão por que era necessário abordar aquele desafio. Reconheceu que o empoderamento dos pobres, do ponto de vista jurídico, era a via mais concreta para o fomento do crescimento geral a favor dos pobres.

Recomendações

137. O Comité recomendou o seguinte:

- As medidas afins devem necessariamente ser incorporadas nos OMD, na ajuda para o comércio e nas negociações dos Acordos de Parceria Económica (APEs);
- A CEA deve levar a cabo uma investigação específica de África sobre os excluídos juridicamente, por forma a prover uma base de conhecimentos sólidos para a formulação de políticas e programas;
- A Cimeira da UA deve ser aproveitada como uma ocasião para o lançamento do relatório do CLEP;
- A UA deve apresentar a agenda através do G77 e a China, à Assembleia Geral para que resoluções apropriadas encorajem os sistemas multilaterais e bilaterais com vista a apoiar as diligências dos países em desenvolvimento em relação ao LEP.

Financiamento Sustentável a longo de todas as questões relacionadas com a Saúde Pública

138. O Comité reconheceu que o financiamento a longo prazo constituía um desafio, por causa da natureza prolongada dos impactos e dos recursos vitais necessários para o VIH e o SIDA. Neste sentido, observou-se que eram necessários para apoiar as necessidades dos órfãos em termos de tratamento e cuidados. O Comité reconheceu ainda a natureza transversal do VIH e do SIDA, e sublinhou a importância da integração do VIH e do SIDA em todos os sectores e estratégias. Por outro lado, o Comité indicou que só o financiamento não era suficiente para ganhar a batalha contra o VIH e o SIDA; e que havia a necessidade de estratégias de prevenção suplementar, tal como as mudanças de comportamento.

139. O Comité reconheceu a importância de se promover a mobilização de recursos internos para o financiamento de programas do VIH e SIDA, incluindo um imposto do SIDA. O Comité sublinhou a importância de se explorar a participação do sector privado no financiamento, providenciando, por exemplo, incentivos tributários.

Recomendações

140. O Comité recomendou o seguinte:

- As políticas do VIH/SIDA devem ser integradas noutras políticas do sector e nos programas de desenvolvimento nacional;
- A mobilização de recursos deve ser elevada para o tratamento da pandemia do VIH/SIDA, através de mecanismos de financiamento inovadores como um

tributo do VIH, e a promoção da maior participação do sector privado, através de incentivos tributários;

- A eficácia da ajuda deve ser melhorada, através de um melhor alinhamento do apoio com planos sanitários nacionais e fazer esse apoio em programas e não em projectos;
- Para a implementação da Estratégia Sanitária da África e dos planos de saúde associados, incluído os relacionados com o VIH, a TB, o Paludismo e a Saúde Reprodutiva, os países africanos têm que responder com urgência à promessa de Abuja de afectação de pelo menos 15 por cento dos orçamentos públicos para a saúde, conjugando-o com uma consistente revisão ascendente da percentagem das despesas da saúde e as despesas per capita da saúde, por forma a assegurar que os níveis necessários das despesas visadas a aumentar a expectativa de saúde serão alcançados até 2010, a tempo para o alvo dos OMD de 2015;
- Os Ministros africanos da Saúde e os Ministros das Finanças, Planeamento e o Desenvolvimento Económico devem organizar uma conferência conjunta, o mais tardar até 2008 ou nos princípios de 2009, para se chegar a acordo sobre as especificidades do financiamento sustentável da saúde, com vista a implementar a componente dos quadros da saúde africanos dos OMD; e
- O Comité reconheceu que a abstinência sexual à margem de relações estáveis deve ser vigorosamente promovida como uma estratégia para se fazer face ao problema do financiamento sustentável e a longo prazo do VIH e SIDA.

Governança

141. No que diz respeito às questões de aceleração e o sustento dos progressos na boa governação e construção de Estados competentes, o Comité apontou que a construção de Estados competentes e democráticos como um meio para a promoção da boa governação, foi uma premissa-chave para os países africanos para efectivamente fazerem frente e ultrapassarem os novos desafios de desenvolvimento do Século XXI, incluindo o crescimento económico e a geração de postos de trabalho. O Comité reconheceu os esforços consentidos e os progressos alcançados pelos governos africanos nos últimos anos, com vista à melhor governação. Porém, reconheceu que os desafios da boa governação e a construção de Estados competentes continuavam a ser enormes em África, não obstante os progressos feitos até o presente. Neste contexto, o Comité manifestou-se preocupado acerca dos constrangimentos à boa governação, tal como delineados no documento salientando que os mesmos deviam ser considerados como especificidades de um país.

142. O Comité louvou o MARP, visto ter proporcionado um impulso acrescido para melhorias na governação e os esforços visados a melhorar as competências do Estado; e sublinhou a necessidade de um intercâmbio de experiências com aqueles países que passaram por esses processos.

Recomendações

143. O Comité recomendou que:

- Os países africanos abordem as questões da governação de forma participativa, considerando, ao mesmo tempo, o contexto sócio-cultural de cada país;
- Os países africanos devem considerar a descentralização como um elemento essencial para a melhoria da governação nos seus respectivos países;
- Melhorar a eficácia do desempenho, responsabilidade e sensibilidade dos serviços públicos para com as necessidades dos cidadãos, através de programas de descentralização adequados, e não na mera devolução da autonomia administrativa a governos locais;
- Os países africanos devem considerar seriamente a instituição de mecanismos para o financiamento de partidos políticos, com vista a melhorar os seus papéis na promoção de processos democráticos e assegurar a sua efectiva participação no processo eleitoral;
- A CEA e a UA devem assistir os Estados Membros na melhoria da gestão e da sustentabilidade dos seus recursos naturais.

144. O Comité reafirmou o seu compromisso para com o Programa NEPAD incluindo o Mecanismo Africano de Revisão Paritária (APRM), tendo enfatizado a necessidade de partilha de experiências daqueles países que já realizaram a revisão dos pares.

Diversos (Ponto 11 da Agenda)

145. Neste ponto da agenda, o Comité felicitou a CEA e a UA pelo trabalho conjunto para a organização da presente reunião. Assegurou-se que medidas tinham sido tomadas para garantir que ambos os parceiros fizessem contribuições técnicas e logísticas para o processo preparatório. Para o efeito, foi estabelecido um Comité Técnico que se reunia regularmente, com vista a reflectir adequadamente os pontos de vista das duas instituições sobre as questões a debate, e para a monitorização eficaz dos progressos no processo preparatório, e assegurar um serviço bem sucedido das reuniões. Algumas delegações solicitaram também a CUA para informar melhor as deliberações das reuniões conjuntas anuais, preparando e apresentando mais documentos e relatórios técnicos. Um dos representantes de Marrocos pediu uma nota informativa acerca dos custos e os benefícios da realização dessas reuniões conjuntas.

Análise e Adopção do Projecto de Relatório do Comité de Peritos e do Projecto de Resoluções (Ponto 12 da Agenda)

146. Neste ponto da agenda, o Comité analisou o projecto de Relatório das suas reuniões (tal como contido no documento E/ECA/COE/27L – AU/CAMEF/EXP/Draft/Rpt (III)), para além de oito projectos de Resolução para análise e adopção pelas primeiras

reuniões conjuntas anuais da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da UA e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA. Várias delegações fizeram comentários e observações, tendo proposto emendas ao relatório. Na sequência de debates construtivos pelos participantes, o Comité adoptou o presente relatório com oito projectos de Resolução, em anexo no presente documento, tal como emendado, para apreciação da Conferência Ministerial.

Encerramento da Reunião (Ponto 13 da Agenda)

147. Em nome do Sr. Abdoulie Janneh, a Sr^a Lalla Ben Barka, Secretária Executiva Adjunta da CEA, exprmiu a sua satisfação com as deliberações, e felicitou os participantes pela sua contribuição às deliberações. Nos seus pontos de vista, os debates demonstraram que os peritos africanos em geral, acordaram em relação aos desafios enfrentados pelo continente. Ela exortou os países africanos e os seus parceiros de desenvolvimento para aumentarem os seus compromissos com vista a resolver esses desafios, e encorajar-os a trazerem ideias inovadoras conjugando-as com os seus esforços em torno do alívio da pobreza. Ela sublinhou a importância do apoio às soluções crescentes da casa aos desafios do desenvolvimento de África, bem como a necessidade de se integrar as preocupações em torno do meio ambiente nas políticas de desenvolvimento, tendo realçado o papel primordial das infra-estruturas para o desenvolvimento económico e social de África, salientando que os resultados da reunião devem proporcionar uma base sólida para a Conferência Ministerial.

148. Na sua alocução de encerramento, o Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana, felicitou-se com os participantes por essa reunião bem sucedida. O seu reconhecimento foi para o Presidente da Mesa pela forma ordeira e oportuna com que ele conduziu a reunião. No seu ponto de vista, as questões debatidas, incluindo as mudanças climáticas e a ciência e tecnologia, eram importantes para o desenvolvimento da África. Ele reconheceu o apoio dado pelos participantes à Carta Africana de Estatísticas e assegurou-lhes que a UA continuará a trabalhar estreitamente com a CEA e o BAD para a finalização do projecto. A União Africana irá também trabalhar com ênfase para assegurar a harmonização dos APEs. Ele exortou os parceiros de desenvolvimento da África para honrarem os seus compromissos em relação ao continente.

149. Finalmente, após ter agradecido a todos os participantes pelo apoio, que foi deveras determinante para o sucesso da reunião, o presidente declarou encerrada a reunião.

2008

Relatório Sobre a Primeira Reunião
Anual da Conferência Dos Ministros
Da Economia E Das Finanças da
União Africana E Da Conferência Dos
Ministros Africanos Das Finanças,
Planificação e Desenvolvimento
Económico da Comissão Económica
Para África

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3836>

Downloaded from African Union Common Repository